



GOVERNO DE
CABO VERDE

PROGRAMA DE GOVERNO
“CABO VERDE PARA TODOS”



**GOVERNO DE
CABO VERDE**

Índice

1. INTRODUÇÃO	6
Programa de Governo “Cabo Verde Para Todos”	6
2. A NOSSA VISÃO PARA CABO VERDE: UM CABO VERDE PARA TODOS	7
A Agenda “Cabo Verde Para Todos”	7
3. O ESTADO QUE CABO VERDE PRECISA	9
3.1. A REDUÇÃO DO CUSTO DA GOVERNAÇÃO COMO UMA PRIORIDADE	10
3.2. A LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO E O COMBATE AO ENRIQUECIMENTO ILÍCITO, COMO COROLÁRIOS DE UMA GOVERNAÇÃO TRANSPARENTE	11
3.3. A PROMOÇÃO DA GOVERNAÇÃO DIGITAL E A EDIFICAÇÃO DE UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MODERNA, EFECTIVA E EFICIENTE	13
3.4. A INADIABILIDADE DA DESCENTRALIZAÇÃO E A DESCONCENTRAÇÃO DOS SERVIÇOS	15
3.5. A PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E O ESTÍMULO À CIDADANIA, PARA A QUALIFICAÇÃO DA DEMOCRACIA	16
4. JUSTIÇA PARA TODOS	18
4.1. Modernização e Fortalecimento do Sistema de Justiça	18
4.1.1. MODERNIZAR O SISTEMA JUDICIAL	18
4.1.2. REFORÇAR O TRIBUNAL DE CONTAS, COMO ÓRGÃO INDEPENDENTE DE CONTROLO DA LEGALIDADE FINANCEIRA E DE DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO	20
4.1.3. FORTALECER O MINISTÉRIO PÚBLICO E O ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO	21
4.1.4. REFORÇAR O SERVIÇO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL CIENTÍFICA	22
4.1.5. MODERNIZAR OS SERVIÇOS DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO	23
4.1.6. ACTUAR NA REINserÇÃO SOCIAL E NOS SERVIÇOS PRISIONAIS	24
4.1.7. PROMOVER A CONCILIAÇÃO E APOSTAR NA MEDIAÇÃO	25
5. SEGURANÇA PARA TODOS	26
5.1. DEFESA NACIONAL: UM PILAR DO ESTADO CONTEMPORÂNEO	28
5.2. UMA DIPLOMACIA AO SERVIÇO DOS SUPREMOS INTERESSES DO PAÍS & UMA DIÁSPORA MERECEDORA DE RECONHECIMENTO	29
5.2.1. UMA DIPLOMACIA QUE PRIORIZE OS SUPREMOS INTERESSES DO PAÍS	29
5.3. GARANTIR A INDEPENDÊNCIA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL, PARA REFORÇAR A DEMOCRACIA	33
5.3.1. A COMUNICAÇÃO SOCIAL PÚBLICA	34
5.3.2. A IMPRENSA PRIVADA	35

6. ENFRENTAR AS QUESTÕES TRANSVERSAIS, PARA CONSTRUIR UM CABO VERDE PARA TODOS.....	36
6.1. JUVENTUDE: A “FORÇA MOTORA” DA NAÇÃO	36
6.2. A IGUALDADE DE GÉNERO, COMO DIMENSÃO DE UM CABO VERDE PARA TODOS	42
6.3. O AMBIENTE, COMO PILAR DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	43
6.4. O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, COMO FACTOR DE QUALIFICAÇÃO TERRITORIAL.....	44
6.5. A AÇÃO CLIMÁTICA - UMA IMPOSIÇÃO DO FUTURO	47
6.6. A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA - UMA PRIORIDADE.....	49
6.7. UMA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS QUE BENEFICIE A TODOS	51
7. UMA NOVA AGENDA ECONÓMICA, PARA CONSTRUIR UM CABO VERDE PARA TODOS	54
7.1. REDEFINIR OS OBJETIVOS E ESTABELECEER AS PRIORIDADES	55
7.2. UMA ECONOMIA IMPULSIONADA PELA INOVAÇÃO, COM UM SECTOR PRIVADO COMO MOTOR	57
7.2.1. O EMPREENDEDORISMO COMO FACTOR DE TRANSFORMAÇÃO	58
7.2.2. A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DO TECIDO EMPRESARIAL.....	60
7.3. UM AMBIENTE FISCAL AMIGO DO CONTRIBUINTE E ORIENTADO PARA O DESENVOLVIMENTO	60
7.4. A INFRAESTRUTURAÇÃO, COMO BASE PRINCIPAL, DE UMA NOVA AGENDA ECONÓMICA E SOCIAL	67
7.5. OS TRANSPORTES, COMO CONDIÇÃO DE COESÃO TERRITORIAL E FACTOR DE SOBERANIA NACIONAL.....	69
7.6. A CONECTIVIDADE – UM MEIO PARA O DESENVOLVIMENTO	70
7.7. UMA NOVA APOSTA EM SECTORES ESTRATÉGICOS DA ECONOMIA	72
7.7.1. TURISMO: CABO VERDE COMO DESTINO DE REFERÊNCIA	73
7.7.2. Agricultura: Produzir mais, valorizar o território e reforçar a segurança alimentar.....	75
7.7.3. GANHAR O MAR & DESENVOLVER A “ECONOMIA AZUL”	87
7.7.4. CULTURA: VALORIZAR A NOSSA IDENTIDADE E ACRESCENTAR VALOR AO NOSSO POTENCIAL	89
7.7.5. POTENCIALIZAR O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL.....	90
8. GOVERNAR PARA TODOS.....	93
8.1. EDUCAÇÃO PARA TODOS.....	93
8.1.1. O ENSINO PRÉ-ESCOLAR, BÁSICO E SECUNDÁRIO.....	95
8.1.2. O ENSINO TÉCNICO E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	96
8.1.3. O ENSINO SUPERIOR	98
8.1.4. CIÊNCIAS, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA.....	100

8.2.	SAÚDE PARA TODOS	101
8.3.	HABITAÇÃO PARA TODOS, NUM TERRITÓRIO MAIS EQUILIBRADO E INCLUSIVO	107
8.4.	UMA GOVERNAÇÃO VERDADEIRAMENTE INCLUSIVA.....	108



1. INTRODUÇÃO

Programa de Governo “Cabo Verde Para Todos”

UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO & O SURGIMENTO DE NOVAS OPORTUNIDADES

O mundo vive um período de profundas e aceleradas transformações. Enfrentamos uma população global que envelhece rapidamente, uma nova revolução industrial e tecnológica, uma globalização frágil num contexto cada vez mais multipolar, alterações climáticas com impactos severos, mudanças nas relações de poder internacional e novas arenas de competição económica, geopolítica e tecnológica.

Vivemos num mundo multipolar, marcado pela ascensão de novas potências e por uma competição crescente por influência, alianças e liderança. A aceleração tecnológica, impulsionada por gigantes globais, está a redefinir sectores inteiros da economia, com o domínio crescente da inteligência artificial, da supercomputação, da cibersegurança e das economias de plataforma. Ao mesmo tempo, a urgência da sustentabilidade ambiental impõe uma nova consciência global: ou cooperamos para proteger o planeta, ou enfrentaremos consequências irreversíveis.

Neste cenário de incertezas e oportunidades, Cabo Verde, enquanto Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento, enfrenta desafios estruturais conhecidos: elevada vulnerabilidade a choques externos, escassez de recursos naturais, efeitos das alterações climáticas, custos da insularidade e dependência do exterior.

Mas também possui vantagens comparativas: localização geoestratégica privilegiada, uma diáspora dinâmica e qualificada, estabilidade institucional, capital humano crescente e uma juventude criativa e empreendedora.

O futuro de Cabo Verde não será definido apenas pelas forças externas, mas sobretudo pela clareza das nossas aspirações como Nação. Não podemos controlar tudo o que acontece no mundo, mas podemos — e devemos — decidir que tipo de país queremos ser, que valores queremos defender e que oportunidades queremos aproveitar.

O PAICV, partido da Independência, da construção do Estado e da transformação nacional, assume este desafio com determinação. O nosso compromisso é responder com coragem, visão estratégica e inovação às expectativas dos cabo-verdianos — no país e na diáspora — para construir uma Nação mais resiliente, mais próspera, mais inclusiva e sustentável.

Ficar como estamos não é uma opção.

Mudar para melhor é uma necessidade histórica.

É por isso que enquanto Governo propõe um novo rumo: enfrentar com seriedade as questões transversais que condicionam o nosso desenvolvimento, edificar os pilares de um Cabo Verde moderno e inclusivo, e realizar reformas estruturais profundas que permitam ao país dar um salto qualitativo na próxima década.

Cabo Verde deve sonhar alto e trabalhar com determinação para alcançar um novo patamar de desenvolvimento. Um país onde cada cabo-verdiano, independentemente da ilha onde vive ou da sua condição social, possa realizar o seu potencial e contribuir para o progresso coletivo.

É este o compromisso que assumimos perante o povo cabo-verdiano.

2. A NOSSA VISÃO PARA CABO VERDE: UM CABO VERDE PARA TODOS

A Agenda “Cabo Verde Para Todos”

O Programa de Governo do PAICV assenta numa visão estratégica de transformação estrutural, orientada para um desenvolvimento sustentável, inclusivo e resiliente.

Num mundo marcado por rápidas mudanças económicas, climáticas, tecnológicas e geopolíticas, Cabo Verde reafirma o seu compromisso com a consolidação da democracia, o fortalecimento das instituições e a criação de oportunidades reais para todos os cabo-verdianos — no território nacional e na diáspora.

A Agenda “Cabo Verde Para Todos” constitui o eixo central desta visão governativa. Ela representa um compromisso coletivo com um futuro mais justo, mais próspero e mais coeso, onde cada cidadão, independentemente da ilha onde vive ou da sua condição social, possa realizar o seu potencial e contribuir para o progresso comum.

Esta Agenda estrutura-se em torno de prioridades articuladas e integradas, que combinam políticas setoriais com uma abordagem transversal e estratégica:

Nas Relações Externas, Comunidades e Integração Regional, reforçamos a diplomacia económica, a valorização da diáspora e o posicionamento de Cabo Verde como ponte atlântica;

Na área Económica e Financeira, promovemos a estabilidade macroeconómica, o investimento privado nacional e estrangeiro e a diversificação produtiva;

A Reforma do Estado será aprofundada para garantir maior eficiência, transparência, proximidade aos cidadãos e modernização da Administração Pública;

Nos Investimentos em Infraestruturas, priorizamos a energia, a água, os transportes, a conectividade digital, o turismo e a cultura, consolidando Cabo Verde como um hub logístico, turístico e de serviços de elevado valor acrescentado;

Nos Sectores Produtivos, apostamos na modernização da Agricultura, na segurança alimentar e na Economia Azul, com o objetivo de “Ganhar o Mar”;

Na Defesa Nacional e Segurança, garantimos a soberania, a estabilidade interna e a proteção dos cidadãos;

No domínio da Justiça, reforçamos o Estado de Direito, a celeridade processual e a confiança nas instituições;

No Desenvolvimento Humano, colocamos no centro das políticas a Educação, o Ensino Superior, a Ciência, a Inovação, a Saúde, a Habitação e a Solidariedade Social;

Nas políticas de Ambiente, Ordenamento do Território, Ação Climática e Gestão de Resíduos, asseguramos um desenvolvimento equilibrado e sustentável.

Reconhecendo que a Juventude é a força motora da Nação, a Agenda “Cabo Verde Para Todos” coloca os jovens no epicentro das políticas públicas, garantindo-lhes educação de qualidade, formação profissional, emprego digno, empreendedorismo e participação cívica. O Desporto é igualmente valorizado como instrumento transversal de inclusão, saúde, disciplina e projeção internacional.

“Cabo Verde Para Todos” não é apenas um lema — é um compromisso de governação. Representa a determinação de construir um país onde ninguém seja deixado para trás, onde o progresso seja sentido por todas as famílias, em todas as ilhas, e onde cada cabo-verdiano possa olhar para o futuro com confiança e orgulho.

É com esta visão ambiciosa, realista e inclusiva que o PAICV governa Cabo Verde a partir de 2026.

CONSTRUINDO UM CABO VERDE PARA TODOS, COM UM ESTADO NECESSÁRIO, UMA JUSTIÇA E UMA

SEGURANÇA PARA TODOS, UMA DEFESA COMO PILAR DO ESTADO CONTEMPORÂNEO, UMA DIPLOMACIA AO SERVIÇO DOS INTERESSES DA NAÇÃO, UMA DIÁSPORA MERECEDORA DE RECONHECIMENTO, E UMA COMUNICAÇÃO SOCIAL INDEPENDENTE.

REFORMA DO ESTADO: UM ESTADO NECESSÁRIO, COM CUSTOS CONTROLADOS, E QUE RESOLVA OS PROBLEMAS

3. O ESTADO QUE CABO VERDE PRECISA

O Governo tem uma visão clara do tipo de Estado que o país necessita para responder aos desafios do presente e construir o futuro que os cabo-verdianos merecem.

Por isso, assumimos, desde já, um compromisso firme com a reforma profunda do Estado, orientada para a eficiência, a proximidade dos cidadãos, a descentralização democrática e a capacidade de execução da Agenda “Cabo Verde Para Todos”.

Entendemos que o desenvolvimento equilibrado do país exige uma maior redistribuição do poder, aproximando as decisões dos territórios e das populações. Não se trata de opor a Administração Central ao Poder Local ou Regional, mas de construir uma arquitetura institucional mais equilibrada, mais ágil e mais eficaz, capaz de responder às especificidades de cada ilha e de cada região, sem comprometer a unidade nacional.

Nesse sentido, o Governo promoverá um amplo debate nacional sobre a institucionalização das Regiões Administrativas. Estas regiões, dotadas de órgãos representativos e de competências próprias, permitirão um planeamento integrado e uma gestão mais próxima das realidades territoriais, em estreita articulação com os municípios e com a Administração Central. A regionalização não enfraquecerá o poder local — pelo contrário, reforçá-lo-á, criando um novo patamar de coordenação e desenvolvimento integrado.

Esta reforma só fará sentido se for parte de uma Reforma mais ampla do Estado, que inclua:

O redimensionamento e a modernização da Administração Pública, com maior eficiência, transparência e accountability;

A racionalização dos gastos públicos e a redução gradual do peso do Estado em relação ao PIB;

Uma profunda reforma do Sistema Judicial, para garantir celeridade, qualidade e confiança dos cidadãos na Justiça;

O reforço da capacidade legislativa e de fiscalização da Assembleia Nacional, com menos deputados, maior representatividade e moralização das imunidades e regalias;

A valorização do Poder Local, garantindo-lhe mais autonomia e meios para responder às necessidades das populações.

O objetivo é construir um Estado mais ágil, mais próximo e mais eficaz, capaz de cumprir a sua missão essencial: servir o cidadão, promover o desenvolvimento inclusivo e garantir a coesão nacional.

Não se trata de enfraquecer o Estado, mas de torná-lo mais forte onde deve ser forte — na regulação, na garantia de direitos, na estratégia nacional — e mais leve e eficiente onde a proximidade e a especialização territorial são decisivas.

3.1. A REDUÇÃO DO CUSTO DA GOVERNAÇÃO COMO UMA PRIORIDADE

Reforma do Estado: Um Estado Mais Ágil, Eficiente e Próximo dos Cidadãos

Uma característica fundamental do nosso tempo é a necessidade de fortalecer a qualidade da democracia cabo-verdiana, aproximando o poder das pessoas e respondendo de forma eficaz às suas necessidades e aspirações.

No entanto, ao longo dos últimos anos, o peso e o custo da governação aumentaram de forma desproporcionada, transformando-se num fardo excessivo para o país. O Estado tornou-se demasiado pesado, com estruturas sobrepostas, duplicações de funções e custos elevados que limitam a capacidade de investimento em áreas prioritárias como a saúde, a educação, as infraestruturas e o emprego.

O Governo considera a Reforma do Estado como uma das prioridades centrais da próxima legislatura. Não se trata de enfraquecer o Estado, mas de o tornar mais ágil, mais eficiente, mais transparente e mais próximo dos cidadãos.

Para alcançar este objetivo, o Governo implementará um conjunto de medidas concretas e estruturantes:

Redução do número de cargos governamentais, com uma reconfiguração da esfera executiva que elimine redundâncias e alinhe a estrutura governativa com as reais prioridades nacionais, garantindo que cada ministério e instituição tenha uma missão clara e mensurável;

Reforma e racionalização das agências e institutos públicos, eliminando duplicações de funções, sobreposições de competências e desperdícios, promovendo uma atuação mais integrada, eficiente e orientada para resultados;

Redução do número de deputados na Assembleia Nacional, mantendo a sua representatividade e fortalecendo o seu papel como Casa do Povo, mas tornando-a mais eficaz, moderna e menos onerosa para os contribuintes cabo-verdianos;

Transferência de competências e serviços da Administração Central para as Regiões Administrativas, com base no princípio da subsidiariedade, assegurando que as decisões sejam tomadas no nível mais próximo possível dos cidadãos. Esta transferência será acompanhada da afetação dos recursos humanos e financeiros necessários, respeitando sempre a unidade do Estado e a coesão nacional.

Esta reforma profunda do Estado é indispensável para libertar recursos, aumentar a eficiência da governação e melhorar a qualidade dos serviços públicos. Um Estado mais leve e mais eficaz permitirá concentrar esforços e investimentos nas áreas que realmente transformam a vida das pessoas: educação de qualidade, saúde acessível, criação de emprego digno, coesão territorial e desenvolvimento sustentável.

O Governo assume este compromisso com determinação: construir um Estado mais forte onde deve ser forte — na estratégia, na regulação e na garantia de direitos — e mais próximo e eficiente onde a proximidade e a especialização são decisivas.

Porque um Estado mais racional e mais moderno é condição essencial para realizar a Agenda “Cabo Verde Para Todos”.

3.2. A LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO E O COMBATE AO ENRIQUECIMENTO ILÍCITO, COMO COROLÁRIOS DE UMA GOVERNAÇÃO TRANSPARENTE

Combate à Corrupção e ao Enriquecimento Ilícito: Transparência e Integridade como Pilares da Governação

Cabo Verde precisa de um combate sério, sistemático e intransigente à corrupção e ao enriquecimento ilícito. Mais do que uma opção política, esta é uma exigência ética e uma condição essencial para o desenvolvimento sustentável, para a credibilidade das instituições e para a confiança dos cidadãos no Estado.

Nos últimos dez anos, o país registou um retrocesso preocupante em matéria de transparência e integridade pública. A opacidade aumentou, as adjudicações diretas e os recrutamentos sem concurso tornaram-se práticas recorrentes, e os negócios públicos foram frequentemente realizados longe do escrutínio necessário. Esta cultura de falta de transparência comprometeu a eficiência dos recursos públicos e enfraqueceu a confiança dos cabo-verdianos nas instituições.

O Governo assume, desde já, um compromisso claro e determinado: tornar o combate à corrupção uma prioridade central da governação, através de medidas concretas, eficazes e dissuasoras.

Para isso, o próximo Governo implementará uma estratégia reforçada de prevenção, deteção e sancionamento, com especial enfoque na transparência e na responsabilização:

Alargamento do universo de obrigados à declaração de rendimentos e património, abrangendo não apenas os titulares de cargos políticos, mas também todos os altos dirigentes da Administração direta, indireta e local;

Obrigatoriedade de apresentação da declaração final de rendimentos e património durante os três anos subsequentes à cessação de funções;

Reforço dos mecanismos de comunicação automática entre o Tribunal Constitucional e a Autoridade Tributária nos casos de omissão ou inexatidão das declarações;

Agravamento da taxa especial sobre acréscimos patrimoniais não justificados;

Possibilidade de apreensão cautelar judicial de bens e rendimentos de origem ilícita, como medida de salvaguarda em investigações por crimes graves, como corrupção, peculato, tráfico de influência ou branqueamento de capitais;

Criação de uma Plataforma Eletrónica Nacional de registo desmaterializado das declarações de rendimentos e património, garantindo maior acessibilidade, controlo e cruzamento automático de informações.

Estas medidas serão complementadas com o reforço da capacidade investigatória do Ministério Público, a modernização dos sistemas de controlo interno da Administração Pública e a promoção de uma cultura de integridade e boa governação em todos os níveis da Administração.

O Governo defende que a transparência não é um entrave ao desenvolvimento — é a sua condição fundamental. Um Estado mais transparente é um Estado mais forte, mais credível e mais capaz de servir os interesses dos cidadãos.

Com determinação, rigor e respeito pelos princípios do Estado de Direito, construiremos um Cabo Verde mais íntegro, onde o mérito, a ética e a accountability sejam os verdadeiros pilares da governação.

3.3. A PROMOÇÃO DA GOVERNAÇÃO DIGITAL E A EDIFICAÇÃO DE UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MODERNA, EFECTIVA E EFICIENTE

Uma Administração Pública Moderna, Eficiente e Próxima dos Cidadãos

O Governo defende uma Administração Pública moderna, ágil, eficiente e orientada para o serviço público. Um Estado que esteja mais perto das pessoas, independentemente da ilha ou da localidade onde vivam, e que responda de forma célere e eficaz às suas necessidades.

A excessiva centralização atual obriga os cidadãos a percorrer longas distâncias e a perder demasiado tempo para aceder a serviços básicos. Esta realidade contraria o princípio da subsidiariedade e enfraquece a coesão territorial. Por isso, a reforma do Estado e da Administração Pública será uma prioridade estratégica do próximo Governo.

O objetivo é construir uma Administração mais racional, desburocratizada e digital, capaz de prestar serviços de qualidade, com transparência e proximidade. Para tal, serão implementadas medidas concretas em três eixos principais:

1. Descentralização e Proximidade Territorial

Transferência efetiva de competências e serviços da Administração Central para as Regiões Administrativas e para os Municípios, respeitando o princípio da subsidiariedade;

Reorganização dos serviços públicos periféricos, aproximando-os das populações e reduzindo as assimetrias territoriais.

2. Transparência, Acesso à Informação e Governo Digital

Fortalecimento e efetiva implementação da Lei de Acesso à Informação Pública, garantindo que todos os cidadãos conheçam os seus direitos e possam exercê-los;

Criação de um Portal Nacional de Documentos Públicos, que permita o acesso simples e transparente às decisões da Administração;

Adoção de uma política de Dados Públicos Abertos, disponibilizando dados governamentais em formatos abertos, reutilizáveis e gratuitos, promovendo a inovação, a participação cívica e o combate à corrupção;

Lançamento do Portal Único de Serviços Digitais do Estado, que permita aos cidadãos e às empresas acederem, de forma desmaterializada e simplificada, à maioria dos serviços públicos;

Generalização da Chave Móvel Digital, com mecanismos de autopreenchimento, como instrumento central de autenticação e simplificação da relação do cidadão com o Estado.

3. Valorização e Modernização dos Recursos Humanos

Atualização salarial anual regular dos funcionários públicos, garantindo a dignidade e a motivação dos servidores do Estado;

Reforço da formação contínua e especializada, através da Escola de Negócios e Governação e de outros instrumentos de capacitação;

Revisão do regime de recrutamento e seleção, simplificando processos, mas garantindo sempre a igualdade de oportunidades, o mérito e a transparência;

Aperfeiçoamento do modelo de recrutamento de dirigentes superiores, com concursos mais abertos, transparentes e baseados no mérito;

Implementação de sistemas de avaliação de desempenho com distinção de mérito e incentivos associados aos melhores resultados.

O Governo quer uma Administração Pública que seja motivo de orgulho para os cabo-verdianos: mais leve, mais eficiente, mais próxima e mais transparente. Um Estado que sirva o cidadão, em vez de o fazer perder tempo e confiança.

Esta é a Administração Pública que Cabo Verde precisa para concretizar a Agenda “Cabo Verde Para Todos”.

3.4. A INADIABILIDADE DA DESCENTRALIZAÇÃO E A DESCONCENTRAÇÃO DOS SERVIÇOS

Descentralização e Fortalecimento do Poder Local

Para aprofundar a nossa democracia e promover um desenvolvimento mais equilibrado e inclusivo, o Governo assume a descentralização e a desconcentração como pilares fundamentais da próxima governação.

Num país arquipelágico como Cabo Verde, marcado por especificidades territoriais, vulnerabilidades económicas, geográficas e sociais, e com uma significativa diáspora, é essencial ultrapassar a lógica da mera participação eleitoral e avançar para uma cidadania substantiva, onde os cidadãos sejam efetivamente envolvidos na definição e na execução das políticas que afetam as suas vidas.

A descentralização não é apenas uma reforma administrativa — é um instrumento estratégico de modernização do Estado, de reforço da democracia e de coesão territorial. Ela permite aproximar as decisões dos cidadãos, aumentar a eficiência da gestão pública, incentivar a inovação local e combater as desigualdades regionais.

O Governo fará da descentralização um eixo estruturante da ação governativa, garantindo maior autonomia, capacidade e recursos às autarquias e às futuras Regiões Administrativas, sempre em articulação com a Administração Central.

Para concretizar esta visão, serão implementadas as seguintes medidas prioritárias:

1. Reforma Legislativa e Institucional

Aprovação de um novo “Pacote Legal do Poder Local”, que clarifique as competências exclusivas e partilhadas entre os diferentes níveis de governo e institua mecanismos permanentes de coordenação intergovernamental;

Criação de um sistema nacional de monitorização da descentralização, com identificação faseada de novas competências a transferir para os municípios e regiões.

2. Descentralização Financeira

Aumento progressivo do Fundo de Financiamento Municipal para 17% das receitas do Estado;

Transferência de competências acompanhada da correspondente dotação orçamental;

Definição de critérios objetivos de discriminação positiva para os municípios com maior incidência de pobreza, reforçando a coesão territorial;

Reforço da capacidade das autarquias para arrecadar e gerir as suas próprias receitas.

3. Capacitação Institucional e Modernização

Modernização digital das administrações locais e criação de centros regionais de apoio técnico;

Formação contínua e especializada dos recursos humanos das autarquias.

4. Participação e Governança Aberta

Implementação efetiva do Orçamento Participativo em todos os municípios;

Criação de plataformas digitais de consulta pública e de Conselhos Locais de Desenvolvimento Comunitário.

5. Descentralização Setorial

Transferência progressiva de competências em áreas estratégicas, nomeadamente:

Educação básica e gestão de infraestruturas escolares;

Cuidados de saúde primários;

Infraestruturas locais e saneamento básico;

Desenvolvimento agrícola e apoio às micro, pequenas e médias empresas;

Cultura, desporto e ação social comunitária.

A descentralização que o Governo propõe visa construir um Estado mais próximo, mais responsável e mais eficaz, onde o poder seja exercido de forma partilhada e o desenvolvimento seja verdadeiramente sentido em todas as ilhas e comunidades.

Esta é uma condição essencial para realizar a Agenda “Cabo Verde Para Todos” — um país coeso, onde cada cidadão possa participar ativamente na construção do seu futuro.

3.5. A PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E O ESTÍMULO À CIDADANIA, PARA A QUALIFICAÇÃO DA DEMOCRACIA

Fortalecimento da Democracia, da Cidadania e da Participação Política

A democracia é o regime que melhor garante o exercício pleno dos direitos e deveres dos cidadãos, a participação política e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. No entanto, o Governo reconhece que a nossa democracia enfrenta hoje desafios sérios que exigem respostas urgentes e estruturadas.

A crescente abstenção eleitoral, a apatia face à vida partidária e a perda de confiança em algumas instituições refletem uma distância que se tem vindo a instalar entre os cidadãos e o sistema político. Acresce uma cultura política por vezes marcada por excessos de autoritarismo, polarização e conflitualidade estéril, que enfraquece o debate público e reduz a qualidade da governação.

O Governo assume o compromisso de reforçar a qualidade da nossa democracia, promovendo uma participação cívica mais ampla, substantiva e contínua, que ultrapasse o momento eleitoral.

Para tal, serão desenvolvidas políticas e iniciativas que visem:

Combater a abstenção através de um debate nacional profundo sobre as suas causas, identificando os grupos etários, sociais e territoriais mais afetados e adotando medidas concretas de inclusão e motivação cívica;

Reforçar o diálogo e a concertação com as organizações representativas dos trabalhadores, da classe empresarial, da sociedade civil e das comunidades, criando mecanismos permanentes de auscultação e compromisso;

Promover o engajamento efetivo dos jovens na vida política e comunitária, através das suas organizações e de novas formas de participação, garantindo que as políticas públicas sejam construídas com a sua voz ativa;

Melhorar a qualidade dos serviços públicos, com especial atenção aos sectores da Saúde e da Educação, assegurando um atendimento mais humanizado, eficiente e próximo dos utentes;

Valorizar o papel da oposição como pilar essencial da democracia, promovendo um debate político mais maduro, respeitoso e orientado para o interesse nacional.

O Governo acredita que uma democracia forte exige cidadãos informados, participativos e exigentes. Por isso, o próximo Governo trabalhará para aproximar o poder das pessoas, combater a indiferença cívica e construir uma relação de confiança renovada entre o Estado e os cabo-verdianos.

Porque uma democracia viva, participativa e de qualidade é condição indispensável para a realização da Agenda “Cabo Verde Para Todos”.

4. JUSTIÇA PARA TODOS

4.1. Modernização e Fortalecimento do Sistema de Justiça

O Sistema Judicial é um pilar fundamental do Estado de Direito Democrático e um instrumento essencial para o desenvolvimento económico, a coesão social e a confiança dos cidadãos nas instituições.

No entanto, é inegável que o nosso sistema de justiça enfrenta desafios estruturais graves, nomeadamente a morosidade processual, a ineficiência na gestão dos tribunais e a dificuldade em responder com celeridade às necessidades dos cidadãos e das empresas. Para muitos cabo-verdianos, a lentidão da justiça equivale, na prática, à sua negação.

Acresce o aumento da criminalidade urbana, especialmente nos centros de Mindelo e Praia, e a emergência de formas mais organizadas de criminalidade transnacional, que exigem uma resposta mais robusta, coordenada e moderna.

O Governo considera a modernização profunda do Sistema de Justiça como um imperativo inadiável da próxima legislatura. Uma justiça célere, acessível, transparente e independente é condição indispensável para o fortalecimento da democracia, a atração de investimento e a construção de um Cabo Verde mais seguro e mais justo.

O Governo, atuará com determinação para:

4.1.1. MODERNIZAR O SISTEMA JUDICIAL

Modernização e Eficiência do Sistema de Justiça

O Sistema de Justiça é um pilar essencial do Estado de Direito Democrático e um instrumento fundamental para a coesão social, a segurança jurídica e o desenvolvimento económico do país.

No entanto, o modelo atual revela limitações estruturais significativas: morosidade processual, ineficiências na gestão, dificuldades de acesso equitativo à justiça e uma resposta ainda insuficiente face à evolução da criminalidade e dos conflitos sociais. Para muitos cidadãos, a demora na resolução dos litígios equivale, na prática, à negação da própria justiça.

O Governo considera a modernização profunda do Sistema de Justiça como uma prioridade estratégica e inadiável desta governação. Uma justiça mais célere, acessível, transparente e próxima dos cidadãos é condição essencial para reforçar a confiança nas instituições, proteger os direitos fundamentais e criar um ambiente favorável ao investimento e ao desenvolvimento sustentável.

Para o efeito, serão implementadas as seguintes medidas prioritárias:

Definição e execução de um Programa Plurianual de Investimentos na área da Justiça, com foco na modernização tecnológica e na digitalização dos serviços;

Democratização efetiva do acesso à justiça, através do reforço do sistema de apoio judiciário, garantindo que os cidadãos em situação de vulnerabilidade tenham assistência de qualidade;

Combate à morosidade processual, com a adoção de novas técnicas de gestão, revisão de procedimentos e fixação de prazos máximos de decisão, especialmente nos processos que envolvem direitos fundamentais das pessoas e das famílias;

Promoção de uma Justiça Económica mais célere e transparente, essencial para a confiança dos investidores e o combate à corrupção, à fraude e à evasão fiscal;

Desenvolvimento de mecanismos alternativos de resolução de conflitos, nomeadamente a mediação, a conciliação, a justiça restaurativa e a arbitragem, com especial ênfase nas áreas de Família, Menores, Laboral e Conflitos Administrativos;

Aceleração da transição digital da justiça, incluindo o processo judicial eletrónico, a citação eletrónica generalizada, a interoperabilidade entre instituições e a criação de plataformas digitais de acesso aos serviços judiciais;

Reforço da qualidade e da celeridade dos serviços notariais e de registo, com simplificação de procedimentos, balcões únicos e serviços online, acompanhado da valorização das respetivas carreiras e da melhoria das condições de trabalho;

Promoção de uma cultura de pacificação social, prevenindo conflitos e reforçando o papel da justiça como instrumento de estabilidade e coesão.

O Governo quer uma Justiça que seja percebida pelos cidadãos como próxima, eficaz e credível. Uma Justiça que proteja os direitos, resolva conflitos com celeridade e contribua ativamente para o desenvolvimento económico e social do país.

Esta é uma exigência central da Agenda “Cabo Verde Para Todos”.

4.1.2. REFORÇAR O TRIBUNAL DE CONTAS, COMO ÓRGÃO INDEPENDENTE DE CONTROLO DA LEGALIDADE FINANCEIRA E DE DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO

Fortalecimento do Tribunal de Contas

O Tribunal de Contas é um pilar fundamental do Estado de Direito Democrático e um órgão essencial na garantia da transparência, da legalidade e da boa gestão dos recursos públicos.

A sua independência face aos demais poderes do Estado constitui uma condição indispensável para o exercício imparcial, técnico e eficaz das suas competências de fiscalização, controlo e jurisdição financeira. Só um Tribunal de Contas forte, autónomo e respeitado pode proteger efetivamente o interesse público, prevenir e sancionar a má gestão, a corrupção e o desperdício de dinheiros públicos.

O Governo considera o reforço institucional do Tribunal de Contas como uma prioridade estratégica desta governação. Um Tribunal de Contas independente e dotado de meios adequados é indispensável para aumentar a confiança dos cidadãos nas instituições, combater a impunidade e promover uma cultura de responsabilidade e boa governação.

Para o efeito, o próximo Governo implementará as seguintes medidas prioritárias:

Reforço do quadro constitucional e legal do Tribunal de Contas, garantindo expressamente a sua plena independência e autonomia funcional, administrativa e financeira;

Promoção da escolha dos Juizes do Tribunal de Contas por concurso público, assegurando a transparência, o mérito e a qualificação técnica dos magistrados;

Garantia de autonomia orçamental, através de uma dotação financeira estável, adequada e suficiente que permita o cabal exercício das suas funções de fiscalização e jurisdição;

Alargamento e reforço dos poderes de fiscalização preventiva, concomitante e sucessiva, abrangendo a legalidade, a economicidade, a eficiência e a eficácia da gestão pública;

Aprimoramento dos regimes de responsabilidade financeira e sancionatória, garantindo a efetividade e a execução tempestiva das decisões do Tribunal;

Fortalecimento da articulação institucional com o Ministério Público e os demais órgãos de justiça, para uma resposta mais célere e coordenada face a indícios de corrupção e ilícitos financeiros;

Valorização dos recursos humanos, com formação especializada contínua, modernização tecnológica e reforço das capacidades técnicas e operacionais;

Promoção da transparência e do acesso público à informação, através da divulgação regular e acessível de relatórios, pareceres e decisões, reforçando o controlo democrático e a participação cidadã.

O Governo firma o compromisso de dotar o Tribunal de Contas dos instrumentos necessários para cumprir plenamente a sua elevada missão constitucional: proteger o erário público, combater a corrupção e garantir que os recursos dos cabo-verdianos sejam aplicados com rigor, transparência e em benefício de todos.

Um Tribunal de Contas forte é um pilar essencial de um Cabo Verde mais íntegro, mais justo e mais desenvolvido.

4.1.3. FORTALECER O MINISTÉRIO PÚBLICO E O ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO

Fortalecimento do Ministério Público

O Ministério Público é um pilar fundamental do Estado de Direito Democrático, com a missão essencial de defender a legalidade, proteger os direitos fundamentais dos cidadãos e salvaguardar o interesse público.

A sua independência funcional, administrativa e financeira constitui uma garantia institucional indispensável para o exercício imparcial, objetivo e eficaz das suas atribuições, nomeadamente no âmbito da ação penal, da investigação criminal e da proteção de interesses coletivos e difusos.

O Governo reconhece que um Ministério Público forte, autónomo e dotado de meios adequados é condição essencial para o combate à corrupção, à impunidade e à criminalidade organizada, bem como para a efetiva proteção dos cidadãos mais vulneráveis e a consolidação da confiança nas instituições.

Por isso, o reforço da independência e da capacidade operacional do Ministério Público será uma prioridade estratégica da próxima governação.

O Governo implementará as seguintes medidas prioritárias:

Assegurar o respeito integral pela autonomia funcional do Ministério Público, prevenindo qualquer forma de interferência política ou administrativa no exercício das suas competências;

Promover a escolha do Procurador-Geral da República por concurso público, envidando os esforços necessários para a adequação constitucional e legal desta solução;

Garantir uma dotação orçamental adequada, estável e previsível, reforçando a capacidade de gestão autónoma dos recursos humanos, financeiros e patrimoniais;

Promover a estabilidade normativa do estatuto do Ministério Público, evitando alterações legislativas que possam fragilizar a sua independência;

Reforçar a capacidade investigatória e de intervenção, especialmente em casos complexos de elevada relevância pública;

Investir na modernização tecnológica e na digitalização dos processos, melhorando a eficiência e a celeridade da ação institucional;

Promover a formação contínua e especializada dos magistrados e funcionários, valorizando as carreiras e melhorando as condições de trabalho;

Reforçar a intervenção do Ministério Público na proteção da infância e juventude, das vítimas de violência, das pessoas idosas e de outros grupos em situação de vulnerabilidade;

Fortalecer os mecanismos de comunicação institucional e de prestação de contas à sociedade, através da divulgação regular de dados estatísticos e relatórios de atividade, sempre respeitando o segredo de justiça.

Um Ministério Público independente, moderno e eficaz é indispensável para afirmar que, em Cabo Verde, a lei se aplica a todos de forma equitativa e que ninguém está acima da Justiça.

4.1.4. REFORÇAR O SERVIÇO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL CIENTÍFICA

Qualificação da Investigação Criminal e Modernização da Justiça Penal

A modernização do Sistema de Justiça exige o reforço e a qualificação da investigação criminal científica, tornando a justiça mais acessível, mais célere, mais transparente, mais eficiente e socialmente mais comprometida.

Uma investigação criminal robusta, especializada e dotada de meios adequados é condição essencial para o combate efetivo à criminalidade, a proteção dos direitos das vítimas e a afirmação do Estado de Direito. Sem uma investigação de qualidade, a justiça penal perde eficácia e credibilidade.

O Governo, consciente desta realidade, atuará com determinação para fortalecer toda a cadeia de investigação criminal, garantindo maior coordenação institucional, modernização tecnológica e capacitação dos recursos humanos.

Para o efeito, serão implementadas as seguintes medidas prioritárias:

Reforço da estrutura e da capacidade operacional da Polícia Judiciária, enquanto órgão central de investigação criminal, em estreita articulação e coordenação com a Procuradoria-Geral da República;

Fortalecimento da supervisão e acompanhamento permanente pelo Ministério Público dos processos delegados aos órgãos de polícia criminal, visando reduzir significativamente os níveis de prescrição e aumentar a eficácia da justiça penal;

Modernização e capacitação do Laboratório de Polícia Científica, dotando-o de recursos humanos, materiais, técnicos e financeiros adequados para a realização de perícias de elevada qualidade e celeridade;

Reforço dos meios de investigação da Polícia Judiciária, com especial enfoque na prevenção e no combate à criminalidade organizada, transnacional e complexa, através da aquisição de tecnologias especializadas e da formação contínua e avançada dos seus agentes.

O Governo considera que uma investigação criminal qualificada e moderna é indispensável para proteger a sociedade, garantir a confiança dos cidadãos na Justiça e afirmar o princípio de que, em Cabo Verde, a lei se aplica efetivamente a todos.

4.1.5. MODERNIZAR OS SERVIÇOS DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO

Modernização dos Serviços de Registos, Notariado e Identificação

A modernização dos Serviços de Registos, Notariado e Identificação constitui uma prioridade estratégica para melhorar a qualidade da prestação de serviços aos cidadãos e às empresas, simplificar procedimentos e contribuir de forma decisiva para a dinamização da economia nacional.

O Governo assumirá como compromisso central a transformação digital e a desburocratização destes serviços, tornando-os mais céleres, acessíveis, transparentes e próximos dos utentes.

Para o efeito, serão implementadas as seguintes medidas prioritárias:

Aceleração da integração digital dos Registos, Notariado e Identificação, através do desenvolvimento, aperfeiçoamento e plena operacionalização dos sistemas já existentes — SIN (Sistema de Informação Notarial), SIRP (Registo Predial), SIRC (Registo Comercial), SIRA (Registo Automóvel), SIC (Registo Criminal) e RNI (Registo Civil) —, permitindo a prática de atos online, a redução significativa de prazos e a melhoria substancial da qualidade do serviço prestado;

Valorização e capacitação dos profissionais do sector, com formação especializada contínua, melhoria das condições de trabalho e reforço dos mecanismos de inspeção e controlo interno, de forma a elevar a eficiência, a integridade e a eficácia da resposta aos utentes;

Redução dos prazos máximos para a realização de atos notariais e registrais, eliminando constrangimentos burocráticos desnecessários;

Reforço do Balcão Único, mediante protocolos com as Câmaras Municipais, permitindo que, no próprio ato da escritura, o utente possa efetuar o pagamento do Imposto Único sobre o Património (IUP) e dos emolumentos devidos às Conservatórias, simplificando e agilizando todo o processo.

O Governo quer que os serviços de registos e notariado deixem de ser um entrave burocrático e passem a ser um verdadeiro facilitador da vida dos cidadãos e da atividade económica. Uma administração mais digital, mais rápida e mais transparente é essencial para reforçar a confiança dos cabo-verdianos nas instituições e para criar um ambiente favorável ao investimento e ao desenvolvimento.

4.1.6. ACTUAR NA REINserÇÃO SOCIAL E NOS SERVIÇOS PRISIONAIS

Reforma do Sistema Prisional e Reforço da Reinserção Social

O sistema prisional e a política de reinserção social são componentes essenciais de uma justiça humanizada, eficaz e orientada para a prevenção da reincidência e a construção de uma sociedade mais segura e coesa.

O Governo assume como prioridade a modernização e humanização do sistema prisional, garantindo condições dignas de reclusão, o respeito pelos direitos fundamentais dos reclusos e, sobretudo, o sucesso da sua reinserção social.

Para o efeito, serão implementadas as seguintes medidas prioritárias:

Criação de uma Escola de Formação, Estudos e Investigação em Serviços Prisionais e Reinserção Social, destinada à formação inicial e contínua de todos os profissionais do sector, com vista à valorização das carreiras, ao reforço da qualificação e à formação de novas lideranças;

Reorganização da população prisional feminina, assegurando condições adequadas e diferenciadas nos estabelecimentos prisionais;

Reforço da segurança dos Estabelecimentos Prisionais, através da formação especializada dos agentes penitenciários e da modernização dos meios técnicos e operacionais;

Revisão e atualização do regime de acesso à assistência jurídica aos reclusos, garantindo uma defesa efetiva e tempestiva dos seus direitos;

Revisão do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, incorporando as evoluções da jurisprudência e do direito comparado, para promover maior eficácia na execução penal e facilitar a aplicação de penas e medidas alternativas, nomeadamente o trabalho a favor da comunidade;

Regulamentação jurídica da relação laboral especial dos reclusos, criando condições para a prestação de trabalho durante o cumprimento da pena, como instrumento fundamental de reinserção social, formação profissional e preparação para a vida em liberdade.

O Governo defende uma política prisional equilibrada, que combine segurança, dignidade humana e efetiva reinserção, contribuindo para a redução da reincidência e para a construção de uma sociedade mais justa e segura.

4.1.7. PROMOVER A CONCILIAÇÃO E APOSTAR NA MEDIAÇÃO

Promoção da Conciliação, Mediação e Resolução Alternativa de Conflitos

O Sistema Judicial cabo-verdiano enfrenta desafios estruturais significativos, nomeadamente a morosidade processual, o aumento da litigiosidade e os elevados custos de acesso à justiça, que afetam de forma mais gravosa os cidadãos em situação de vulnerabilidade e os residentes nas ilhas com menor cobertura institucional.

Neste contexto, a conciliação e a mediação assumem uma importância estratégica como mecanismos céleres, eficazes e inclusivos de resolução alternativa de conflitos, contribuindo para a pacificação social, a descongestão dos tribunais e o reforço da confiança dos cidadãos na Justiça.

O Governo promoverá a criação de Centros de Conciliação e Mediação (CCM) em cada ilha, vinculados ao Conselho Superior da Magistratura, com o objetivo de garantir o acesso universal a formas consensuais de resolução de litígios e aliviar a pressão sobre os tribunais judiciais.

Estes centros permitirão:

Facilitar a resolução consensual de conflitos civis, comerciais, familiares, laborais e comunitários;

Reduzir substancialmente o congestionamento dos tribunais;

Diminuir os custos processuais para o Estado e para os cidadãos;

Reforçar a cultura de diálogo, consenso e responsabilidade social;

Garantir uma cobertura territorial equitativa em todo o arquipélago.

Para viabilizar esta reforma, o Governo fará aprovar uma Lei de Conciliação e Mediação, que definirá competências, procedimentos e efeitos jurídicos dos acordos, consagrando, nomeadamente:

O encaminhamento obrigatório ou facultativo para mediação de determinados tipos de litígios;

O reconhecimento dos acordos homologados como títulos executivos;

A integração dos Centros na Política Nacional de Acesso à Justiça.

Paralelamente, será criado um Registo Nacional de Mediadores e Conciliadores, com requisitos de formação e certificação rigorosos, acompanhado de um amplo programa de capacitação dirigido a mediadores, conciliadores, magistrados e funcionários judiciais, em parceria com universidades e instituições de formação.

O Governo está convicto de que o reforço dos mecanismos alternativos de resolução de conflitos contribuirá para uma justiça mais próxima, mais humana e mais eficaz, reduzindo a pendência processual, aumentando a celeridade na resolução de litígios e fortalecendo a coesão social e a paz comunitária.

5. SEGURANÇA PARA TODOS

Segurança Pública e Reforma do Sector da Segurança Interna

A segurança pública é um direito fundamental e um pilar essencial da coesão social, do desenvolvimento económico e da confiança dos cidadãos nas instituições. Trata-se de um serviço

universal destinado a proteger a integridade física das pessoas, os seus bens e a ordem pública, exercido pelas forças e serviços de segurança em estreita articulação com o Poder Judicial.

O Governo reconhece que a segurança é uma condição indispensável para a qualidade de vida, o investimento e o progresso nacional. Por isso, fará da segurança interna uma prioridade estratégica, implementando uma reforma profunda que combine prevenção, proximidade, inteligência e eficiência operacional.

Esta reforma assentar-se-á em dois grandes eixos: reformas macro (estruturais e de política) e reformas micro (organizacionais e operacionais).

Reformas Macro

Distribuição de funções de segurança pública aos níveis infranacionais, apoiando os municípios na criação e organização de polícias municipais, com formação adequada e enquadramento legal claro;

Territorialização coerente dos subsistemas de segurança, de acordo com o mapeamento demográfico e criminal, promovendo maior integração e cooperação entre as diferentes forças;

Redefinição dos níveis de coordenação e tutela dos subsistemas policiais, reforçando a investigação criminal da Polícia Nacional e consolidando o modelo de polícia de ciclo completo;

Criação de um Sistema Integrado de Estatísticas Criminais, eliminando redundâncias e garantindo fiabilidade dos dados para uma atuação mais informada e eficaz;

Edificação de uma Política Nacional de Cibersegurança, com a criação de um Centro Nacional de Resposta a Incidentes Cibernéticos em regime de monitorização 24 horas.

Reformas Micro

Reorganização da estrutura das forças e serviços de segurança, reduzindo níveis burocráticos e reforçando o nível operacional para um policiamento mais efetivo e próximo;

Implementação de um programa consistente de policiamento de proximidade, corrigindo resistências e promovendo uma polícia proactiva e orientada para a comunidade;

Incremento de unidades policiais com base territorial nos principais centros urbanos, com redefinição de áreas de jurisdição e criação de um Comando Metropolitano na Praia;

Revitalização e modernização das unidades especiais de intervenção e ações táticas, adaptando-as às novas ameaças e riscos de violência e criminalidade;

Qualificação profissional dos agentes, com revisão dos estatutos, regulamentos de recrutamento, seleção e formação, e implementação de programas de formação contínua;

Aumento da videovigilância, em parceria com as autarquias, através de uma Plataforma Unificada de Segurança.

Paralelamente, o Governo atuará de forma integrada nas seguintes áreas:

Combate ao Tráfico de Estupefacientes e aos fenómenos criminais associados;

Fortalecimento da Proteção Civil, reforçando a interoperabilidade com as forças de segurança, atualizando a Estratégia Nacional de Redução de Riscos de Desastres e estimulando a criação de corpos de bombeiros voluntários e associações comunitárias;

Reestruturação da Segurança Privada, atualizando o estatuto do vigilante e a lei que regula o sector.

O Governo quer uma segurança pública mais inteligente, mais próxima e mais eficaz — que proteja os cidadãos, dissuada a criminalidade e contribua para a coesão social e o desenvolvimento sustentável.

5.1. DEFESA NACIONAL: UM PILAR DO ESTADO CONTEMPORÂNEO

Defesa Nacional: Soberania, Estabilidade e Afirmação Internacional

A Defesa Nacional constitui um pilar estruturante do Estado contemporâneo e um instrumento essencial da soberania, da independência e da afirmação internacional de Cabo Verde.

O Governo compreende a Defesa como uma política de Estado de longo prazo, que deve ser articulada de forma integrada com a segurança interna, a economia, a ciência e tecnologia, a política externa e o desenvolvimento sustentável. Mais do que uma função militar, a Defesa é um fator de estabilidade, de proteção do território, do espaço marítimo, aéreo e cibernético, e de projeção estratégica do país no concerto das nações.

Num contexto global marcado por ameaças híbridas, instabilidade regional, competição geopolítica e riscos cibernéticos, torna-se imperativo modernizar e capacitar as Forças Armadas, garantindo que estejam permanentemente preparadas para responder aos desafios internos e externos que se colocam à Nação.

Neste sentido, o Governo prosseguirá com a modernização e o reforço das capacidades de Defesa, através das seguintes medidas prioritárias:

Revisão da legislação de Programação Militar, com planeamento plurianual estável, reforço da capacidade de projeção estratégica e modernização de equipamentos e sistemas de comando e controlo;

Investimento em capacidades de vigilância marítima e espacial, com especial ênfase no reforço da monitorização da Zona Económica Exclusiva, através de um sistema avançado e integrado;

Reforço da participação de Cabo Verde em operações de manutenção de paz das Nações Unidas e em missões internacionais;

Maior integração operacional entre as Forças Armadas e a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil;

Reforço da inserção de Cabo Verde nos sistemas de segurança cooperativa, ao nível sub-regional, regional e internacional;

Revisão do Serviço Militar Obrigatório, reforço do Serviço de Informação Militar e atualização do Programa “Soldado Cidadão”.

No âmbito da política externa e da vocação atlântica de Cabo Verde, o Governo reforçará a segurança cooperativa no Atlântico Médio e Sul, através de uma participação ativa nos mecanismos da CEDEAO (incluindo a Zona G), da CPLP, da ZOPACAS, do Centro do Atlântico e do Mecanismo das Presenças Marítimas Coordenadas (PMC).

O Governo defende uma Defesa Nacional moderna, credível e capaz de garantir a soberania do país, contribuir para a estabilidade regional e projetar Cabo Verde como um parceiro responsável e estratégico no espaço atlântico.

5.2. UMA DIPLOMACIA AO SERVIÇO DOS SUPREMOS INTERESSES DO PAÍS & UMA DIÁSPORA MERECEDORA DE RECONHECIMENTO

5.2.1. UMA DIPLOMACIA QUE PRIORIZE OS SUPREMOS INTERESSES DO PAÍS

Política Externa: Soberania, Interesse Nacional e Afirmação Internacional

O Governo defende uma Política Externa com sentido patriótico, orientada pela defesa intransigente dos supremos interesses de Cabo Verde, ancorada em valores, princípios e realismo estratégico.

Num mundo cada vez mais complexo e multipolar, a diplomacia cabo-verdiana deve ser ativa, pragmática e orientada para resultados. Deve afirmar a soberania nacional, promover a integração regional e internacional, e servir como instrumento de desenvolvimento económico, social, ambiental e tecnológico, de captação de investimento, turismo, e projeção da “Marca Cabo Verde”.

A Política Externa não pode ser reativa ou conjuntural. Deve ser coerente, previsível e ao serviço de uma agenda nacional clara. Por isso, o Governo dará prioridade à diplomacia económica, à valorização da diáspora, ao reforço da cooperação bilateral e multilateral e à afirmação de Cabo Verde como um parceiro credível e responsável no espaço atlântico e africano.

Neste sentido, o Governo atuará nas seguintes prioridades estratégicas:

Dar prioridade às relações bilaterais e multilaterais, sendo o espaço lusófono e os países da vizinhança africana e atlântica regiões com as quais Cabo Verde partilha laços históricos, culturais e estratégicos;

Melhorar a coordenação, eficácia e impacto da cooperação internacional, incluindo a ajuda externa ao desenvolvimento, promovendo a apropriação nacional das prioridades, uma cooperação estruturante e programada com os Parceiros, a exploração de mecanismos inovadores de financiamento do desenvolvimento, incluindo a conversão da dívida e a adoção de critérios multidimensionais no acesso à cooperação e financiamento internacional, bem com maior envolvimento do sector privado nacional e das organizações não-governamentais;

Contribuir para a internacionalização e competitividade das empresas cabo-verdianas, promovendo a “Marca Cabo Verde” como símbolo de qualidade e credibilidade, bem como fomentar a atração de investimento direto estrangeiro e o estabelecimento de parcerias com empresas nacionais.

Valorizar o desporto e a cultura cabo-verdianos como vetores de projeção internacional, promovendo a Marca Tubarão Azul, bem como os atletas, artistas e produtos culturais nacionais, enquanto expressões de identidade, talento e excelência.

Criar um modelo de Conselheiros de Comércio Externo, composto por personalidades qualificadas da diáspora e do sector privado, para apoiar a prospeção económica e o reforço das relações externas;

Reforçar a Parceria Especial com a União Europeia, desenvolvendo uma parceria económica estratégica, especialmente nas áreas do investimento sustentável, do crescimento económico, da economia azul, do acesso aos mercados, e das reformas institucionais;

Contribuir para a afirmação de Cabo Verde no contexto dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), defendendo de forma proativa interesses comuns e as especificidades dos SIDS, e promovendo o desenvolvimento sustentável;

Contribuir para a construção de uma nova ordem internacional baseada no Direito Internacional, no respeito pelos direitos humanos e na solidariedade com os países menos desenvolvidos;

Promover o recrutamento e a presença de quadros cabo-verdianos em instituições internacionais;

Reforçar a integração regional na CEDEAO, no continente africano e na Macaronésia, assegurando participação ativa e maior representação nacional;

A atividade diplomática exige formação contínua e elevada qualificação dos seus agentes. O Governo promoverá:

O reforço da capacitação permanente dos diplomatas, com enfoque em dossiers económicos, securitários, desenvolvimento, digital, culturais e ambientais e climáticos;

A modernização do processo de recrutamento e promoção na carreira diplomática, tornando-o mais seletivo, meritocrático e alinhado com as exigências da diplomacia contemporânea;

O fortalecimento do Instituto Diplomático, enquanto centro de estudos, investigação e formação, essencial à modernização do sistema de política externa.

O Governo defende uma diplomacia ao serviço do desenvolvimento, da soberania e da afirmação de Cabo Verde como nação respeitada, responsável e estratégica no Atlântico.

5.5.2. UMA DIÁSPORA MERECEDORA DE RECONHECIMENTO

A Diáspora Cabo-verdiana: Um Actor Estratégico do Desenvolvimento Nacional

A Diáspora representa uma das maiores riquezas de Cabo Verde. Com mais de 60% da população total distribuída pela Europa, Américas, África e outras regiões do mundo, os cabo-verdianos na diáspora são não apenas enviados de remessas, mas também um ativo político, económico, social e cultural de enorme relevância.

O Governo reconhece a Diáspora como parceira estratégica no desenvolvimento nacional e assume o compromisso de a integrar plenamente na vida do país, promovendo a sua participação económica, social e política, ao mesmo tempo que reforça o seu bem-estar e integração nos países de acolhimento.

Para tal, serão implementadas as seguintes medidas prioritárias:

Reforçar a integração das comunidades cabo-verdianas nos países de acolhimento, promovendo a cidadania ativa e o respeito pelos seus direitos;

Consolidar os mecanismos de participação política e social da Diáspora na vida nacional, nomeadamente através do reforço do Conselho das Comunidades Cabo-verdianas;

Modernizar e expandir o Consulado Virtual e o Portal Consular, garantindo uma prestação de serviços mais célere, digital e próxima dos emigrantes;

Melhorar significativamente a emissão de documentos essenciais (Cartão Nacional de Identificação e Passaportes Eletrónicos), reduzindo prazos e burocracia;

Promover a inserção política e cívica dos cabo-verdianos nos países de residência, incentivando a participação eleitoral e o associativismo;

Criar e dinamizar Centros de Língua e Cultura Cabo-verdiana em parceria com associações locais e universidades;

Fortalecer as parcerias institucionais entre o Governo e as associações da Diáspora;

Desenvolver programas de retorno temporário de quadros da Diáspora para áreas estratégicas, com especial enfoque na saúde (Medicina) e em sectores técnicos e científicos;

Melhorar a gestão humanizada dos processos de deportação, garantindo dignidade e apoio aos cidadãos em situação de vulnerabilidade;

Aumentar o valor das pensões concedidas a cabo-verdianos em situação de vulnerabilidade, especialmente nos países africanos (São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Senegal);

Reforçar o Estatuto do Investidor Emigrante, aprofundando os incentivos fiscais e institucionais à sua participação na economia nacional;

Rever e atualizar a Lei da Nacionalidade, de forma a responder às especificidades da Diáspora, particularmente da que reside no continente africano.

O Governo considera a Diáspora não como um apêndice, mas como parte integrante da Nação. Fortalecer os laços com os cabo-verdianos no estrangeiro é essencial para o desenvolvimento económico, para a coesão nacional e para a projeção internacional de Cabo Verde.

5.3. GARANTIR A INDEPENDÊNCIA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL, PARA REFORÇAR A DEMOCRACIA

Comunicação Social: Liberdade, Independência e Qualidade como Pilares da Democracia

A comunicação social é um pilar fundamental da democracia. Uma imprensa livre, independente, plural e de qualidade constitui condição essencial para o exercício pleno da cidadania, para o escrutínio do poder e para a consolidação do Estado de Direito.

O Governo reconhece os avanços registados nas últimas décadas no sector da comunicação social em Cabo Verde, com o surgimento de novos órgãos, o reforço da cultura jornalística e a existência de um quadro legal que protege formalmente a liberdade de expressão. No entanto, persistem vulnerabilidades estruturais que comprometem a plena independência editorial, a sustentabilidade económica dos media e a qualidade da informação prestada aos cidadãos.

É necessário garantir que a liberdade de imprensa não seja apenas formal, mas efetiva, protegendo os media de pressões políticas ou económicas indiretas e assegurando condições dignas para o exercício da profissão jornalística.

O Governo assumirá como compromisso estratégico o reforço de uma comunicação social forte, independente, plural e responsável, capaz de informar com rigor, fiscalizar o poder e contribuir para o debate público informado.

Para o efeito, serão implementadas medidas orientadas para:

Reforçar a independência dos órgãos de comunicação social, públicos e privados, face ao poder político e económico;

Promover a transparência na atribuição de apoio público aos media e criar mecanismos que reduzam riscos de interferência;

Garantir condições dignas de trabalho aos profissionais da comunicação, com valorização da profissão jornalística e formação contínua;

Apoiar a modernização tecnológica e a sustentabilidade económica dos media, especialmente dos órgãos regionais e locais;

Fortalecer o papel dos media públicos como serviço de interesse geral, garantindo pluralismo, independência editorial e qualidade informativa.

Uma comunicação social livre e responsável é indispensável para aprofundar a democracia, combater a desinformação e fortalecer a confiança dos cidadãos nas instituições.

5.3.1. A COMUNICAÇÃO SOCIAL PÚBLICA

Comunicação Social Pública: Independência, Qualidade e Serviço Público

Os órgãos públicos de comunicação social são um pilar essencial da democracia. A sua independência, pluralismo e qualidade são indispensáveis para informar os cidadãos, fomentar o debate público, promover a coesão nacional e fortalecer a confiança nas instituições.

O Governo assume o compromisso de reforçar a autonomia e a capacidade dos meios públicos, garantindo que cumpram plenamente a sua missão de serviço público, com rigor, pluralismo e proximidade aos cabo-verdianos, incluindo a Diáspora.

Para o efeito, serão implementadas as seguintes medidas prioritárias:

Proteção efetiva da autonomia editorial dos órgãos públicos de comunicação social, através de um estatuto jurídico vinculativo que proíba expressamente qualquer ingerência política, direta ou indireta;

Criação de um modelo de financiamento plurianual para a RTC, que assegure previsibilidade, estabilidade e autonomia financeira;

Modernização tecnológica da RTC, com o objetivo de melhorar a qualidade dos conteúdos, permitir a monetização sustentável e expandir a sua presença junto da Diáspora cabo-verdiana;

Revisão do contrato de concessão de serviço público da RTC, definindo com clareza a missão de serviço público e estabelecendo indicadores mensuráveis de desempenho em áreas como pluralismo político, diversidade de fontes, cobertura territorial equilibrada, programação cultural e educativa, inclusão de jovens e minorias, e promoção da coesão nacional;

Reforço da transparência na gestão, com publicação obrigatória de todos os contratos de produção externa, aquisição de conteúdos e prestação de serviços, e clara distinção entre conteúdos editoriais e patrocinados;

Realização de auditorias independentes regulares, com divulgação pública dos resultados;

Reforço do papel da entidade reguladora da comunicação social, garantindo maior capacidade de fiscalização e enforcement;

Promoção da formação contínua e especialização dos jornalistas, com especial enfoque no jornalismo investigativo e na ética profissional;

Atualização do Estatuto dos Jornalistas, revisando incompatibilidades e reforçando a proteção profissional;

Fortalecimento da regulamentação da Carteira Profissional, conferindo maior eficácia à sua fiscalização;

Reforço das exigências de imparcialidade, equilíbrio e pluralismo, especialmente em períodos eleitorais e pré-eleitorais.

O Governo defende uma comunicação social pública forte, independente e de qualidade como instrumento central da democracia e do debate público informado. Uma RTC moderna, credível e próxima dos cidadãos é fundamental para a consolidação do Estado de Direito e para a construção de uma sociedade mais participativa e coesa.

5.3.2. A IMPRENSA PRIVADA

Fortalecimento dos Media Privados: Pluralismo, Sustentabilidade e Independência Editorial

O reforço do serviço público de comunicação social não dispensa um ecossistema privado forte, plural, independente e economicamente viável. Pelo contrário, a sustentabilidade dos média privados é essencial para a qualidade da democracia, para o pluralismo informativo e para o escrutínio efetivo do poder.

Em Cabo Verde, a imprensa privada enfrenta dificuldades estruturais: um mercado publicitário reduzido, dependência excessiva da publicidade institucional, fragilidade económica e, em alguns casos, pressões políticas e económicas indiretas. Estas condições têm levado ao enfraquecimento ou ao encerramento de vários órgãos, limitando a diversidade informativa e a cobertura nacional.

O Governo considera que um sector privado de comunicação social robusto e independente é um ativo estratégico da democracia. Por isso, assumirá como compromisso promover a sustentabilidade económica dos média privados, sem comprometer a sua autonomia editorial.

Para o efeito, o Governo implementará as seguintes medidas prioritárias:

Criação de um quadro transparente e competitivo de apoio ao desenvolvimento dos média privados, baseado em critérios objetivos, públicos e auditáveis;

Instituição de um Fundo de Desenvolvimento dos Media, destinado a financiar projetos jornalísticos independentes, investigação de interesse público, inovação digital e expansão da cobertura informativa em regiões com menor presença mediática;

Reforma do sistema de publicidade institucional do Estado, garantindo uma distribuição equitativa, transparente e proporcional entre os diferentes órgãos de comunicação social;

Regulamentação mais rigorosa da atividade publicitária do operador público, evitando a concorrência desleal com os média privados;

Criação de programas permanentes de literacia mediática, em parceria com os órgãos de comunicação social e instituições de ensino;

Incentivo à autorregulação do sector, com a adoção de códigos de conduta elevados, mecanismos internos de supervisão ética e promoção da responsabilidade jornalística.

O Governo defende que a liberdade de imprensa só é efetiva quando acompanhada de condições económicas e institucionais que permitam aos média privados exercerem o seu papel com independência, qualidade e sustentabilidade.

Um sector mediático plural, forte e independente é indispensável para aprofundar a democracia e construir uma sociedade mais informada, crítica e participativa.

6. ENFRENTAR AS QUESTÕES TRANSVERSAIS, PARA CONSTRUIR UM CABO VERDE PARA TODOS

São várias as questões transversais, assumidas como essenciais, para a concretização da Agenda “CABO VERDE PARA TODOS”, porquanto entendidas como temas fundamentais que perpassam diferentes sectores de governação, políticas públicas e áreas de conhecimento.

Por isso, o objetivo dessa abordagem é garantir que esses temas cruciais são integrados, de forma sistemática e contínua, no planeamento e na execução de todas as ações da Agenda “CABO VERDE PARA TODOS”.

6.1. JUVENTUDE: A “FORÇA MOTORA” DA NAÇÃO

Juventude: Prioridade Nacional e Força Motora do Desenvolvimento

A juventude cabo-verdiana constitui o principal ativo demográfico, económico e social do país. O seu dinamismo, criatividade e potencial representam uma oportunidade histórica que o Governo coloca no centro das políticas públicas.

Cabo Verde possui um bónus demográfico que deve ser transformado em vantagem competitiva. Capacitar os jovens, criar oportunidades dignas e integrá-los plenamente no processo de desenvolvimento é, por isso, uma prioridade estratégica do próximo Governo.

O Governo assume um compromisso claro: governar com os jovens, para os jovens e a partir dos jovens, colocando-os no epicentro das decisões estratégicas do país.

Para tal, serão implementadas políticas estruturantes nas seguintes áreas:

1. Emprego e Empreendedorismo Jovem

Implementação de uma Estratégia Nacional de Emprego Jovem, com metas claras, acompanhamento e avaliação pública;

Combate à precariedade laboral, limitando o uso abusivo de contratos a prazo e estágios sucessivos;

Reforma dos estágios profissionais, garantindo direitos e qualidade formativa;

Incentivos fiscais às empresas que contratam jovens;

Criação de um Fundo de Garantia para Startups e expansão de incubadoras de negócios em todas as ilhas;

Lançamento do Programa Primeiro Emprego Digital.

2. Educação, Formação e Qualificação

Formação superior gratuita na Universidade Pública de Cabo Verde;

Programa Especial de Bolsas de Estudo para jovens que ingressem no ensino superior privado;

Definição anual de um “numerus clausus” de bolsas em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional.

3. Habitação e Autonomia Juvenil

Desenvolver um eixo de habitação jovem no âmbito do Plano Nacional de Habitação, em parceria com os municípios e o setor privado, no quadro de uma abordagem integrada da política habitacional;

Redução significativa do ITI (Imposto sobre as Transmissões de Imóveis) na aquisição da primeira habitação própria e permanente por jovens e jovens casais;

Criação de um mecanismo público de garantia parcial ao crédito à habitação jovem, em parceria com o sistema financeiro;

Programas de arrendamento acessível para jovens trabalhadores e estudantes, integrados no parque público de habitação;

Retoma da autoconstrução assistida e de cooperativas de habitação, com definição de normas técnicas nacionais e mecanismos de acompanhamento e fiscalização;

Crédito bonificado até aos 35 anos, enquadrado na política fiscal e na sustentabilidade financeira do Estado.

4. Saúde, Bem-Estar e Proteção Social

Plano Nacional de Saúde Mental Juvenil e apoio psicossocial nas escolas;

Reforço dos programas de prevenção ao consumo de drogas e de comportamentos de risco;

Fortalecimento da educação sexual e reprodutiva.

5. Participação Cívica e Política

Instituição do Orçamento Participativo Jovem;

Criação de um Fundo Nacional para Projetos Juvenis.

6. Juventude Digital e Inovadora

Acesso universal à internet e às tecnologias, promovendo o empreendedorismo digital, criativo e sustentável.

7. Igualdade e Direitos

Defesa dos direitos das jovens mulheres, da juventude LGBTQIA+, dos jovens com deficiência e dos jovens imigrantes;

Promoção da igualdade salarial e tolerância zero à violência baseada no género.

8. Desporto e Alta Competição

Valorização dos atletas com proteção social, estatuto próprio e apoio à carreira desportiva;

Apoio à alta competição baseado no mérito e na boa governação;

Melhoria das condições para a participação internacional de atletas e seleções nacionais;

Construção e requalificação de infraestruturas desportivas.

9. Cultura e Identidade Nacional

Valorização da língua cabo-verdiana e das expressões culturais como pilares da identidade;

Apoio à criação cultural jovem, especialmente em bairros e comunidades vulneráveis;

Reconhecimento da cultura como direito e fonte de emprego e realização para a juventude.

O Governo quer uma juventude protagonista, não espectadora. Uma juventude capacitada, com oportunidades reais e voz ativa na construção do futuro do país.

Desporto para Todos: Inclusão, Saúde e Desenvolvimento

O desporto é um pilar essencial do desenvolvimento sustentável de Cabo Verde. Mais do que uma atividade recreativa, constitui um instrumento poderoso de promoção da saúde pública, da inclusão social, da formação de valores e da afirmação internacional do país.

O Governo integrará o desporto como política transversal, em articulação com os sectores da Educação, Juventude, Saúde e Economia, reconhecendo o seu potencial transformador na construção de uma sociedade mais saudável, coesa e dinâmica.

Para tal, serão implementadas as seguintes medidas prioritárias:

1. Desporto para Todos e Inclusão Social

Implementação do Programa Nacional “Desporto para Todos”, com atividades comunitárias regulares em todas as ilhas;

Promoção do desporto feminino, com incentivos específicos e campanhas de igualdade de género;

Criação de programas desportivos em bairros vulneráveis, como instrumento de inclusão social e prevenção de riscos;

Garantia de acesso universal à prática desportiva, em todas as ilhas e concelhos.

2. Desporto Escolar e Formação de Base

Consolidação das Olimpíadas do Desporto Escolar em todas as ilhas, com introdução de novas modalidades;

Criação de Centros Regionais de Formação Desportiva;

Integração plena do desporto no sistema educativo, como ferramenta pedagógica e formativa;

Atribuição de bolsas de iniciação desportiva para jovens talentos.

3. Desporto de Alto Rendimento e Excelência

Reforço do Programa Bolsa Atleta para desportistas de alto rendimento;

Criação de um Centro Nacional de Alto Rendimento, com apoio técnico-científico nas áreas de nutrição, medicina desportiva e psicologia;

Estabelecimento de acordos internacionais para formação de treinadores e apoio à alta competição;

Incentivos fiscais para patrocinadores do desporto nacional.

4. Infraestruturas Desportivas

Adoção de um Plano Nacional de Infraestruturas Desportivas, com construção e requalificação de campos polivalentes e pavilhões multiusos;

Implementação de uma Estratégia Nacional de Iluminação de Infraestruturas Desportivas, priorizando energias renováveis;

Promoção de parcerias público-privadas para a gestão sustentável de equipamentos desportivos.

5. Desporto, Economia e Empreendedorismo

Promoção do Turismo Desportivo (eventos internacionais, estágios e competições);

Formação profissional em gestão desportiva e apoio ao empreendedorismo juvenil no sector;

Criação de um Fundo Nacional de Desenvolvimento do Desporto.

6. Valorização e Proteção dos Atletas

Efetivação do Estatuto do Atleta e do Desportista Cabo-verdiano, com proteção social e condições para a carreira;

Implementação de um regime de proteção social para atletas e desportistas;

Criação de um seguro desportivo obrigatório;

Revisão e efetiva implementação dos estatutos do “Estudante-Atleta” e do “Atleta de Alto Rendimento”.

7. Governação, Transparência e Profissionalização

Criação de condições para a profissionalização dos presidentes das federações nacionais;

Atribuição do Estatuto de Utilidade Pública aos clubes que cumpram requisitos de boa governação e transparência.

8. Formação Inicial e Inclusão

Reforço das Escolas de Iniciação Desportiva (EID), com programa nacional de financiamento e acompanhamento técnico;

Criação de um Programa Integrado de Formação de Atletas, articulando escola, clubes e iniciação desportiva.

9. Seleções Nacionais e Diáspora

Criação de mecanismos de apoio específico às Seleções Nacionais;

Estabelecimento de um mecanismo célere para atribuição da nacionalidade e passaporte a atletas da Diáspora.

10. Desportos Náuticos e Economia Azul

Desenvolvimento de um Programa Nacional de Fomento dos Desportos Náuticos e Aquáticos, integrando desporto, economia e formação profissional juvenil;

Priorização dos polos naturais e promoção destes desportos como eixo estratégico da Economia Azul e do turismo sustentável.

O desporto será tratado como um investimento no capital humano e no futuro de Cabo Verde. O Governo quer que cada jovem tenha acesso à prática desportiva, que os talentos sejam valorizados e que o desporto contribua para a saúde, a inclusão, a coesão social e o desenvolvimento económico do país.

6.2. A IGUALDADE DE GÉNERO, COMO DIMENSÃO DE UM CABO VERDE PARA TODOS

Igualdade de Género e Combate à Violência Baseada no Género

Não é possível construir um Cabo Verde Para Todos sem colocar a igualdade de género e o empoderamento das mulheres no centro da ação governativa.

As mulheres representam mais de metade da população cabo-verdiana e constituem um ativo decisivo para o desenvolvimento económico, social e cultural do país. O Governo assume o compromisso de avançar da igualdade formal para a igualdade real, promovendo a paridade efetiva em todos os sectores da sociedade — político, económico, educativo, desportivo e social.

O Governo trabalhará para consolidar Cabo Verde como referência regional na promoção da igualdade de género, com especial atenção ao empoderamento económico das mulheres e à sua maior representação nos espaços de decisão.

A violência baseada no género será combatida com determinação. O próximo Governo promoverá a revisão e atualização da Lei de Prevenção, Repressão e Punição da Violência Baseada no Género, visando aumentar a eficácia da resposta penal, melhorar a produção de provas e reforçar a proteção das vítimas.

Serão implementadas as seguintes medidas prioritárias:

Autonomia económica como prevenção, através de programas de capacitação profissional, acesso a microcrédito e inserção sócio laboral das vítimas, para quebrar o ciclo de dependência económica do agressor;

Criação de Bases de Dados Nacionais Integradas, unificando informações do Ministério Público, Polícia Nacional e serviços sociais, para um acompanhamento mais eficaz das vítimas e dos agressores;

Atendimento Integrado e Casas de Acolhimento, garantindo cobertura em todas as ilhas;

Apoio socioeconómico e financeiro imediato às vítimas, com fundos de emergência para necessidades básicas (alimentação, habitação e subsistência);

Empoderamento económico como forma de proteção duradoura, com programas de formação, microcrédito e apoio à autonomia financeira e profissional.

O Governo reafirma que a igualdade de género não é apenas uma questão de justiça social — é um imperativo de desenvolvimento nacional. Uma sociedade onde as mulheres têm plenos direitos, oportunidades e proteção é uma sociedade mais próspera, mais coesa e mais justa.

6.3. O AMBIENTE, COMO PILAR DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Sustentabilidade Ambiental e Transição Ecológica

Cabo Verde, enquanto Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento, enfrenta desafios ambientais estruturais: escassez de recursos hídricos, elevada vulnerabilidade às alterações climáticas, dependência energética externa e pressão crescente sobre os ecossistemas terrestres, costeiros e marinhos.

Perante estes desafios, o Governo assume o ambiente, a ação climática e a transição ecológica como pilares estratégicos do desenvolvimento sustentável, da competitividade económica e da melhoria da qualidade de vida das populações.

A ação governativa será orientada pelos compromissos nacionais e internacionais assumidos por Cabo Verde, promovendo a proteção do capital natural, a utilização sustentável dos recursos, a descarbonização da economia, a resiliência climática e a transição para um modelo de desenvolvimento mais inclusivo, inovador e sustentável.

O Governo assumirá a transição ecológica como um motor de transformação económica e social, promovendo uma economia mais competitiva, resiliente e inclusiva, capaz de gerar emprego verde, atrair investimento sustentável e afirmar Cabo Verde como uma referência internacional na economia azul, na conservação da biodiversidade, na ação climática e nas energias renováveis. Ainda, terá como eixos estratégicos a criação e reforço de intervenções que conformam um sistema integrado.

Para o efeito, serão implementadas as seguintes medidas prioritárias:

1. Transição e Segurança Energética

Acelerar a descarbonização do sistema energético nacional, reforçando a produção de energias renováveis, a eficiência energética, o armazenamento de energia, a modernização das redes elétricas, a mobilidade sustentável e os mecanismos de financiamento da transição energética.

2. Conservação da Biodiversidade e Proteção dos Ecossistemas

Os ecossistemas marinhos e costeiros constituem um dos principais ativos estratégicos de Cabo Verde, desempenhando um papel essencial na conservação da biodiversidade, na adaptação às

alterações climáticas, na proteção das comunidades costeiras e na valorização sustentável do património natural.

Neste sentido o Governo irá reforçar a conservação dos ecossistemas terrestres, costeiros e marinhos, consolidar a rede nacional de áreas protegidas, valorizar as Reservas da Biosfera, restaurar ecossistemas degradados, proteger espécies endémicas e promover soluções baseadas na natureza para reforçar a adaptação às alterações climáticas.

implementar programas de recuperação e restauração de ecossistemas degradados, com especial enfoque nas zonas costeiras, nas bacias hidrográficas, nas áreas de recarga aquífera, nos habitats de espécies endémicas e nas áreas de maior sensibilidade ecológica;

3. Gestão Sustentável da Água e Resiliência Climática

O Governo irá promover uma gestão integrada dos recursos hídricos, reforçando a segurança hídrica, a proteção das bacias hidrográficas e aquíferos, a reutilização de águas residuais tratadas, a dessalinização com recurso a energias renováveis, a eficiência no uso da água e a adaptação dos territórios aos impactos das alterações climáticas.

4. Economia Circular e Valorização dos Recursos Promover uma economia mais eficiente na utilização dos recursos, reforçando a gestão integrada dos resíduos, a recolha seletiva, a reciclagem, a valorização material e energética dos resíduos, a redução da poluição e dos plásticos descartáveis e o desenvolvimento de novos modelos de produção e consumo sustentáveis.

5. Governação Ambiental, Conhecimento e Financiamento Climático

Reforçar a governação ambiental através da coordenação institucional, da participação dos cidadãos, da educação ambiental, da investigação científica, da monitorização ambiental, da digitalização dos sistemas de informação e da mobilização de financiamento climático para apoiar a implementação das políticas públicas.

Esta abordagem está alinhada com a visão de governação participativa, gestão por evidências e transparência.

6.4. O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, COMO FACTOR DE QUALIFICAÇÃO TERRITORIAL

Ordenamento do Território e Urbanismo: Coesão, Sustentabilidade e Qualidade de Vida

O ordenamento do território constitui um pilar fundamental das políticas públicas modernas, especialmente num Pequeno Estado Insular como Cabo Verde, marcado pela fragmentação territorial, pressão urbana crescente e elevada vulnerabilidade ambiental.

Uma gestão integrada e sustentável do espaço físico é condição indispensável para o crescimento equilibrado, a redução das desigualdades regionais, a proteção dos ecossistemas e a melhoria da qualidade de vida das populações.

O Governo assumirá o ordenamento do território como uma prioridade estratégica, articulando-o com as políticas de habitação, ambiente, economia e adaptação climática, para construir um país mais coeso, resiliente e sustentável.

Para o efeito, serão implementadas as seguintes medidas prioritárias:

1. Sustentabilidade Ambiental e Resiliência Climática

Evitar a construção em zonas de risco natural;

Proteger as áreas costeiras e os ecossistemas sensíveis;

Integrar critérios de adaptação e mitigação climática em todos os instrumentos de planeamento territorial;

Estabelecer regras mais rigorosas para a ocupação de áreas ambientalmente sensíveis.

2. Coesão Territorial e Redução das Desigualdades

Promover o equilíbrio na distribuição de investimentos públicos entre as ilhas e os municípios;

Reduzir as assimetrias regionais através de políticas ativas de desenvolvimento territorial;

Garantir o acesso equitativo a infraestruturas e serviços básicos em todo o território nacional.

3. Cadastro Predial e Atualização Cartográfica

Expandir a cobertura nacional do cadastro predial às ilhas ainda não cadastradas.

Atualizar a Cartografia Nacional em grande escala, com prioridade para zonas urbanas, costeiras e agrícolas;

Integrar a cartografia com o cadastro predial e os sistemas municipais de gestão territorial.

4. Toponímia e Organização Administrativa

Criar e implementar o Programa Nacional de Toponímia, incluindo a criação de um Código Geográfico Nacional.

Organizar e modernizar a nomenclatura administrativa do território.

5. Planeamento Urbano e Ordenamento do Território

Consolidar e atualizar a Política Nacional de Ordenamento do Território e Urbanismo;

Proceder à revisão da Lei de Bases do Ordenamento do Território e do Planeamento Urbanístico (LBOTPU), atualizando o quadro legal às dinâmicas territoriais, urbanísticas e administrativas.

Atualizar a Diretiva Nacional de Ordenamento do Território (DNOT) e os Esquemas Regionais de ordenamento do território, enquanto instrumentos estratégicos de planeamento territorial.

Harmonizar os instrumentos de planeamento com as estratégias climáticas e económicas nacionais;

Apoiar a revisão, elaboração e implementação dos Planos Diretores Municipais (PDM), em articulação com os municípios.

Modernizar e digitalizar o processo de submissão e aprovação dos instrumentos de gestão territorial, através da criação e implementação de uma plataforma digital integrada.

Promover o planeamento estruturado da expansão urbana, em articulação com os municípios, e apoiar a elaboração de planos específicos para zonas costeiras de elevada pressão.

6. Regeneração Urbana e Habitação

Promover e executar programas nacionais estruturantes de habitação social integrados ao planeamento urbano;

Promover a eliminação progressiva de situações de habitação indigna, incluindo a habitação em barracas, através de programas de realojamento, reabilitação e integração urbana.

Desenvolver e Implementar Programa Nacional de qualificação, requalificação e reabilitação de áreas urbanas, incluindo a reabilitação de zonas degradadas e informais.

Desenvolver programas de arrendamento acessível como instrumento de inclusão social.

Proceder à elaboração da primeira Lei de Bases da Habitação, enquanto instrumento jurídico estruturante da política habitacional nacional.

Avaliar e estruturar a criação de um mecanismo financeiro de apoio à política habitacional, incluindo a possibilidade de um Fundo Nacional de Habitação, destinado a reforçar o financiamento de programas de habitação social, reabilitação urbana e eliminação progressiva da habitação indigna.

O Governo considera que um ordenamento do território rigoroso, sustentável e participativo é essencial para evitar o caos urbano, proteger o ambiente e garantir um desenvolvimento equilibrado de todas as ilhas.

Esta é uma dimensão estratégica da Agenda “Cabo Verde Para Todos”, porque um território bem ordenado é a base para uma Nação mais coesa, resiliente e próspera.

6.5. A AÇÃO CLIMÁTICA - UMA IMPOSIÇÃO DO FUTURO

Ação Climática e Resiliência Ambiental

Cabo Verde, enquanto Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento, enfrenta desafios ambientais estruturais decorrentes das alterações climáticas: secas recorrentes, escassez hídrica, erosão costeira e maior frequência de fenómenos meteorológicos extremos. Estes riscos ameaçam a segurança alimentar, as infraestruturas, a economia e o bem-estar das populações.

O Governo assume a ação climática como um pilar estratégico do desenvolvimento sustentável, integrando políticas de mitigação e adaptação em todos os sectores da governação. A transição para uma economia mais verde e resiliente não é apenas uma obrigação ambiental — é uma oportunidade de modernização económica, criação de emprego e afirmação internacional.

O compromisso é acelerar a transição energética, reforçar a resiliência territorial e promover uma economia azul e circular inclusiva, alinhada com o Acordo de Paris e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Para o efeito, serão implementadas as seguintes medidas prioritárias:

1. Transição Energética e Descarbonização

Expansão acelerada das energias renováveis (solar e eólica) e reforço dos sistemas de armazenamento de energia;

Modernização da rede elétrica para integração eficiente de fontes renováveis;

Alargamento de incentivos fiscais e financeiros à produção e utilização de energia limpa;

Promoção da mobilidade elétrica, com prioridade para a frota pública;

Redução progressiva da dependência de combustíveis fósseis importados.

2. Gestão Sustentável da Água

Expansão da dessalinização com recurso a energias renováveis;

Construção de novos reservatórios e barragens;

Alargamento dos sistemas de irrigação eficiente;

Promoção da reutilização de águas residuais tratadas;

Proteção e recuperação das bacias hidrográficas.

3. Agricultura Resiliente ao Clima

Promoção da segurança hídrica para a agricultura e consumo humano;

Apoio a culturas resistentes à seca e práticas agroecológicas;

Criação de sistemas de seguro agrícola climático;

Proteção e recuperação dos solos.

4. Proteção das Zonas Costeiras e Ecossistemas Marinhos

Construção de infraestruturas de proteção costeira contra a erosão e a subida do nível do mar;

Recuperação de dunas e ecossistemas marinhos;

Reforço do ordenamento do território costeiro;

Expansão da monitorização da erosão costeira e da biodiversidade marinha.

5. Economia Azul Sustentável

Promoção da gestão sustentável da pesca e combate à pesca ilegal;

Reforço da proteção da biodiversidade marinha;

Estímulo ao turismo ecológico e sustentável;

Aposta na inovação e na aquacultura.

6. Infraestruturas Resilientes

Integração dos riscos climáticos no planeamento urbano e territorial;

Construção de estradas, portos e infraestruturas resilientes;

Modernização dos sistemas de drenagem e controlo de cheias;

Atualização e reforço dos sistemas de alerta precoce para desastres naturais.

7. Inclusão Social e Justiça Climática

Implementação de programas de proteção social para comunidades mais vulneráveis;

Promoção de formação em empregos verdes;

Integração da perspetiva de género nas políticas climáticas;

Educação ambiental nos currículos escolares;

Garantia de uma transição climática justa e inclusiva.

8. Instrumentos de Financiamento Climático

Reforço do Fundo Climático Nacional, através da diversificação de parceiros e reconversão da dívida externa em investimento climático;

Capacitação institucional para maior acesso ao Fundo Verde para o Clima;

Promoção da emissão de Títulos Verdes (green bonds), com incentivos fiscais adequados.

6.6. A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA - UMA PRIORIDADE

Transição Energética e Segurança Energética

A energia é um fator crítico de soberania, competitividade económica e qualidade de vida. Cabo Verde, enquanto Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento, enfrenta o desafio histórico de reduzir drasticamente a dependência de combustíveis fósseis importados, que representam uma vulnerabilidade económica, financeira e ambiental.

O Governo assume a transição energética como uma prioridade nacional estratégica. O objetivo é transformar Cabo Verde num país de referência regional em energias renováveis, garantindo segurança energética, redução de custos, criação de emprego verde e menor emissão de gases com efeito de estufa.

Para o efeito, o Governo estabelecerá metas ambiciosas e realistas: alcançar 70% de penetração de energias renováveis na produção de eletricidade até 2031 e 100% até 2040, numa trajetória clara de descarbonização progressiva e sustentável.

Serão implementadas as seguintes medidas prioritárias:

1. Expansão da Produção de Energias Renováveis

Construção de parques solares e eólicos em todas as ilhas;

Instalação e expansão de sistemas híbridos renováveis com armazenamento em baterias;

Promoção da microgeração e autoconsumo residencial e empresarial;

Realização de leilões competitivos para produção de energia renovável;

Melhoria da eficiência energética em todos os sectores da economia;

Promoção da mobilidade elétrica sustentável;

Garantia de acesso universal a energia moderna, fiável e a preços acessíveis.

2. Modernização do Sistema Elétrico

Modernização das redes de transporte e distribuição;

Instalação de sistemas de armazenamento energético para estabilização da rede;

Expansão das redes inteligentes (smart grids);

Reforço da integração digital do sistema energético.

3. Reforma Institucional e Regulatória

Reforço da regulação, promovendo a concorrência e a participação do sector privado;

Revisão do quadro tarifário para maior equidade e eficiência;

Melhoria da governação e eficiência das empresas energéticas;

Desburocratização e aceleração dos processos de licenciamento e autorização;

Reforço da fiscalização do sector.

4. Mobilidade Elétrica e Sustentável

Alargamento de incentivos fiscais para veículos elétricos;

Criação de uma Rede Nacional de Postos de Carregamento Elétrico;

Promoção da eletrificação gradual dos transportes públicos, frotas governamentais e táxis.

5. Combate à Pobreza Energética

Implementação do Programa “Bairros mais Sustentáveis”;

Criação da Tarifa Zero para um limite de consumo básico, como instrumento de dignidade e combate às desigualdades sociais.

O Governo considera que a transição energética não é apenas uma exigência ambiental — é uma oportunidade histórica de autonomia estratégica, redução de custos e desenvolvimento sustentável.

6.7. UMA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS QUE BENEFICIE A TODOS

Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos

Cabo Verde é um país árido, inserido na zona do Sahel, caracterizado por baixos níveis de precipitação e secas prolongadas agravadas pelas alterações climáticas. A gestão sustentável da água constitui um dos maiores desafios estruturais para o desenvolvimento nacional.

O acesso universal à água potável e ao saneamento básico é um direito fundamental, essencial para a saúde pública, a dignidade humana e a qualidade de vida das populações. No sector agrícola, a disponibilidade de água é um fator determinante para aumentar a produção, reforçar a segurança alimentar e reduzir a dependência de importações.

O Governo assumirá a gestão integrada dos recursos hídricos como prioridade nacional, orientada para a segurança hídrica, o uso eficiente da água, a resiliência climática e o desenvolvimento sustentável.

Para o efeito, serão implementadas as seguintes medidas prioritárias:

1. Reforço da Segurança Hídrica Nacional

Construção e modernização de infraestruturas de captação, armazenamento e distribuição de água;

Modernização das redes de distribuição para reduzir perdas;

Expansão de barragens, reservatórios e sistemas de retenção de águas pluviais;

Reforço da monitorização permanente dos aquíferos e recursos subterrâneos.

2. Expansão da Dessalinização com Energias Renováveis

Ampliação das centrais de dessalinização nas ilhas com maior escassez hídrica;

Integração de energias renováveis (solar e eólica) na produção de água dessalinizada, reduzindo custos energéticos;

Investimento em tecnologias inovadoras para produção de água.

3. Uso Eficiente da Água na Agricultura

Massificação de sistemas de irrigação eficientes (gota-a-gota);

Incentivos à produção agrícola com menor consumo de água;

Expansão da reutilização de águas residuais tratadas para fins agrícolas;

Reforço da monitorização do estado ecológico das massas de água subterrâneas e superficiais, com divulgação pública dos dados.

4. Reutilização e Tratamento de Águas Residuais

Construção e modernização de Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR);

Massificação da reutilização de águas tratadas na agricultura, jardinagem urbana e indústria;

Promoção da economia circular da água.

5. Governação e Gestão Integrada da Água

Implementação de políticas integradas de gestão dos recursos hídricos;

Reforço da regulação e monitorização dos serviços de água e saneamento;

Revisão e atualização da Lei da Água, adaptando o quadro legal aos novos desafios.

O Governo considera que a água é um bem estratégico e finito. Uma gestão eficiente, sustentável e equitativa dos recursos hídricos é condição essencial para a segurança alimentar, a saúde pública, o desenvolvimento agrícola e a resiliência do país face às alterações climáticas.

6.9. UMA GESTÃO DE RESÍDUOS, QUE POTENCIE A TRANSIÇÃO PARA UMA ECONOMIA CIRCULAR

Economia Circular e Gestão Sustentável de Resíduos

O Governo defende a transformação de Cabo Verde numa economia circular insular, resiliente, sustentável e inclusiva, onde os resíduos deixam de ser um problema ambiental e passam a ser valorizados como recursos económicos e materiais.

Como Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento, Cabo Verde enfrenta desafios estruturais: escassez de recursos naturais, elevada dependência de importações e crescente pressão sobre o ambiente. O aumento da produção de resíduos sólidos urbanos, industriais e especiais constitui uma ameaça à sustentabilidade, à saúde pública e à competitividade do país, especialmente no sector do turismo.

O Governo assumirá a economia circular como uma prioridade estratégica, alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e os compromissos internacionais em matéria de ação climática.

Os propósitos centrais são:

Reduzir significativamente a produção de resíduos e aumentar as taxas de reciclagem e reutilização;

Promover a valorização económica dos resíduos;

Melhorar os sistemas de gestão e governação ambiental;

Incentivar a inovação e o empreendedorismo verde.

Para o efeito, serão implementadas as seguintes medidas prioritárias:

1. Reformas Institucionais e Regulatórias

Efetivação do princípio “poluidor-pagador”;

Adequação da responsabilidade alargada do produtor, nomeadamente para embalagens, equipamentos elétricos e eletrónicos e plásticos;

Reforço da fiscalização ambiental e municipal;

Regulamentação das compensações financeiras aos municípios pela instalação de infraestruturas de tratamento de resíduos.

2. Infraestruturas e Sistemas de Gestão de Resíduos

Criação de Centros Integrados de Gestão de Resíduos em todas as ilhas;

Expansão dos sistemas de recolha seletiva (eco-pontos);

Reforço de investimentos em reciclagem, compostagem e valorização energética;

Ampliação e otimização da capacidade dos aterros existentes, através de reengenharia e soluções sustentáveis;

Modernização das unidades de Tratamento Mecânico e Biológico;

Abertura ao sector privado da gestão de resíduos, em regime de complementaridade com o sector público.

3. Incentivos Económicos e Financiamento Verde

Ampliação de incentivos fiscais para empresas de reciclagem e reutilização;

Subsídios ao transporte inter-ilhas de resíduos recicláveis;

Promoção de parcerias público-privadas para soluções inovadoras.

Transformar resíduos em recursos é essencial para construir um Cabo Verde mais limpo, mais competitivo e mais sustentável.

7. UMA NOVA AGENDA ECONÓMICA, PARA CONSTRUIR UM CABO VERDE PARA TODOS

Uma Nova Agenda Económica: Crescimento Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável

Cabo Verde precisa de uma Nova Agenda Económica, orientada para um crescimento robusto, inclusivo e sustentável, que coloque a liberdade económica, a iniciativa privada e a ética pública ao serviço da prosperidade de todos os cabo-verdianos.

O Governo assume o compromisso de liderar esta transformação, definindo uma estratégia económica clara, coerente e de longo prazo, capaz de responder aos desafios estruturais do país e de aproveitar as oportunidades que o século XXI oferece.

Esta Nova Agenda Económica terá como objetivos centrais:

Promover um crescimento económico sustentado e inclusivo, que gere emprego digno e reduza as desigualdades;

Reforçar a competitividade da economia nacional, aumentando o valor acrescentado das exportações e dos bens e serviços transacionáveis;

Garantir a sustentabilidade das finanças públicas, controlando progressivamente o endividamento externo e interno;

Revitalizar o empreendedorismo nacional e atrair investimento privado, nacional e estrangeiro, de qualidade;

Atuar sobre os fatores críticos de competitividade, nomeadamente a educação, a formação profissional, a inovação, as infraestruturas e o ambiente de negócios.

O Governo trabalhará para construir um Estado Social, Económico e Financeiramente sólido, capaz de enfrentar os desafios da transformação global e de criar condições para um desenvolvimento mais equilibrado, resiliente e inclusivo.

Uma economia forte, dinâmica e inclusiva é a base para realizar a Agenda “Cabo Verde Para Todos” — um país onde o crescimento económico se traduza em mais oportunidades, mais coesão social e maior bem-estar para todas as famílias e todas as ilhas.

7.1. REDEFINIR OS OBJETIVOS E ESTABELECEER AS PRIORIDADES

Uma Nova Agenda Económica: Crescimento Inclusivo, Competitivo e Sustentável

O Governo está convicto de que são as pessoas — empresários, empreendedores, trabalhadores, famílias e o próprio Estado — que constroem a economia. É na sua iniciativa, criatividade e resiliência que assentam as bases de um futuro mais próspero e inclusivo.

Por isso, gerar riqueza para desenvolver o país e melhorar a vida de todos os cabo-verdianos não é apenas um objetivo económico — é um desígnio nacional.

O Governo, implementará uma Nova Agenda Económica, orientada para um crescimento robusto, inclusivo e sustentável. Uma economia dinâmica, inovadora e centrada nas pessoas, que valorize o conhecimento, promova a competitividade e crie oportunidades para todos.

Esta Agenda assenta nos seguintes princípios orientadores:

Promover um crescimento económico inclusivo, que seja sentido por todas as famílias e em todas as ilhas;

Orientar a alocação de recursos para os sectores produtores de bens e serviços transacionáveis;

Revitalizar a estrutura produtiva nacional, aumentando o valor acrescentado e a capacidade exportadora;

Reduzir progressivamente o endividamento externo e garantir a sustentabilidade das finanças públicas;

Fomentar a poupança nacional e o reinvestimento produtivo;

Atrair investimento nacional e estrangeiro de qualidade, com especial enfoque no investimento da diáspora;

Qualificar o capital humano e alinhar a formação com as necessidades da economia;

Criar um ambiente de negócios competitivo, transparente e previsível;

Apostar na reindustrialização sustentável, na modernização da agricultura, no desenvolvimento da economia azul e na valorização da cultura e do turismo.

Para concretizar esta visão, o Governo definirá e implementará uma Nova Agenda Económica com os seguintes objetivos estratégicos:

- a. Promover um crescimento inclusivo e sustentável no horizonte 2026-2031;
- b. Orientar a alocação de recursos para os sectores produtores de bens e serviços transacionáveis;
- c. Adaptar a Política Energética à transição para as renováveis;
- d. Revitalizar a estrutura produtiva nacional;
- e. Reduzir o endividamento nacional e o défice externo;
- f. Fomentar a poupança nacional e o reinvestimento;
- g. Redefinir a política de captação de investimento externo e da diáspora;
- h. Redefinir a política de apoio ao tecido empresarial privado;
- i. Qualificar o Turismo como sector estratégico;
- j. Modernizar e empresarializar a Agricultura;
- k. Redefinir e ajustar a política da Economia Azul, para “ganhar o mar”;
- l. Valorizar a nossa identidade cultural como fator de desenvolvimento;
- m. Reindustrializar o país de forma sustentável, com foco em indústrias de transformação e elevado valor acrescentado;

- n. Criar Zonas Económicas Especiais para atracção de investimentos;
- o. Redesenhar a Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza;
- p. Criar um Banco de Investimento Agro-Azul;
- q. Promover a liberdade económica com regras claras, mérito, trabalho e produtividade.

O Governo quer uma economia ao serviço das pessoas — forte, competitiva, inovadora e inclusiva. Uma economia que gere riqueza, crie emprego digno e reduza as desigualdades, construindo um futuro de prosperidade partilhada.

7.2. UMA ECONOMIA IMPULSIONADA PELA INOVAÇÃO, COM UM SECTOR PRIVADO COMO MOTOR

Inovação e Transformação Digital: Motores do Desenvolvimento

O Governo está convicto de que a inovação e a digitalização são dois eixos estruturantes da transformação económica, social e produtiva de Cabo Verde.

Num mundo marcado pela globalização, pela transição energética e pela revolução tecnológica da Indústria 4.0, estes fatores deixaram de ser opções estratégicas para se tornarem condições essenciais de competitividade, sustentabilidade e criação de valor. A inovação permite gerar mais riqueza, aumentar a produtividade, criar empregos qualificados e posicionar Cabo Verde como uma nação moderna e competitiva.

A digitalização, por sua vez, representa uma oportunidade única para otimizar a nossa posição geoestratégica, eliminar assimetrias territoriais, combater a infoexclusão e transformar o “digital” num instrumento poderoso de coesão nacional.

O Governo fará da inovação e da transformação digital prioridades centrais da governação, apostando na valorização do conhecimento, no reforço das competências digitais e na criação de um ecossistema favorável ao empreendedorismo tecnológico e à modernização da economia.

Para o efeito, serão implementadas as seguintes medidas prioritárias:

Reforçar e atualizar o Plano de Ação para a Transição Digital, posicionando Cabo Verde como referência regional em matéria de digitalização e governação eletrónica;

Apoiar o investimento em inovação, otimizando os recursos nacionais para o financiamento da inovação empresarial, promovendo a coerência das linhas de apoio existentes e reforçando os instrumentos financeiros disponíveis;

Criar um Banco de Investimento Agro-Azul, para diversificar as fontes de financiamento das empresas dos sectores da agricultura, pescas e economia azul;

Prosseguir e aprofundar as medidas de apoio à capitalização do sector empresarial, incentivando a concentração/fusão de empresas, reforçando a discriminação positiva da capitalização com capital próprio e criando mecanismos de partilha de risco;

Promover uma fiscalidade amiga da inovação, com incentivos ao investimento em I&D empresarial e maior atratividade internacional;

Acelerar a digitalização da economia, facilitando a transição das empresas para o digital e promovendo o uso intensivo de tecnologias na prestação de serviços;

Internacionalizar a economia cabo-verdiana através do digital, estimulando a exportação via comércio eletrónico, apoiando a presença online das empresas e criando plataformas que facilitem o acesso a mercados externos;

Apoiar a criação de ecossistemas digitais integrados, combatendo a infoexclusão e garantindo que todas as ilhas beneficiem das oportunidades da economia digital;

Incentivar e dinamizar programas de digitalização e presença online para o tecido empresarial, com incentivos à aquisição de meios digitais e formação especializada.

O Governo considera que a inovação e a transformação digital são ferramentas decisivas para aumentar a produtividade, criar emprego qualificado, reduzir assimetrias e posicionar Cabo Verde como uma nação competitiva no Atlântico.

7.2.1. O EMPREENDEDORISMO COMO FACTOR DE TRANSFORMAÇÃO

Inovação Empresarial, Empreendedorismo e Tecnologias Emergentes

O Governo está convicto de que a inovação empresarial, o empreendedorismo e as tecnologias emergentes são motores dinâmicos da transformação económica e social de Cabo Verde.

Num contexto global marcado pela rápida evolução tecnológica, estas dimensões deixaram de ser opções para se tornarem condições essenciais de competitividade, produtividade e criação

de valor. A inovação permite às empresas gerar mais riqueza, aumentar a eficiência, criar empregos qualificados e posicionar o país em cadeias de valor mais elevadas.

O Governo fará da inovação e do empreendedorismo uma prioridade nacional, criando um ecossistema favorável ao surgimento e ao crescimento de empresas dinâmicas, inovadoras e com ambição global.

Para o efeito, serão implementadas as seguintes medidas prioritárias:

Melhorar as condições estruturantes que potenciam o investimento em inovação e criar respostas específicas para a qualificação da gestão nas Pequenas e Médias Empresas (PME);

Iniciar um novo ciclo da Estratégia Nacional de Empreendedorismo, com o objetivo ambicioso, mas viável, de duplicar os principais indicadores: número de startups, peso no PIB, postos de trabalho criados e captação de investimento;

Apostar na formalização rápida das micro e pequenas empresas (que representam mais de 97% do tecido empresarial), na simplificação administrativa e na atracção de investimento da diáspora;

Promover as tecnologias emergentes, apoiando projetos que demonstrem real valor acrescentado para a economia e para os serviços prestados pelo Estado;

Criar programas e laboratórios de experimentação tecnológica, agilizando a disponibilização de fundos para provas de conceito e projetos-piloto;

Simplificar os serviços digitais da Administração Pública para empreendedores internacionais, disponibilizando todos os portais em português, inglês e francês;

Apoiar a divulgação internacional da tecnologia e do conhecimento produzido em Cabo Verde, bem como das empresas nacionais inovadoras;

Promover Plataformas de Inovação Aberta, estimulando o encontro entre oferta e procura de tecnologias e a valorização do conhecimento no mercado, difundindo junto dos estudantes universitários o empreendedorismo de base tecnológica e industrial.

O Governo considera que uma economia inovadora e empreendedora é decisiva para modernizar o tecido produtivo, criar emprego qualificado, aumentar a produtividade e posicionar Cabo Verde como uma nação competitiva no espaço atlântico.

7.2.2. A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DO TECIDO EMPRESARIAL

Transformação Digital: Modernização e Competitividade

A transformação digital afirma-se como um dos principais vetores de modernização das economias contemporâneas. Num mundo marcado pela globalização, pela aceleração tecnológica e pela crescente competitividade internacional, a digitalização do tecido empresarial e da Administração Pública constitui um fator decisivo para o crescimento económico sustentável, a eficiência e o desenvolvimento inclusivo.

O Governo fará da transformação digital uma prioridade estratégica, promovendo uma mudança profunda nos modelos de negócio, nos processos organizacionais e na cultura institucional, de forma a posicionar Cabo Verde como uma nação moderna, competitiva e conectada.

Para o efeito, serão implementadas as seguintes medidas prioritárias:

Reforçar os apoios às startups e atrair talento internacional, através de um programa de residência digital e da simplificação dos processos de acolhimento de profissionais qualificados;

Estimular a digitalização e a integração das cadeias de valor, com especial foco nas PME, facilitando o acesso a instrumentos de financiamento e apoio técnico para a maturidade digital;

Reforçar a cibersegurança das empresas e das instituições públicas, protegendo infraestruturas digitais e operacionais, e investindo na formação geral e especializada dos recursos humanos;

Impulsionar a digitalização das micro e pequenas empresas do sector comercial, ativando canais de comércio eletrónico e incorporando tecnologia nos seus modelos de negócio;

Desenvolver a digitalização da Economia Azul, modernizando a Janela Única Portuária (JUP), promovendo a colaboração entre comunidades portuárias e logísticas, e avançando na digitalização a bordo das embarcações de pesca e da marinha mercante, transformando os portos em ecossistemas de inovação para a economia azul.

7.3. UM AMBIENTE FISCAL AMIGO DO CONTRIBUINTE E ORIENTADO PARA O DESENVOLVIMENTO

O desafio da criação de um sistema fiscal competitivo tanto à escala nacional como internacional continua presente e irá merecer uma especial atenção no decurso da legislatura pois ele é

fundamental para impulsionar o crescimento económico, reforçar a atratividade do país, garantir a sustentabilidade das finanças públicas e melhorar o nível de vida da população cabo-verdiana.

Pretende-se criar um sistema fiscal alinhado com as melhores práticas internacionais, que incentive a diversificação económica, que promova o empreendedorismo, com especial destaque para os setores estratégicos como o turismo, as energias renováveis, a economia digital e a economia azul, assegurado por uma administração tributária moderna, orientada para os resultados, assente no recurso à utilização intensiva de tecnologias de informação, na capacitação contínua de recursos humanos, na transparência, na promoção da relação de proximidade com os contribuintes e na prestação de serviços acessíveis e de qualidade.

A implementação desse sistema fiscal exige um conjunto de medidas tanto no plano legislativo como organizacionais, com destaque para:

1. Revisão do Sistema tributário Nacional

A grande maioria da legislação fiscal cabo-verdiana em vigor remonta aos meados da década passada. Não obstante os ajustamentos efetuados nos últimos anos, existem melhorias a serem introduzidas resultantes quer das alterações estruturais ocorridas a nível da fiscalidade internacional, quer da nova abordagem que se pretende introduzir.

O alinhamento com a tendência fiscal internacional e os compromissos assumido pelo Estado de Cabo Verde requerem alterações tanto do Código Geral Tributário, como do Código Aduaneiro que, per si, carece de uma profunda alteração e modernização, e do Código de Benefícios Fiscais. A revisão do Código do IVA e da legislação complementar, com especial destaque para a racionalização de benefícios fiscais, particularmente da lista anexa, reforço da digitação e simplificação de procedimentos deverão merecer uma atenção especial no decurso da presente legislatura.

A revisão dos códigos de impostos sobre rendimento de modo a introduzir melhorias substanciais da competitividade, justiça e igualdade tributária. Em sede do IRPC pretende-se avaliar a possibilidade da introdução da tributação de fluxos ou de lucros distribuídos de modo a

incentivar o investimento e a capitalização de empresas. Igualmente pretende-se avaliar a possibilidade de, alternativamente, dar um tratamento especial à amortização de certos ativos fixos tangíveis e dos encargos sobre os impostos sobre a propriedade de imóveis. Em sede do IRPS pretende-se introduzir um maior equilíbrio na tributação das diversas categorias de rendimento, bem como a harmonização da tributação dentro da mesma categoria com destaque para a de rendimentos de capitais. Pretende-se, ainda, avaliar o número de escalões existentes, a taxa máxima dos escalões, o nível do mínimo de existências e o reforço da progressividade em sede deste imposto.

2. Reforço da tributação ambiental e de saúde

Um país insular como Cabo Verde, vulnerável às alterações climáticas, dependente da importação de combustíveis fósseis e com desafios emergentes relacionados com doenças não transmissíveis, a política fiscal pode desempenhar um papel central na correção de externalidades negativas e na mobilização adicional de recursos.

Uma reforma da tributação ambiental e de saúde em Cabo Verde, alinhada com as melhores práticas internacionais, deve ser concebida como um instrumento estratégico para promover um modelo de desenvolvimento sustentável, reforçar a resiliência económica e melhorar os resultados em saúde pública. Neste sentido propõe-se implementar um conjunto de medidas, tais como:

- a) Melhorar a tributação dos produtos de tabaco ajustado com as melhores práticas internacionais;
- b) Reforçar a tributação de produtos doces e bebidas açucaradas em função do teor de açúcar;
- c) Reforço da tributação de bebidas alcoólicas e o seu ajustamento em função do teor alcoólico;

- d) Extensão da tributação de produtos salgados e engordurados em função do teor do sal e da gordura;
- e) Revisão da tributação de combustíveis incorporando o componente de carbono;
- f) Revisão e atualização da taxa ecológica.
- g) Avaliar a possibilidade de introdução de uma contribuição sobre as embalagens de plástico ou alumínio de utilização única em refeições prontas.

3. Racionalização de Incentivos fiscais

Durante as últimas décadas Cabo Verde tem recorrido sistematicamente aos benefícios fiscais (BF) como instrumento para a promoção da dinâmica empresarial e desenvolvimento económico, não obstante não haver uma correlação direta entre os BF e a atração do Investimento Direto Estrangeiro (IDE). Esse recurso sistemático aos BF fez com os montantes anuais dos incentivos atribuídos ultrapassem os 10 milhões de contos, gerando muitas vezes sobreposições e concorrência desleal. Neste sentido importa recentrar essa abordagem através de uma reavaliação do atual quadro de BF e focar nos mais eficientes e que não concorrem com outras medidas de políticas direcionadas para o mesmo objetivo.

Atenção especial vai ser dada à revisão do Código do IVA já em curso e ao Código de Benefícios Fiscais

4. REVISÃO DA LEI DO REMPE

Considerando que o Regime Especial das Micro e Pequenas Empresas (REMPE) abrange cerca de 85% do tecido empresarial do país, propõe-se a inclusão de medidas específicas dirigidas a estes contribuintes, designadamente:

- i. Implementação da faturação eletrónica simplificada para as micro e pequenas empresas (MPE);

- ii. Criação de um regime gradual de transição do REMPE para a contabilidade organizada durante um período de dois ou três anos;
- iii. Revisão e modernização do REMPE, atualizando os critérios de enquadramento, os limites de volume de negócios e os benefícios fiscais, adequando-os à realidade económica atual;
- iv. Reforço dos incentivos à formalização da economia e ao cumprimento voluntário das obrigações fiscais.

5. Reforço da Cooperação Fiscal Internacional

Num contexto internacional marcado pela crescente digitalização da economia, pela mobilidade dos capitais, pela emergência de novas regras de tributação internacional e pelo reforço dos mecanismos de transparência fiscal, Cabo Verde deverá consolidar o seu posicionamento como uma jurisdição credível, competitiva, transparente e plenamente integrada nos padrões internacionais de boa governação fiscal.

Enquanto Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (PEID), fortemente dependente do investimento externo, do turismo, dos serviços internacionais e das relações económicas com a sua diáspora, Cabo Verde necessita de um sistema fiscal moderno, previsível e alinhado com as melhores práticas internacionais, capaz de promover simultaneamente a competitividade económica, a justiça fiscal e a proteção da sua base tributária.

A participação ativa nas iniciativas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), do Fórum Global sobre Transparência e Troca de Informações para Fins Fiscais, das Nações Unidas, da União Africana, da CEDEAO e da CPLP constitui um instrumento estratégico para reforçar a credibilidade internacional do país, melhorar o ambiente de negócios, atrair investimento sustentável e garantir o cumprimento dos compromissos internacionais assumidos por Cabo Verde.

Neste quadro, o Governo assumirá como prioridade a consolidação da transparência fiscal internacional, o aprofundamento da cooperação tributária, a modernização da administração fiscal e a adaptação da legislação nacional às transformações da fiscalidade global, promovendo uma inserção competitiva e responsável de Cabo Verde na economia mundial.

6. NOVA GERAÇÃO DAS ALFÂNDEGAS DE CABO VERDE “Uma Administração Aduaneira Inteligente para uma Economia Competitiva”

O Governo lançará a Nova Geração das Alfândegas de Cabo Verde, uma reforma estruturante orientada para reforçar a competitividade da economia, facilitar o comércio, proteger a sociedade e afirmar Cabo Verde como uma plataforma logística segura, eficiente e integrada nas cadeias globais de valor.

Assente na transformação digital, na inovação tecnológica, na gestão inteligente do risco, na simplificação administrativa, na valorização do capital humano e no reforço da cooperação internacional, esta reforma permitirá construir uma Administração Aduaneira mais moderna, transparente, eficiente e orientada para resultados. O objetivo é posicionar as Alfândegas de Cabo Verde como uma referência regional em facilitação do comércio, segurança da cadeia logística, integridade institucional, excelência dos serviços públicos e promoção do desenvolvimento económico sustentável.

A Nova Geração das Alfândegas traduz uma mudança de paradigma: de uma Administração centrada essencialmente no controlo e na arrecadação de receitas para uma Administração estratégica, que facilita o comércio, impulsiona a competitividade, protege a sociedade, promove a inovação e contribui ativamente para o desenvolvimento sustentável de Cabo Verde.

Prioridades Estratégicas

O Governo promoverá uma nova geração de Alfândegas, mais digitais, inteligentes, seguras e orientadas para o desenvolvimento económico, através das seguintes prioridades estratégicas:

Construir a Alfândega Digital

Construir uma Alfândega Digital, Inteligente e Sem Papel, assente na transformação integral dos processos aduaneiros, na utilização de tecnologias emergentes, na interoperabilidade entre os serviços públicos e na prestação de serviços digitais simples, rápidos, transparentes e centrados nos cidadãos e nas empresas, acelerando a materialização da Janela Única do Comércio Externo como plataforma integrada de facilitação do comércio.

Facilitar o comércio e reforçar a competitividade

Simplificar procedimentos, reduzir custos de contexto e acelerar o desalfandegamento de mercadorias, promovendo um ambiente favorável ao investimento, à internacionalização das empresas e ao posicionamento de Cabo Verde como uma plataforma logística e de serviços de referência no Atlântico. Neste âmbito, serão implementados o Programa do Operador Económico Autorizado e aprofundadas as medidas de facilitação do comércio em conformidade com os padrões internacionais.

Proteger a Economia e a Sociedade

Modernizar os sistemas de controlo aduaneiro através de uma gestão inteligente do risco, da utilização de tecnologias de inspeção não intrusiva e do reforço da capacidade de prevenção e combate à fraude aduaneira, ao contrabando, ao narcotráfico, ao branqueamento de capitais, ao comércio ilícito e às demais formas de criminalidade económica transnacional, assegurando igualmente a proteção da saúde pública, do ambiente, da propriedade intelectual, do património cultural e da biodiversidade.

Valorizar as Pessoas e Reforçar a Integridade

Promover uma Administração Aduaneira baseada na competência, na inovação, na ética, na transparência e na prestação de contas, investindo na valorização dos recursos humanos, na modernização das carreiras, na formação contínua e especializada, no desenvolvimento da liderança e no reforço dos mecanismos de prevenção da corrupção e de promoção da boa governação.

Projetar Cabo Verde no Espaço Aduaneiro Internacional

Aprofundar a cooperação com as administrações aduaneiras e organizações internacionais, promovendo a adoção das melhores práticas internacionais, o intercâmbio de informações, a assistência administrativa mútua e a participação ativa de Cabo Verde nas iniciativas da Organização Mundial das Alfândegas, da Organização Mundial do Comércio, da CEDEAO, da Zona de Comércio Livre Continental Africana e de outras redes internacionais de cooperação.

Governar com Inovação e Resultados

Consolidar um modelo de gestão orientado para resultados, assente na inovação permanente, na utilização de indicadores de desempenho e na melhoria contínua da qualidade dos serviços públicos, reforçando a eficiência, a transparência e a capacidade de resposta da Administração Aduaneira.

7.4. A INFRAESTRUTURAÇÃO, COMO BASE PRINCIPAL, DE UMA NOVA AGENDA ECONÓMICA E SOCIAL

Infraestruturas: Conectividade, Modernização e Coesão Territorial

Cabo Verde, enquanto arquipélago geograficamente disperso, enfrenta o desafio permanente de garantir a mobilidade entre as ilhas e com o exterior. Uma política robusta de infraestruturas é essencial para integrar os mercados internos, reduzir custos logísticos, melhorar o acesso a serviços básicos e fortalecer o turismo, o comércio e o desenvolvimento económico.

O Governo assumirá as infraestruturas como um pilar central da governação, articulando investimentos em transportes, energia, digitalização e urbanismo para promover o desenvolvimento sustentável, a coesão territorial e a competitividade do país.

Para o efeito, serão implementadas as seguintes medidas prioritárias:

Elaboração do Plano Nacional de Infraestruturas, enquanto instrumento de programação de médio prazo, com identificação clara e priorização de projetos estratégicos, integrado numa visão estratégica de longo prazo para a modernização, resiliência e conectividade das infraestruturas nacionais;

Reforço de parcerias estratégicas com a União Europeia e outros parceiros internacionais, para mobilização de recursos financeiros destinados a portos, energia renovável e conectividade digital;

Expansão da infraestrutura digital, incluindo a implantação de 5G, ampliação da fibra ótica e criação de zonas económicas especiais tecnológicas e parques de inovação;

Execução de investimentos estruturados com foco na redução das desigualdades regionais, garantindo um desenvolvimento mais equilibrado entre todas as ilhas;

Modernização dos serviços governamentais através da infraestrutura digital, agilizando processos, melhorando a governação e aumentando a transparência;

Reabilitação e expansão de portos estratégicos, como o Porto Grande (São Vicente), Porto do Porto Novo (Santo Antão), Porto da Palmeira (Sal) e Porto da Praia (Santiago), reforçando a eficiência dos serviços portuários;

Modernização de instalações, sistemas energéticos e logística portuária;

Impulso à segurança, competitividade e sustentabilidade da Economia Azul.

O Governo considera que infraestruturas modernas, resilientes e bem planeadas são a base material para o crescimento económico, a coesão social e a integração de Cabo Verde no espaço regional e global.

7.5. OS TRANSPORTES, COMO CONDIÇÃO DE COESÃO TERRITORIAL E FACTOR DE SOBERANIA NACIONAL

Transportes: Conectividade, Coesão Territorial e Mobilidade Sustentável

Cabo Verde, como arquipélago geograficamente disperso, tem nos transportes (aéreos, marítimos e terrestres) um fator essencial de coesão territorial, integração económica e acesso universal a serviços básicos. A mobilidade entre as ilhas e com o exterior é indispensável para o desenvolvimento equilibrado, o escoamento de produção, o turismo e a qualidade de vida das populações.

O Governo assumirá os transportes como prioridade estratégica, garantindo regularidade, segurança, eficiência e acessibilidade, com um modelo que equilibre o papel regulador do Estado, a coesão territorial e a sustentabilidade ambiental.

Para o efeito, serão implementadas as seguintes medidas prioritárias:

1. Transportes Marítimos – A “Autoestrada” das Ilhas

Garantir regularidade, segurança e eficiência no transporte marítimo de passageiros e carga, através da revisão profunda do modelo de concessão;

Resolver a instabilidade das ligações e os elevados custos logísticos que penalizam o comércio local;

Instituir um teto máximo nas passagens marítimas para residentes (ECV 500,00), subsidiado pelo Estado;

Melhorar a mobilidade marítima, com aquisição progressiva de navios próprios;

Alavancar uma frota de cabotagem moderna, com navios Roll-on/Roll-off eficientes e capacidade para carga refrigerada;

Reabilitar e expandir portos estratégicos (Porto Grande, Porto Novo, Palmeira, Praia), modernizando sistemas digitais de gestão;

Reforçar a competitividade dos portos, simplificar o tarifário portuário e promover a complementaridade entre eles;

Retomar o Registo Internacional de Navios e promover a formação marítima de excelência.

2. Transportes Aéreos – “Céus Abertos, Povo Conectado”

Regular o mercado doméstico, promovendo a entrada de novos operadores e garantindo obrigações de serviço público nas rotas menos rentáveis;

Garantir operações aéreas estáveis e soberanas, com aquisição de aeronaves próprias;

Instituir um teto máximo nas passagens aéreas para residentes (ECV 5.000,00), subsidiado pelo Estado;

Priorizar a construção e operacionalização do Aeroporto de Santo Antão e do Aeroporto Internacional do Fogo;

Modernizar instalações, pistas e sistemas operacionais dos aeroportos;

Elevar a experiência do passageiro e a segurança nos serviços aéreos.

3. Transportes Terrestres e Mobilidade Urbana

Reforçar o Programa de Mobilidade Elétrica, com isenção total de impostos para veículos elétricos no transporte público (táxis e autocarros);

Implementar o Plano Nacional de Estradas de Desencravamento, asfaltando vias de acesso a zonas de produção agrícola e turística;

Criar a Autoridade Nacional de Mobilidade para coordenar e fiscalizar o transporte público urbano;

Criar incentivos à renovação de frotas de táxis e transporte coletivo, com requisitos de qualidade e segurança;

Implementar a Carteira Profissional como condição para o exercício de condutor profissional, com formação adequada;

Reforçar a fiscalização contra a concorrência ilegal e promover sistemas de radiotáxis para maior segurança.

7.6. A CONECTIVIDADE – UM MEIO PARA O DESENVOLVIMENTO

Conectividade: Digital, Territorial e Internacional

Cabo Verde é um arquipélago disperso que só se desenvolve plenamente se estiver verdadeiramente conectado — entre as ilhas, com a diáspora e com o mundo. A conectividade

(digital, física e institucional) é um pilar estratégico do desenvolvimento nacional, com impacto direto na coesão territorial, na inclusão social, na competitividade económica e na integração internacional.

O Governo assumirá a conectividade como um eixo transversal da governação, com o objetivo de transformar Cabo Verde, até 2031, numa nação plenamente conectada, inclusiva e digital, onde todos os cidadãos, empresas e instituições tenham acesso universal, acessível, seguro e de alta qualidade à internet e aos serviços digitais.

Para o efeito, serão implementadas as seguintes medidas prioritárias:

1. Conectividade Digital

Tornar Cabo Verde um Centro Digital no Atlântico Médio, reforçando a ligação a cabos submarinos internacionais e criando centros de dados nacionais para redundância e redução de custos;

Expandir a banda larga nacional com cobertura 5G universal, atingindo 95% da população até 2030, incluindo zonas rurais e polos piscatórios;

Implementar o Programa “Internet para Todos”, com tarifas sociais para famílias de baixo rendimento e acesso gratuito em escolas, centros de saúde e bibliotecas;

Expandir o “Cabo Verde Digital Nomad Visa 2.0” e criar incentivos para empresas tecnológicas se instalarem nos Parques Tecnológicos da Praia e do Mindelo;

Promover a economia digital através de incentivos fiscais a startups tecnológicas e à criação de parques e incubadoras de inovação.

2. Conectividade Interilhas (Transportes)

Garantir mobilidade regular, segura e acessível entre as ilhas, reformando o sistema de transportes marítimos e aéreos;

Otimizar as linhas de cabotagem com uma frota moderna de navios de carga e passageiros;

Reformatar os hubs aéreos do Sal e da Praia para reforçar a conectividade regional e transatlântica;

Modernizar portos e aeroportos, melhorando a logística de carga e a experiência dos utentes.

3. Conectividade Internacional

Posicionar Cabo Verde como hub logístico e digital atlântico, expandindo rotas aéreas e marítimas internacionais;

Reforçar a diplomacia económica para atrair parcerias estratégicas com a Europa, África e Américas;

Desenvolver plataformas logísticas que potenciem o transbordo marítimo e a integração em corredores regionais.

4. Conectividade Institucional e Governação Digital

Edificar um Estado Digital Integrado, com interoperabilidade total entre sistemas públicos e bases de dados governamentais;

Implementar a estratégia “Digital First” em todos os serviços públicos, com identidade digital para todos os cidadãos;

Reforçar a cibersegurança nacional, protegendo infraestruturas críticas e dados dos cidadãos.

5. Capacitação e Inclusão Digital

Massificar a alfabetização digital nacional, com formação para jovens e adultos;

Promover programas de competências tecnológicas (programação, dados e inteligência artificial);

Reforçar os equipamentos digitais em todo o sistema educativo.

7.7. UMA NOVA APOSTA EM SECTORES ESTRATÉGICOS DA ECONOMIA

O Governo está consciente de que a complexidade dos tempos atuais exige uma capacidade coletiva de análise estratégica e a adoção atempada de novos modelos económicos, capazes de gerar atributos competitivos diferenciados e novas vantagens comparativas para o país.

A Nova Agenda Económica que o Governo irá implementar visa exatamente isso: promover um crescimento sustentável, gerar mais e melhores empregos e garantir uma distribuição mais justa e equilibrada da riqueza nacional.

Esta Agenda passa, necessariamente, por uma nova aposta em sectores estratégicos, transformando os nossos recursos e vantagens naturais — a localização geoestratégica

privilegiada, o mar, o sol e o vento — em verdadeiros motores de desenvolvimento económico e de prosperidade partilhada.

Trata-se de valorizar o que Cabo Verde tem de único, construindo cadeias de valor mais sofisticadas, mais inovadoras e com maior capacidade de geração de riqueza e de emprego qualificado.

Esta é a ambição que orientará a ação governativa: transformar potencial em realidade, recursos em oportunidades e vantagens comparativas em prosperidade para todos os cabo-verdianos.

7.7.1. TURISMO: CABO VERDE COMO DESTINO DE REFERÊNCIA

Turismo: Sustentável, Diversificado, Inclusivo e de Alto Valor Acrescentado

O turismo constitui um dos sectores estratégicos mais dinâmicos da economia cabo-verdiana e um pilar fundamental para o crescimento económico, a criação de emprego e a valorização cultural do país.

O Governo assume o turismo como uma prioridade nacional, com uma visão clara: construir um turismo sustentável, diversificado, resiliente e inclusivo, capaz de gerar valor económico e social para todas as ilhas, reduzir as assimetrias territoriais e reforçar a posição de Cabo Verde no mercado internacional.

Para superar os desafios atuais — elevada dependência do segmento sol e praia, concentração geográfica, baixo valor acrescentado nacional e vulnerabilidade a choques externos —, o Governo promoverá uma transformação profunda do sector, apostando na diversificação da oferta, na qualificação do capital humano, na sustentabilidade ambiental e na maior participação dos cabo-verdianos na cadeia de valor turística.

Para o efeito, serão implementadas as seguintes medidas prioritárias:

1. Diversificação da Oferta Turística

Reduzir a dependência do turismo de sol e praia, desenvolvendo novos segmentos de elevado valor acrescentado, como turismo cultural e patrimonial, ecoturismo, turismo náutico, turismo rural e comunitário, turismo de eventos e negócios, e turismo desportivo;

Valorizar a música, a gastronomia, os festivais e as tradições culturais cabo-verdianas como elementos centrais da experiência turística;

Concretizar o conceito “10 Ilhas, 10 Destinos”, promovendo a identidade específica de cada ilha.

2. Desenvolvimento Territorial Equilibrado

Promover uma distribuição mais equilibrada do turismo por todo o arquipélago;

Desenvolver novos polos turísticos nas ilhas com menor fluxo atual;

Apoiar projetos de turismo comunitário e de base local;

Executar investimentos em infraestruturas turísticas prioritárias nas ilhas menos desenvolvidas.

3. Infraestruturas e Conectividade

Modernizar aeroportos e portos estratégicos;

Melhorar os transportes interilhas, garantindo maior regularidade e acessibilidade;

Expandir e requalificar a rede de estradas e infraestruturas de apoio ao turismo.

4. Formação e Qualificação Profissional

Reforçar a qualificação do capital humano no sector do turismo, com programas de formação profissional em hotelaria, restauração e gestão turística;

Criar Centros de Formação Especializada, especialmente nas ilhas com vocação turística;

Promover o empreendedorismo jovem no sector turístico.

5. Sustentabilidade Ambiental

Promover práticas de turismo sustentável em todos os projetos;

Incentivar a certificação ambiental dos estabelecimentos turísticos;

Proteger áreas naturais e ecossistemas costeiros;

Estimular o uso de energias renováveis nos empreendimentos turísticos.

6. Promoção Internacional do Destino

Fortalecer a marca “Cabo Verde” como destino de referência, através de estratégias de marketing inovadoras e campanhas digitais direcionadas;

Participar em feiras internacionais de turismo e reforçar parcerias com companhias aéreas e operadores globais;

Desenvolver campanhas de promoção especializadas por segmento e por ilha.

7.7.2. Agricultura: Produzir mais, valorizar o território e reforçar a segurança alimentar

A XI Legislatura assume o Desenvolvimento Rural e das Pescas como eixos centrais da transformação económica, social e territorial de Cabo Verde. Assim, a Agricultura, a Pecuária e as Pescas constituem setores estratégicos para a promoção do crescimento económico sustentável, da criação de emprego, da geração de rendimento, da segurança alimentar e nutricional e da valorização do mundo rural e comunidades piscatórias.

Num contexto marcado pelas alterações climáticas, pela escassez de recursos naturais e pela elevada dependência alimentar externa, o Governo promoverá a modernização e empresarialização dos sistemas produtivos, a valorização dos investimentos realizados na mobilização de água para produção, na modernização das embarcações de pescas, a inovação tecnológica, a investigação aplicada, a inclusão dos jovens e mulheres e o fortalecimento das cadeias de valor nacionais, industrialização e agregação de valor na agricultura, pecuária, pescas e aquacultura.

A ambição da XI Legislatura é desenvolver a economia verde e economia azul, transformando assim o mundo rural e zonas costeiras em espaços de oportunidade, prosperidade e inclusão, fazendo da Agricultura, da Pecuária e das Pescas motores do desenvolvimento rural sustentável, da segurança alimentar e da diversificação da economia cabo-verdiana. O Governo reforçará igualmente a governação da segurança alimentar e nutricional, promovendo uma abordagem integrada que articule o aumento da produção nacional, a melhoria do acesso aos alimentos, a educação alimentar, a valorização da produção local e a coordenação interinstitucional das políticas públicas.

A ação do Governo será concretizada através de **áreas prioritárias de intervenção** e de **iniciativas estruturantes** orientadas para produzir resultados concretos e mensuráveis, reforçar a coerência das políticas públicas, mobilizar recursos e os diferentes atores do setor, e acelerar a transformação estrutural dos sistemas produtivos. Estes estabelecem o quadro de atuação do Governo para a modernização da agricultura, da pecuária, do desenvolvimento rural e das

pescas, enquanto instrumentos de implementação focados em áreas prioritárias com elevado impacto económico, social e territorial.

Modernização, inovação e sustentabilidade da Agricultura e Pecuária

O Governo promoverá a modernização da agricultura e da pecuária como condição essencial para aumentar a produção nacional, melhorar a competitividade dos sistemas produtivos e reforçar a segurança alimentar e nutricional do país. A inovação tecnológica, a melhoria da eficiência produtiva e a adoção de soluções adaptadas às condições agroecológicas de Cabo Verde constituirão prioridades da ação governativa durante a XI Legislatura.

Neste quadro, será promovida a introdução de tecnologias modernas de produção agrícola e pecuária, a expansão da irrigação eficiente, nomeadamente da rega gota-à-gota, e da agricultura protegida, contribuindo para o aumento da produtividade, a redução dos custos de produção, a utilização mais racional da água e o reforço da resiliência dos sistemas produtivos face às alterações climáticas.

O Governo promoverá igualmente a agricultura de precisão e a digitalização da informação agrícola, reforçando os sistemas de informação e apoio à decisão e permitindo uma gestão mais eficiente dos recursos produtivos.

Será igualmente reforçado o apoio à investigação científica aplicada, bem como à produção e disponibilização de sementes, mudas, material vegetativo e genético de qualidade, promovendo a modernização das explorações agrícolas e pecuárias e o aumento da competitividade dos produtores nacionais. Será igualmente promovida a recuperação e valorização do património florestal nacional, através de programas de reflorestação, reforçando a produção de plantas florestais, a arborização bem como a gestão sustentável dos perímetros florestais, contribuindo para a conservação dos solos e água, a proteção dos recursos hídricos, a adaptação às alterações climáticas e a melhoria da qualidade ambiental.

O Governo promoverá ainda o reforço da proteção vegetal, e da sanidade animal, através da investigação aplicada, da gestão integrada e com ênfase no controlo biológico de pragas e

doenças, bem como do fortalecimento dos sistemas de inspeção, quarentena e biossegurança, contribuindo para sistemas produtivos mais sustentáveis e competitivos.

O Governo fortalecerá a articulação entre investigação, inovação, extensão rural e produção, assegurando que o conhecimento e as tecnologias desenvolvidas pelas instituições nacionais de investigação sejam efetivamente transferidos para os produtores e colocados ao serviço do desenvolvimento agrícola, **silvícola** e rural.

A implementação desta prioridade será apoiada pelos **Programas Água e Energia para Produzir, Produzir Mais em Cabo Verde, Conservação dos Solos e Reflorestação, Programa Nacional de Melhoramento, Produção Forrageira e Resiliência do Setor Pecuário e Programa Conhecimento, Inovação e Qualidade para Produzir**, orientados para o aumento da produção e da produtividade, a modernização tecnológica, a gestão sustentável dos recursos naturais, a conservação dos solos, a reflorestação, o reforço da investigação, da inovação, da proteção fitossanitária e zoossanitária e o aumento da competitividade e sustentabilidade do setor agro-silvo-pecuário.

Modernização, inovação e sustentabilidade das Pescas e Aquacultura

O Governo promoverá a modernização da atividade pesqueira através da melhoria das condições de operacionalidade e segurança da frota artesanal, semi-industrial e industrial, da renovação dos equipamentos de pesca e da adoção de práticas e técnicas inovadoras, mais eficientes e sustentáveis. Será igualmente reforçada a gestão responsável dos recursos haliêuticos e o combate à pesca ilegal, assegurando a preservação dos recursos pesqueiros e a sustentabilidade da atividade.

O Governo impulsionará o desenvolvimento da aquacultura como complemento estratégico à produção pesqueira nacional, promovendo o investimento privado, a instalação de novas unidades de produção e o aproveitamento sustentável do potencial aquícola do país. Esta aposta contribuirá para aumentar a oferta de pescado, diversificar a produção nacional, reforçar a segurança alimentar e criar novas oportunidades de emprego e rendimento.

O Governo promoverá igualmente o reforço da investigação aplicada, da inovação, da extensão pesqueira, da transferência de tecnologia e da capacitação dos profissionais do setor, assegurando uma maior articulação entre as instituições de investigação, os serviços públicos e os operadores das pescas e da aquacultura. Será igualmente reforçado o sistema de monitorização da Zona Económica Exclusiva, a produção, tratamento e difusão de estatísticas e informação do setor, apoiando a formulação de políticas públicas e a gestão sustentável dos recursos haliêuticos.

O Governo fortalecerá ainda as atividades de inspeção e fiscalização marítima e pesqueira para combater a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, reforçando os mecanismos de controlo, vigilância e cumprimento da legislação aplicável.

A implementação desta prioridade será apoiada pelo **Programa Modernizar as Pescas e Aquacultura**, orientado para promover a modernização da atividade pesqueira, o desenvolvimento da aquacultura sustentável, a inovação tecnológica, a gestão sustentável dos recursos haliêuticos e o reforço da competitividade do setor.

Expansão das infraestruturas agrícolas e mobilização de água

O reforço das infraestruturas produtivas e da disponibilidade de água constitui uma prioridade estratégica para aumentar a produção nacional, melhorar as condições de trabalho dos produtores e valorizar os investimentos realizados pelo Estado na mobilização de recursos hídricos.

O Governo promoverá uma abordagem integrada de mobilização e valorização dos recursos hídricos, diversificando as fontes de abastecimento de água para fins produtivos através do aproveitamento das águas superficiais e subterrâneas, da reutilização de águas residuais tratadas, da dessalinização e da adoção de soluções inovadoras adaptadas às condições climáticas do país.

O Governo dará continuidade aos investimentos na captação, armazenamento, distribuição e gestão da água para fins produtivos, através da construção, reabilitação e valorização de barragens, diques de captação, reservatórios, perfurações, galerias e outras infraestruturas

hidroagrícolas, incluindo sistemas de captação da água de neblina. Serão igualmente reforçadas as redes de distribuição e os sistemas de irrigação eficiente, promovendo uma utilização mais racional e sustentável dos recursos hídricos.

Igualmente será promovida a reutilização de águas residuais tratadas e a dessalinização de águas salobras e marinhas para fins produtivos, contribuindo para aumentar a disponibilidade de água, particularmente nas zonas mais vulneráveis à seca. O Governo continuará a investir na melhoria dos acessos às zonas agrícolas, bem como na construção, reabilitação e modernização de infraestruturas de armazenamento, conservação e valorização da produção.

A utilização de energias renováveis na agricultura, pecuária e transformação agroalimentar será incentivada como instrumento de redução dos custos de produção e de reforço da competitividade das explorações. Da mesma forma, serão reforçadas as ações de conservação dos solos e da água, a recuperação de áreas degradadas e a gestão sustentável das bacias hidrográficas, contribuindo para aumentar a resiliência dos sistemas produtivos face às alterações climáticas.

A implementação desta prioridade será apoiada pelo **Programas Água e Energia para Produzir, Produzir Mais em Cabo Verde, Conservação dos Solos e Reflorestação e Programa Valorizar a Produção Nacional**, orientado para fortalecer as cadeias de valor agrícolas, pecuárias e pesqueiras através da implementação de boas práticas de produção, da transformação, conservação, armazenamento, certificação e comercialização dos produtos nacionais, promovendo a sua integração nos mercados, no turismo, na restauração, nas compras institucionais e junto da diáspora.

Desenvolvimento da Agroindústria, Expansão dos Mercados e Valorização da Produção Agropecuária

O Governo promoverá o desenvolvimento da agroindústria como instrumento estratégico para aumentar o valor acrescentado da produção nacional, reduzir perdas pós-colheita, criar emprego e reforçar a ligação entre produção, transformação, comercialização e consumo.

Neste quadro, será incentivada a transformação local de produtos agrícolas e pecuários, bem como a criação e consolidação de pequenas, médias e grandes empresas agroalimentares, através de parcerias público-privadas e de outros mecanismos de apoio ao investimento produtivo. Será dada especial atenção ao desenvolvimento de unidades agroalimentares capazes de abastecer o mercado nacional, o setor turístico, a restauração e outros segmentos de consumo.

O Governo promoverá igualmente uma maior integração da produção nacional nos mercados, reforçando as ligações entre os produtores, a agroindústria, o turismo, a restauração, as compras públicas e os mercados da diáspora. Serão criados mecanismos que facilitem o escoamento e a comercialização dos produtos nacionais, valorizando a produção local e estimulando o seu consumo nos diferentes segmentos de mercado.

O Governo promoverá a adoção de boas práticas agropecuárias de produção, transformação, higiene e segurança alimentar, visando a certificação, a qualidade e a valorização dos produtos nacionais, reforçando a confiança dos consumidores e facilitando a sua integração nos mercados. Será igualmente incentivada a exportação de produtos agrícolas e agroalimentares com valor acrescentado, contribuindo para o aumento da competitividade da produção nacional e para a diversificação da economia.

No domínio pecuário, será dada atenção particular ao desenvolvimento da avicultura e suinicultura, através do incentivo à criação de pequenas, médias e grandes empresas, com recurso a parcerias público-privadas, visando aumentar a produção nacional, abastecer os mercados turísticos e reduzir a dependência de importações.

A implementação desta prioridade será apoiada pelo **Programa Valorizar a Produção Agropecuária**, orientado para fortalecer as cadeias de valor agrícolas e pecuárias através da promoção da transformação, conservação, armazenamento, certificação e comercialização dos produtos nacionais, incentivando a sua integração nos mercados, no turismo, na restauração, nas compras institucionais e junto da diáspora, aumentando o valor acrescentado da produção nacional.

Valorização do pescado, desenvolvimento de infraestruturas de apoio à pesca e comunidades Piscatórias

O Governo promoverá a garantia da qualidade e valorização do pescado através do reforço das capacidades de conservação, transformação, certificação, armazenamento, inspeção e comercialização dos produtos da pesca, contribuindo para aumentar o valor acrescentado da produção nacional, melhorar os rendimentos dos profissionais do setor e reforçar a competitividade das cadeias de valor pesqueiras.

Serão igualmente reforçadas as infraestruturas de apoio às pescas e conservação e processamento dos pescados, promovendo o fortalecimento das associações e cooperativas de pescadores, o empreendedorismo local e a inclusão económica dos jovens e das mulheres das comunidades piscatórias, contribuindo para melhorar as condições de vida das famílias, gerar novas oportunidades económicas e reforçar o papel das pescas no desenvolvimento local.

A implementação desta prioridade será apoiada pelo **Programa Valorizar o Pescado e as Comunidades Piscatórias**, orientado para reforçar a conservação, transformação, inspeção, certificação e comercialização do pescado, fortalecer as cadeias de valor da pesca, apoiar as associações e cooperativas de pescadores e promover o desenvolvimento económico e social das comunidades piscatórias, contribuindo para aumentar o rendimento dos operadores do setor e reforçar o papel das pescas na economia nacional.

Formação, Capacitação Técnica, Extensão Rural e Pesqueira

O desenvolvimento sustentável da agricultura, da pecuária, das pescas exige produtores e profissionais de pescas mais capacitados e organizados, organizações mais fortes e serviços de assistência técnica capazes de responder aos desafios da modernização dos sistemas produtivos. Neste particular, o Governo reforçará a organização dos produtores, das cooperativas e associações dos setores produtivos, o empreendedorismo rural e piscatório, a formação profissional, a assistência técnica e a transferência de conhecimento, promovendo uma maior articulação entre investigação, inovação e produção.

Serão alargados os programas de formação e capacitação dirigidos aos agricultores, criadores, pescadores e profissionais de pescas, jovens e mulheres empreendedores rurais e ligados às pescas, cooperativas, associações e organizações dos setores produtivos, reforçando as suas competências técnicas, de gestão e de adaptação às exigências dos mercados. O Governo fortalecerá igualmente o sistema nacional de extensão rural e os serviços de assistência técnica às pescas e à aquacultura, assegurando um acompanhamento mais próximo, eficaz e orientado para as necessidades dos produtores, pescadores e comunidades rurais.

O Governo dará continuidade à introdução de novas abordagens e à modernização dos serviços de assistência técnica, através do reforço das plataformas digitais de informação e apoio aos produtores e profissionais de pescas, da implementação do AgroMóvel, do alargamento dos sistemas de cadastramento e registo dos operadores dos setores produtivos, informatização de licenciamento de atividades de pescas, bem como de outros meios de informação e comunicação que facilitem o acesso ao conhecimento, à inovação e aos serviços públicos.

Será promovida uma maior articulação entre o INIDA, o IMAR e EMAR, as instituições de ensino superior e formação profissional, os serviços de assistência técnica e extensão rural e pesqueiras, as organizações de produtores, as associações e cooperativas do setor das pescas e os parceiros de desenvolvimento, de forma a acelerar a transferência de conhecimento, tecnologia e inovação para o terreno e promover a adoção de boas práticas de produção, gestão, conservação, transformação e comercialização. De igual modo, serão reforçadas as parcerias com instituições de investigação, desenvolvimento e fiscalização a nível regional e internacional.

A implementação desta prioridade será apoiada pelos **Programas Conhecimento e Inovação para Produzir e Empreender para Produzir**, que promoverão a investigação aplicada, a inovação, a agricultura digital, as abordagens práticas de aprendizagem, a transferência de tecnologia, a formação, a assistência técnica, o empreendedorismo e a renovação geracional nos setores da agricultura, pecuária, pescas, desenvolvimento rural e zonas costeiras.

Financiamento, Crédito e Investimentos dos Setores Produtivos

O acesso ao financiamento continua a constituir um dos principais desafios ao desenvolvimento da agricultura, da pecuária, das pescas e das atividades económicas no mundo rural e nas zonas costeiras. O Governo promoverá um ambiente mais favorável ao investimento produtivo, através do reforço dos instrumentos financeiros disponíveis e da criação de soluções adaptadas às necessidades dos produtores, criadores, profissionais das pescas, cooperativas, associações, organizações de produtores agropecuários e do setor das pescas e empreendedores rurais.

Neste quadro, será promovida a **criação do Banco de Investimento Agro-Azul**, destinado a disponibilizar linhas de crédito específicas e adaptadas aos setores agrícola, pecuário e pesqueiro, facilitando o acesso ao financiamento e estimulando o investimento produtivo. O Banco integrará e potenciará progressivamente os atuais mecanismos públicos de financiamento e incentivos aos setores produtivos, designadamente o Fundo Autónomo das Pescas e os instrumentos de apoio ao investimento agrícola, assegurando uma gestão mais integrada, eficiente e orientada para o desenvolvimento da agricultura, da pecuária e das pescas.

O Governo promoverá igualmente a implementação de seguros agrícolas e das pescas, adaptados aos riscos climáticos e à sazonalidade da atividade, contribuindo para uma maior segurança dos investimentos e para o reforço da resiliência dos operadores setoriais.

Serão ainda alargados e adequados os incentivos fiscais ao investimento produtivo e reforçados os mecanismos de apoio financeiro às cooperativas, associações e organizações de produtores agropecuários e do setor das pescas, promovendo a modernização das explorações, a criação de emprego, o empreendedorismo e o desenvolvimento das cadeias de valor agroalimentares e pesqueiras.

O Governo promoverá igualmente a simplificação dos procedimentos de acesso aos instrumentos de financiamento e incentivos públicos, assegurando maior transparência, previsibilidade, eficiência e proximidade aos beneficiários. De igual modo, reforçará os mecanismos de mobilização de financiamento para o desenvolvimento da economia verde e azul, através da captação de recursos nacionais e internacionais e da mobilização de parcerias estratégicas para o investimento nos setores produtivos.

A implementação desta prioridade contará com o apoio do **Programa Empreender para Produzir**, promovendo o acesso ao financiamento, ao empreendedorismo, à inclusão produtiva e à renovação geracional nos setores da agricultura, pecuária, silvicultura, pescas, desenvolvimento rural e zonas costeiras.

Segurança Alimentar e Nutricional

O Governo reforçará a política nacional de segurança alimentar e nutricional, promovendo uma abordagem integrada que articule a produção nacional, a disponibilidade, o acesso, a utilização adequada dos alimentos e a estabilidade dos sistemas alimentares. Será reforçada a coordenação interinstitucional, a monitorização da situação alimentar e nutricional, a educação alimentar e nutricional, a valorização dos produtos nacionais e o desenvolvimento de sistemas alimentares mais resilientes, inclusivos e sustentáveis.

Será igualmente fortalecida a capacidade do Secretariado Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SNSAN), reforçando o seu papel na coordenação, monitorização e avaliação das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional e na articulação entre os diferentes setores e parceiros de desenvolvimento, assegurando a implementação da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e outros instrumentos orientadores, contribuindo para o desenvolvimento económico e social.

A implementação desta prioridade contará com o apoio transversal dos **Programas Produzir Mais em Cabo Verde, Valorizar a Produção Agropecuária, Valorizar o Pescado e as Comunidades Piscatórias e Empreender para Produzir**, contribuindo para aumentar a disponibilidade, o acesso e a qualidade dos alimentos produzidos em Cabo Verde.

Iniciativas Estruturantes da XI Legislatura

Para acelerar a transformação da agricultura, da pecuária, da silvicultura, do desenvolvimento rural e das pescas, o Governo implementará um conjunto de iniciativas estruturantes orientadas para aumentar a produção nacional, gerar emprego e rendimento, reforçar a segurança

alimentar e nutricional, reduzir a dependência alimentar externa e promover o desenvolvimento sustentável do mundo rural e das comunidades piscatórias.

Agricultura, Pecuária e Silvicultura

Programa Água e Energia para Produzir, destinado a valorizar os investimentos realizados na mobilização de recursos hídricos e na utilização de energias renováveis para fins produtivos, contribuindo para reforçar a disponibilidade de água, melhorar a eficiência da irrigação e aumentar a resiliência dos sistemas agrícolas.

Programa Produzir Mais em Cabo Verde, orientado para promover o aumento da produção, da produtividade e da competitividade agrícola através da modernização dos sistemas produtivos, da adoção de tecnologias adequadas e da diversificação da produção nacional, reforçando a melhoria da segurança alimentar e nutricional.

Programa Nacional de Melhoramento, Produção Forrageira e Resiliência do Setor Pecuário, orientado para reforçar a produtividade e a competitividade da pecuária nacional, através do melhoramento genético, do aumento da produção de forragens, da melhoria da alimentação animal, do reforço da sanidade animal e da promoção de sistemas pecuários mais resilientes às secas e às alterações climáticas.

Programa Conservação dos Solos e Reflorestação, destinado a promover a conservação e gestão sustentável dos solos e das bacias hidrográficas, a reflorestação, a produção de plantas florestais, a arborização, a recuperação de ecossistemas degradados e a proteção dos recursos naturais, contribuindo para a adaptação às alterações climáticas, a proteção dos recursos hídricos, a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade ambiental.

Programa Valorizar a Produção Agropecuária, orientado para fortalecer as cadeias de valor agrícolas e pecuárias através da implementação de boas práticas de produção, da transformação, conservação, armazenamento, certificação e comercialização dos produtos nacionais, promovendo a sua integração nos mercados, no turismo, na restauração, nas compras institucionais e junto da diáspora, aumentando o valor acrescentado da produção nacional.

Pescas

Programa Modernizar as Pescas e Aquacultura, destinado à modernização da atividade pesqueira, da frota artesanal, semi-industrial e industrial, ao desenvolvimento da aquacultura sustentável e ao reforço da sustentabilidade, da segurança e da competitividade do setor, e reforçando a melhoria da segurança alimentar e nutricional.

Programa Valorizar o Pescado e as Comunidades Piscatórias, orientado para reforçar a conservação, transformação, inspeção, certificação e comercialização do pescado, fortalecer as cadeias de valor da pesca, apoiar as associações e cooperativas de pescadores e promover o desenvolvimento económico e social das comunidades piscatórias.

Programas Transversais

Programa Conhecimento, Inovação e Qualidade para Produzir, destinado a reforçar a investigação aplicada, a inovação, a digitalização, a extensão rural e pesqueira, a transferência de tecnologia, a formação e capacitação técnica, a produção e difusão de conhecimento, bem como o fortalecimento dos sistemas de proteção fitossanitária e zoossanitária, de inspeção, certificação, quarentena, biossegurança e controlo oficial, promovendo a modernização, a competitividade e a sustentabilidade dos setores produtivos.

Programa Empreender para Produzir, destinado a promover o empreendedorismo, a inclusão produtiva e a renovação geracional nos setores da agricultura, pecuária, silvicultura, pescas, desenvolvimento rural e desenvolvimento das zonas costeiras, através da formação, assistência técnica, acesso ao financiamento e apoio à criação e consolidação de negócios liderados por jovens e mulheres.

Compromisso da XI Legislatura

A XI Legislatura assume o compromisso de transformar a agricultura, a pecuária, o desenvolvimento rural e as pescas em motores do crescimento económico, da segurança alimentar e nutricional, da criação de emprego e da valorização dos territórios e das comunidades de Cabo Verde.

O Governo, através da implementação dos eixos estratégicos e das iniciativas estruturantes definidas para estes setores primários, promoverá a produção nacional, sistemas produtivos mais resilientes, maior integração dos produtores nos mercados e mais oportunidades para os jovens, as mulheres e as comunidades rurais e piscatórias.

O compromisso da XI Legislatura é transformar a água e recursos haliêuticos em produção, a produção em rendimento, o rendimento em qualidade de vida e o desenvolvimento rural e das zonas costeiras em prosperidade partilhada para todos.

7.7.3. GANHAR O MAR & DESENVOLVER A “ECONOMIA AZUL”

Economia Azul: Ganhar o Mar

Cabo Verde é um país arquipelágico cuja geografia, economia e identidade estão profundamente ligadas ao mar. Com uma Zona Económica Exclusiva (ZEE) mais de 180 vezes superior à sua área terrestre, o país possui um potencial extraordinário para desenvolver uma Economia Azul sustentável, diversificada e geradora de riqueza.

O Governo assume a Economia Azul como um pilar estratégico da Nova Agenda Económica, com o objetivo de “Ganhar o Mar” — transformando o oceano num motor de crescimento económico, criação de emprego, segurança alimentar, inovação e resiliência nacional.

Esta estratégia visa diversificar a economia, reduzir a dependência de sectores tradicionais, valorizar os recursos marinhos de forma sustentável e posicionar Cabo Verde como uma referência atlântica na economia azul.

Para o efeito, serão implementadas as seguintes medidas prioritárias:

1. Modernização e Sustentabilidade das Pescas

Modernização e renovação da frota pesqueira semi-industrial e industrial, através de parcerias público-privadas;

Melhoria das infraestruturas de conservação, processamento e comercialização do pescado;

Reforço da fiscalização marítima e combate eficaz à pesca ilegal;

Promoção da certificação internacional dos produtos do mar;

Atualização do Código Marítimo de Cabo Verde para aumentar a competitividade do sector.

2. Desenvolvimento da Aquacultura

Criação de zonas específicas para aquacultura sustentável;

Expansão de incentivos fiscais e financeiros para investimentos privados;

Estímulo à investigação científica sobre espécies adequadas ao cultivo local.

3. Infraestruturas Portuárias e Logística Marítima

Expansão e modernização dos portos nacionais, com digitalização dos processos e melhoria dos serviços logísticos;

Criação de zonas económicas ligadas aos portos;

Desenvolvimento do Centro Logístico Marítimo Regional.

4. Turismo Azul e Valorização do Património Marinho

Desenvolvimento do turismo náutico, de mergulho, observação de fauna marinha e ecoturismo;

Valorização das áreas marinhas protegidas como atrativos turísticos;

Promoção do turismo marítimo sustentável.

5. Investigação, Formação e Inovação

Criação de programas universitários e de formação profissional em Economia Azul, pescas, aquacultura e tecnologias marítimas;

Reforço da investigação oceanográfica, climática e biotecnológica;

Promoção de um hub internacional de Bioeconomia Azul;

Desenvolvimento de uma economia azul circular, com valorização de resíduos marinhos.

6. Financiamento e Governança

Criação do Banco de Investimento Agro-Azul para financiar atividades ligadas ao mar;

Reforço dos mecanismos de mobilização de financiamento nacional e internacional para a Economia Azul;

Implementação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional.

O Governo considera que o mar é o maior ativo estratégico de Cabo Verde. “Ganhar o Mar” significa transformar este imenso território marítimo num espaço de prosperidade, inovação e inclusão, gerando riqueza que beneficie todas as ilhas e todas as famílias.

O desenvolvimento da Economia Azul é um compromisso central da Agenda “Cabo Verde Para Todos”.

7.7.4. CULTURA: VALORIZAR A NOSSA IDENTIDADE E ACRESCENTAR VALOR AO NOSSO POTENCIAL

Cultura: Identidade Nacional, Coesão Social e Motor de Desenvolvimento

A cultura cabo-verdiana é um pilar estratégico da identidade nacional, da coesão social e do desenvolvimento sustentável. Mais do que um património simbólico, constitui um recurso económico dinâmico, com elevado potencial para gerar emprego, valor acrescentado e projeção internacional.

O Governo reconhece a cultura como um sector estratégico, que une as ilhas, reforça os laços com a diáspora e enriquece a experiência turística. A consagração internacional da Morna como Património Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO reforça o seu papel como elemento distintivo de Cabo Verde no mundo.

A cultura não é apenas preservação — é criação, inovação e fonte de rendimento. As indústrias culturais e criativas (música, artes plásticas, teatro, dança, cinema, gastronomia e artesanato) serão tratadas como um sector económico prioritário, capaz de gerar empregos qualificados, especialmente para os jovens, e de contribuir para a diversificação económica.

Para o efeito, o Governo implementará as seguintes medidas prioritárias:

1. Valorização e Promoção das Expressões Culturais

Fomentar a criação literária, com especial atenção à literatura infantil e à tradução e divulgação internacional de obras cabo-verdianas;

Introduzir a Educação Musical no sistema de ensino, do básico ao superior, e garantir maior presença da música tradicional nas rádios nacionais;

Promover a Educação Artística desde a infância e dinamizar as artes plásticas, o artesanato “Made in Cabo Verde”, a dança e o teatro;

Valorizar e modernizar o Carnaval, criando estaleiros permanentes e circuitos turísticos culturais.

2. Proteção e Valorização do Património

Inventariar, proteger e promover o património construído e imaterial nacional;

Rever a legislação sobre os Centros Históricos e atualizar a Lista Indicativa para a UNESCO;

Declarar pratos e manifestações gastronómicas como Património Nacional.

3. Infraestruturas e Equipamentos Culturais

Reafectar e criar infraestruturas culturais (auditórios, museus, galerias de arte, escolas de dança e teatro, cinemas) em todas as ilhas;

Dinamizar os Centros Culturais existentes e criar novos espaços de criação e fruição cultural.

4. Indústrias Culturais e Criativas

Reforçar o financiamento às indústrias culturais e criativas;

Implementar plenamente o Estatuto do Artista e garantir proteção social efetiva;

Expandir o Programa Bolsa de Acesso à Cultura (BA-Cultura);

Estimular a exportação de produtos e serviços culturais.

5. Cultura, Turismo e Diáspora

Integrar a oferta cultural na estratégia turística, enriquecendo a experiência dos visitantes;

Reforçar a Diplomacia Cultural, com maior presença das Casas de Cultura e das representações diplomáticas;

Promover o intercâmbio e a circulação de artistas entre o país e a diáspora.

O Governo considera que investir na cultura é investir na alma e na economia de Cabo Verde. Uma nação que valoriza a sua identidade cultural, promove a criação artística e integra a cultura no desenvolvimento económico é uma nação mais coesa, mais criativa e mais próspera.

7.7.5. POTENCIALIZAR O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL

7.7.5.1. A NECESSÁRIA RETOMA DA APOSTA NA INDUSTRIALIZAÇÃO

Reindustrialização e Modernização do Sector Industrial

O Governo está convicto de que Cabo Verde precisa de voltar a produzir, inovar e exportar com maior valor acrescentado. Uma economia moderna e resiliente não pode depender apenas de serviços — exige uma base industrial sólida, competitiva e integrada nas cadeias de valor globais.

O Governo assumirá a reindustrialização como prioridade estratégica da Nova Agenda Económica, com o objetivo de modernizar o tecido produtivo, aumentar a capacidade exportadora, criar empregos qualificados e reduzir a vulnerabilidade externa.

Cabo Verde possui vantagens comparativas importantes — localização geoestratégica, acordos comerciais preferenciais (AGOA, SPG+, CEDEAO e AfCFTA) e potencial de integração entre Europa, África e Américas. Estas condições devem ser aproveitadas para desenvolver sectores industriais dinâmicos e sustentáveis.

Para o efeito, o Governo implementará as seguintes medidas prioritárias:

Promover uma nova etapa de desenvolvimento produtivo, baseada em inovação, sustentabilidade, competitividade e criação de empregos de qualidade;

Adotar políticas industriais proactivas, centradas na modernização dos sectores existentes e no desenvolvimento de novos sectores emergentes e de maior valor acrescentado;

Estimular o empreendedorismo industrial, especialmente para responder à procura gerada pelo turismo e pela exportação;

Apoiar a inovação e o desenvolvimento tecnológico, preparando o país para a Indústria 4.0;

Reforçar e simplificar o Sistema IGRP – Licenciamento Industrial, tornando os processos mais ágeis e transparentes;

Dinamizar o Centro Internacional de Negócios (CIN) e as Zonas Económicas Especiais, com enfoque em zonas industriais e logísticas;

Reforçar o Programa de Eficiência Energética nas unidades industriais, nomeadamente através da produção fotovoltaica para autoconsumo;

Apoiar a indústria conserveira de pescado e a transformação de produtos da pesca e aquacultura, superando constrangimentos nas regras de origem para exportação;

Reforçar a diplomacia económica para a penetração de produtos industriais cabo-verdianos nos mercados da CPLP, CEDEAO e outros;

Promover o desenvolvimento da indústria extrativa sustentável (pedra brita, sal, pozolana) e estudar o potencial da mineração submarina responsável.

7.7.5.2. POTENCIALIZAR O COMÉRCIO, OS SERVIÇOS E A RESTAURAÇÃO

Comércio, Serviços e Restauração: Pilares da Economia e da Coesão Social

O desenvolvimento económico de Cabo Verde depende da vitalidade e da articulação entre os diferentes sectores de atividade. O comércio, os serviços e a restauração assumem um papel fundamental, contribuindo diretamente para a criação de riqueza, a geração de emprego e a melhoria da qualidade de vida da população.

O comércio é essencial para a circulação de bens, aproximando produtores e consumidores, dinamizando a produção e estimulando o consumo interno. Os serviços representam a maior parcela do PIB e são um vetor de modernização, inovação e competitividade. A restauração, por sua vez, é particularmente estratégica num país com forte vocação turística, valorizando a gastronomia e a cultura cabo-verdianas, enquanto dinamiza sectores como a agricultura, a pesca e a agroindústria.

O Governo reconhecerá estes sectores como pilares estruturais da economia, promovendo a sua modernização, formalização e competitividade, com vista a um crescimento mais inclusivo e sustentável.

Para o efeito, serão implementadas as seguintes medidas prioritárias:

Investir no fortalecimento do comércio, dos serviços e da restauração, como motores do crescimento económico e da coesão social;

Aprovar e dinamizar a Agenda para a Competitividade do Comércio, Serviços e Restauração, documento estratégico de médio prazo para a valorização destes sectores;

Rever o Regime Jurídico de acesso e exercício das atividades de comércio, serviços e restauração, eliminando entraves burocráticos e promovendo maior transparência;

Elaborar o Mapa Nacional do Comércio, Serviços e Restauração, como instrumento de georreferenciação e planeamento territorial;

Promover destinos de compras e experiências gastronómicas em território nacional, valorizando os produtos e marcas cabo-verdianas como atrativos turísticos;

Dinamizar iniciativas de valorização da oferta nacional, aproximando consumidores e produtores cabo-verdianos;

Promover a transição verde no sector, incentivando a adoção de soluções energeticamente sustentáveis e a requalificação dos estabelecimentos comerciais e de restauração.

8. GOVERNAR PARA TODOS

Combate à Pobreza, Inclusão Social e Coesão Nacional

O combate à pobreza, a inclusão social e a coesão territorial constituíram, desde sempre, bandeiras fundamentais do atual Governo.

A construção de uma Nação mais justa, solidária e inclusiva — o Cabo Verde Para Todos — estará no centro da ação governativa. Esta visão coloca o ser humano no epicentro das políticas públicas, garantindo o acesso efetivo a rendimentos dignos, habitação, educação de qualidade, saúde, água, energia e, em suma, o direito a uma vida digna e plena.

O Governo reconhece que o crescimento económico, por si só, não é suficiente. É necessário que esse crescimento seja inclusivo, redistributivo e sentido por todas as famílias, em todas as ilhas, especialmente por aqueles que vivem em situação de maior vulnerabilidade.

O próximo Governo atuará de forma decidida e integrada para garantir o acesso universal e equitativo aos direitos básicos e promover uma governação verdadeiramente inclusiva, onde ninguém fique para trás.

Esta é a essência da Agenda “Cabo Verde Para Todos”: uma sociedade mais justa, coesa e solidária, onde o progresso económico caminha lado a lado com a dignidade humana e a igualdade de oportunidades.

8.1. EDUCAÇÃO PARA TODOS

Educação, Ciência, Inovação e Transformação Digital: Os Pilares de uma Sociedade do Conhecimento

Um compromisso inabalável do Governo é transformar Cabo Verde numa sociedade do conhecimento, inclusiva, moderna e digital, onde a educação de qualidade, a ciência, a inovação e a tecnologia sejam os principais motores do desenvolvimento económico sustentável, da empregabilidade dos jovens e da competitividade global do país.

A educação é o mais poderoso instrumento de compensação das desigualdades sociais, um elevador de mobilidade social, de formação de cidadãos críticos, responsáveis e ativos, e de promoção da coesão nacional. É, por isso, o pilar fundamental para o progresso económico, a melhoria da saúde pública e a construção de uma sociedade livre, progressista e confiante no seu futuro.

O Governo assumirá a educação como prioridade absoluta, garantindo o acesso universal, a equidade e a excelência em todos os níveis do sistema educativo, desde a educação pré-escolar até ao ensino superior e à formação ao longo da vida.

Para o efeito, serão adotadas as seguintes orientações estratégicas:

Universalizar e fortalecer a educação pré-escolar, integrando-a plenamente no sistema formal de educação, em estreita colaboração com as autarquias locais, garantindo a qualidade pedagógica e a formação contínua dos educadores de infância;

Reforçar a qualidade do ensino básico e secundário, com currículos atualizados, valorização da profissão docente e maior equidade no acesso;

Modernizar o ensino superior e a formação profissional, alinhando-os com as necessidades da economia e do mercado de trabalho;

Promover a investigação científica, a inovação e a transformação digital como eixos centrais do desenvolvimento nacional;

Construir um ecossistema de inovação que conecte universidades, centros de investigação, empresas e o sector público.

O Governo considera que investir na educação, na ciência e na inovação não é um custo — é o investimento mais rentável que uma nação pode fazer no seu futuro.

Uma sociedade do conhecimento, inclusiva e competitiva é condição essencial para realizar a Agenda “Cabo Verde Para Todos” — um país onde cada cabo-verdiano tenha a oportunidade de realizar o seu potencial e contribuir para o progresso coletivo.

8.1.1. O ENSINO PRÉ-ESCOLAR, BÁSICO E SECUNDÁRIO

Ensino Pré-Escolar, Básico e Secundário: Qualidade, Equidade e Excelência

O Governo assumirá a educação como prioridade absoluta da governação, com especial atenção ao ensino pré-escolar, básico e secundário, que constituem a base da formação integral dos cidadãos e da redução das desigualdades sociais.

O objetivo é construir um sistema educativo de qualidade, inclusivo, moderno e capaz de preparar as novas gerações para os desafios do século XXI, fomentando competências digitais, pensamento crítico, criatividade e valores cívicos.

Para o efeito, serão implementadas as seguintes medidas prioritárias:

Universalizar o acesso à educação pré-escolar de qualidade, integrando-a plenamente no sistema formal de educação, em parceria com as autarquias;

Reforçar a qualidade do ensino básico e secundário, atualizando os currículos com enfoque em competências digitais, pensamento crítico, resolução de problemas e aprendizagem ativa;

Promover a inclusão educativa, garantindo apoio especializado a alunos com necessidades educativas especiais e provenientes de contextos socioeconómicos vulneráveis;

Rever o Estatuto do Aluno, adotando um modelo mais humano, pedagógico e formativo, que privilegie a responsabilidade, a autonomia e o desenvolvimento integral;

Reforçar a autonomia curricular e pedagógica das escolas, permitindo uma maior adaptação ao contexto local e às necessidades dos alunos;

Reformular a organização, gestão e funcionamento dos estabelecimentos de ensino, em diálogo com a comunidade educativa;

Introduzir o ensino de línguas estrangeiras a partir do 1.º Ciclo, preparando os jovens para um mundo globalizado e promovendo valores de tolerância e interculturalidade;

Modernizar o modelo de avaliação das aprendizagens, privilegiando a avaliação formativa e o desenvolvimento integral do aluno;

Combater as desigualdades sociais na educação, reforçando o financiamento da FICASE e os programas socioeducativos;

Valorizar a classe docente, através da formação inicial e contínua de qualidade, da reclassificação automática por aquisição de habilitações académicas e da melhoria das condições de trabalho;

Implementar um Plano Tecnológico da Educação, com reforço das infraestruturas digitais, equipamentos e formação de professores;

Requalificar o parque escolar, garantindo segurança, conforto e condições dignas para a comunidade educativa;

Reforçar os Jogos Escolares a nível nacional e promover a participação internacional;

Declarar tolerância zero ao bullying e reforçar o apoio em saúde mental nas escolas;

Fomentar a criatividade, o empreendedorismo, a leitura e a educação ambiental, com prémios nacionais de sustentabilidade.

Valorização da Classe Docente

O Governo reconhece que a qualidade da educação depende, em grande medida, da motivação, da formação e do reconhecimento dos professores. Por isso, serão adotadas medidas concretas de valorização da profissão docente, incluindo:

Aumento gradual dos salários da classe docente na educação básica e secundária, com o objetivo de atingir uma base salarial de 108 mil escudos mensais;

Reclassificação automática dos professores que adquiram novas habilitações académicas (Licenciatura, Mestrado ou Doutoramento), com efeitos rápidos na carreira;

Revisão do modelo de concurso, remuneração e avaliação dos diretores escolares, promovendo o mérito e a liderança pedagógica.

8.1.2. O ENSINO TÉCNICO E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Formação Profissional e Qualificação: Alinhar Competências com o Mercado de Trabalho

O desemprego, especialmente entre os jovens, constitui um dos maiores desafios para o desenvolvimento de Cabo Verde. Uma das causas estruturais deste problema é o desajuste entre as competências adquiridas no sistema educativo e as reais necessidades da economia nacional.

O Governo assumirá a formação profissional como um instrumento estratégico essencial para aumentar a empregabilidade, elevar a produtividade, promover o empreendedorismo e reforçar a inclusão social.

A aposta será clara: criar um sistema de formação profissional moderno, flexível e alinhado com as prioridades económicas do país — nomeadamente o turismo, a economia digital, as energias renováveis, a economia azul, a agricultura moderna e os serviços de alto valor acrescentado.

Para o efeito, serão implementadas as seguintes medidas prioritárias:

1. Expansão e Modernização da Rede de Formação Profissional

Promover novos modelos de formação profissional, adaptados às necessidades dos diferentes sectores económicos;

Modernizar os centros de formação existentes com equipamentos tecnológicos atualizados e maior autonomia pedagógica;

Aumentar substancialmente a oferta de formação profissional em todas as ilhas, em parceria com as autarquias locais.

2. Alinhamento com o Mercado de Trabalho

Estabelecer mecanismos permanentes de diálogo entre Governo, empresas e instituições de formação;

Priorizar a oferta formativa em áreas estratégicas para a economia nacional;

Desenvolver cursos técnicos e profissionais diretamente alinhados com as necessidades atuais e futuras do mercado de trabalho.

3. Sistema Nacional de Estágios Profissionais

Reformular os programas de estágios para jovens recém-formados, garantindo qualidade, acompanhamento técnico e remuneração adequada;

Incentivar a participação ativa do sector privado na formação prática dos jovens.

4. Incentivos às Empresas

Adequar os incentivos fiscais para empresas que invistam na formação e qualificação dos seus trabalhadores;

Apoiar empresas que participem em programas de aprendizagem e qualificação profissional.

5. Promoção do Empreendedorismo e Inclusão

Promover o ensino técnico e a formação profissional gratuitos nos centros públicos;

Reforçar os programas de apoio à criação de pequenos negócios por jovens formados;

Facilitar o acesso a microcrédito e assistência técnica;

Desenvolver programas específicos para mulheres, pessoas com deficiência e desempregados de longa duração.

6. Reconhecimento e Certificação de Competências

Expandir o sistema de reconhecimento e certificação de competências adquiridas através da experiência profissional;

Valorizar o conhecimento prático dos trabalhadores, facilitando a sua certificação e progressão na carreira.

8.1.3. O ENSINO SUPERIOR

Ensino Superior, Ciência e Inovação: Formar, Investigar e Transformar

O Governo reconhece o Ensino Superior como um pilar estratégico da transformação nacional. Uma universidade forte, moderna e de qualidade é essencial para formar profissionais altamente qualificados, estimular a investigação científica, promover a inovação e contribuir para a diversificação e competitividade da economia cabo-verdiana.

O objetivo é aumentar significativamente a taxa de jovens no ensino superior, reforçar a ligação entre as universidades, o mercado de trabalho e o sector produtivo, e posicionar o ensino superior como motor de desenvolvimento económico, social e tecnológico do país.

Para o efeito, serão implementadas as seguintes medidas prioritárias:

1. Expansão do Acesso ao Ensino Superior

Promover o ensino superior gratuito nas Universidades Públicas;

Reforçar o sistema de bolsas de estudo para estudantes de famílias de baixos rendimentos nas instituições de ensino superior privadas;

Construir novas residências universitárias e infraestruturas académicas;

Facilitar a mobilidade de estudantes entre as ilhas, através de transportes marítimos e aéreos acessíveis;

Expandir e diversificar a oferta de cursos, alinhando-a com as necessidades estratégicas da economia nacional.

2. Melhoria da Qualidade do Ensino

Reforçar a qualificação académica do corpo docente, incentivando a formação de doutorados e pós-graduações;

Modernizar os currículos universitários, tornando-os mais práticos, interdisciplinares e alinhados com as exigências do mercado de trabalho;

Fortalecer os sistemas de avaliação e acreditação da qualidade do ensino superior;

Reforçar a formação pedagógica e científica dos professores do ensino superior.

3. Promoção da Investigação Científica e Inovação

Criar fundos nacionais de apoio à investigação científica e ao desenvolvimento tecnológico;

Incentivar a investigação aplicada em áreas estratégicas, como Economia Azul, turismo sustentável, energias renováveis, tecnologias digitais e agricultura resiliente;

Promover parcerias entre universidades, empresas e instituições públicas;

Fomentar a cultura científica e a divulgação do conhecimento produzido em Cabo Verde.

4. Digitalização e Modernização Educativa

Reforçar o ensino superior digital e a educação a distância;

Expandir a infraestrutura digital e o acesso à internet de alta velocidade nas instituições de ensino superior;

Integrar tecnologias digitais e plataformas de aprendizagem online em todos os cursos.

5. Articulação com o Mercado de Trabalho

Reforçar os programas de estágios profissionais e de inserção no mercado de trabalho;

Promover incubadoras de empresas e o empreendedorismo académico nas universidades;

Desenvolver cursos e formações alinhados com as prioridades económicas do país.

6. Internacionalização do Ensino Superior

Reforçar parcerias internacionais e programas de mobilidade académica;

Atrair estudantes e investigadores estrangeiros;

Promover a cooperação científica e a realização de projetos conjuntos.

7. Reforço da Regulação e Governação

Rever o quadro legal de regulação do ensino superior;

Fortalecer a capacidade da entidade reguladora, especialmente nas funções de acreditação de instituições e cursos e de avaliação da qualidade.

8.1.4. CIÊNCIAS, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

Ciência, Tecnologia e Inovação: Pilares do Desenvolvimento do Futuro

Para Cabo Verde, os investimentos em ciência, tecnologia e inovação são particularmente estratégicos. Dado o reduzido conjunto de recursos naturais e as limitações geográficas, o conhecimento e a inovação representam o caminho mais seguro para reduzir vulnerabilidades económicas, criar novas oportunidades de crescimento e construir uma economia mais resiliente e competitiva.

O Governo definirá a ciência, a tecnologia e a inovação como eixos centrais da transformação nacional, com o objetivo de fortalecer o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e posicionar Cabo Verde como uma nação criadora de conhecimento no espaço atlântico.

Para o efeito, serão implementadas as seguintes medidas prioritárias:

1. Fortalecimento da Investigação Científica

Criação do Fundo Nacional para a Ciência, Tecnologia e Inovação, com uma dotação inicial correspondente a 0,2% do PIB;

Apoio à formação avançada de doutorados e pós-doutorados em áreas estratégicas;

Incentivo ao regresso de investigadores da Diáspora cabo-verdiana.

2. Desenvolvimento de Ecossistemas de Inovação

Promoção de um ecossistema dinâmico de inovação, conectando universidades, centros de investigação, empresas e empreendedores;

Criação de mais Centros de Inovação, adaptados à realidade arquipelágica do país;

Apoio à criação e consolidação de incubadoras e aceleradoras de startups;

Implementação de programas de financiamento à inovação empresarial;

Concessão de incentivos fiscais às empresas que invistam em Investigação e Desenvolvimento (I&D).

3. Transformação Digital e Modernização Económica

Expansão da infraestrutura de conectividade digital e reforço dos serviços públicos digitais;

Promoção da economia digital e da adoção de tecnologias emergentes (Inteligência Artificial, biotecnologia, etc.).

4. Formação de Capital Humano para a Economia do Conhecimento

Reforço do ensino de ciências e tecnologias nas escolas, com especial ênfase nos programas STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática);

Expansão de bolsas de estudo em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional;

Promoção da formação contínua e da literacia científica junto da população.

8.2. SAÚDE PARA TODOS

A saúde é um direito fundamental e um pilar essencial para o desenvolvimento de Cabo Verde. Desde a Independência Nacional, o país alcançou avanços significativos no setor, impulsionados por uma abordagem focada na universalização e melhoria do acesso equitativo aos cuidados primários e hospitalares, na priorização da prevenção e proteção, no fortalecimento da saúde pública com intervenção nas diferentes determinantes sociais e na implementação progressiva de um sistema de cobertura universal.

No entanto, perante os desafios emergentes, como mudanças demográficas e epidemiológicas aceleradas, impactos das alterações climáticas, recorrentes ameaças epidémicas e pandémicas, além de fragilidades na gestão do setor, muito desses avanços têm sido comprometidos.

Diante dessas novas realidades, das crescentes insatisfações dos cidadãos com as falhas no serviço público de saúde, dos altos custos para garantir atendimento adequado e das expectativas legítimas de melhoria, torna-se essencial uma abordagem abrangente para aprimorar o acesso, a qualidade e a sustentabilidade dos cuidados de saúde.

Neste sentido, o Governo de Cabo Verde assume a necessidade de valorizar o mérito, destacar o talento e premiar a dedicação dos profissionais de saúde, a par da modernização das infraestruturas, como pilares essenciais no grande desígnio nacional, nesta matéria, que deve ser garantir o acesso gratuito e universal à saúde a todos os cabo-verdianos.

Com efeito, a saúde é direito, e não luxo! Constitui um direito humano inalienável da pessoa humana e um pilar essencial do desenvolvimento sustentável. E, no contexto de Cabo Verde, a universalização dos serviços de saúde, com gratuidade, representa um compromisso estratégico com a dignidade humana, a equidade social e o progresso nacional.

Garantir o acesso gratuito e universal à saúde significa eliminar barreiras económicas que, ainda, limitam o acesso de famílias de baixa renda, populações rurais, idosos, crianças e pessoas com doenças crónicas a esse direito. E a desigualdade no acesso aos cuidados de saúde contribui para perpetuar ciclos de pobreza, compromete o capital humano e enfraquece o crescimento económico.

Assim, investir na universalização da saúde é muito mais do que uma política social: é uma medida estruturante para o desenvolvimento.

Uma população saudável representa maior produtividade, apresenta menor absentismo laboral, tem maior capacidade de aprendizagem e confere maior estabilidade social. Assim, a saúde

pública deve ser entendida como um investimento estratégico, e não apenas como uma despesa orçamental.

O Governo de Cabo Verde trabalhará para consolidar um sistema de saúde universal, eficiente, equitativo e sustentável, em Cabo Verde, alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 3 – Saúde e Bem-Estar.

Pretende-se fortalecer a capacidade de resposta do sistema de saúde às necessidades da população, melhorar a qualidade da prestação de serviços e promover a inovação.

Estabelecer um sistema nacional de saúde universal, gratuito, com cobertura equitativa em todas as ilhas, que assegure o acesso universal a cuidados primários de saúde, a disponibilidade gratuita de medicamentos essenciais, o atendimento digno, eficiente e humanizado e a redução significativa das desigualdades regionais em saúde é urgente e prioritário.

Cabo Verde, no universo de 2031, estará mais próximo de um Sistema de Saúde universal, resiliente e orientado para a qualidade e equidade, garantindo o direito à saúde para todos!

Para isso, o Governo de Cabo Verde, implementará as seguintes medidas de política pública.

A nível de Política Pública:

- Reforço das ações de promoção da saúde e prevenção dos fatores de risco associados ao consumo de tabaco e bebidas alcoólicas, em articulação com os setores relevantes;
- Reforço da cooperação internacional, para investimento em infraestruturas hospitalares, maquinarias, e capacitação técnica e científica;
- Promoção da investigação em saúde,
- A revisão da política farmacêutica com garantia do acesso universal aos medicamentos,

- Criação das condições para que a complementaridade entre o Serviço Nacional de Saúde (SNS) e o setor privado da saúde seja efetivada de forma estruturada, transparente e previsível, em articulação com o departamento governamental responsável pela área da segurança social, promovendo uma maior integração e coordenação na prestação de cuidados de saúde.
- A revisão do planeamento e gestão de recursos humanos, melhorando os rácios de cobertura existentes e criando condições para aproveitar e estimular a participação de capacidades e de quadros especializados na Diáspora, nos sectores da saúde, em Cabo Verde;
- Reforço da cooperação, da articulação institucional e do diálogo permanente com as ordens profissionais da área da saúde, enquanto parceiros estratégicos na definição e implementação das políticas públicas de saúde.
- A melhoria da oferta dos meios de diagnóstico e da resposta hospitalar com a projeção de novas infraestruturas lá aonde for comprovadamente necessário,
- A implementação de sistemas sustentáveis de financiamento, buscando novas fontes de financiamento;
- Um sistema eficaz de evacuação interna e externa de doentes;
- O desenvolvimento de parcerias público-privadas que sirvam os cidadãos
- Reforço da mobilização do investimento nacional, estrangeiro e da diáspora, para desenvolver serviços de turismo de saúde e bem-estar, a indústria farmacêutica e um centro de assemblagem e manutenção de equipamentos de saúde, numa lógica de prestação de serviços de saúde internacionais e regionais.

A nível do reforço da infraestrutura e cobertura territorial:

- Investir na construção, reabilitação e modernização das infraestruturas de saúde, com especial enfoque nas zonas urbanas, rurais e comunidades mais isoladas, garantindo maior proximidade e equidade no acesso.
- Modernização tecnológica do Sistema Nacional de Saúde;

- Garantia de abastecimento regular e gratuito de medicamentos essenciais;
- Expansão de serviços de diagnóstico básico em todas as ilhas e concelhos.

A nível da valorização e formação dos profissionais de Saúde:

- Criação de incentivos para fixação de profissionais nas ilhas e zonas mais remotas;
- Parcerias, com instituições de ensino superior, para o fortalecimento da formação médica, médica especializada, de enfermagem e de técnicos especializados;
- Promoção da valorização profissional dos técnicos e demais trabalhadores do setor da saúde, incluindo os técnicos e demais profissionais não pertencentes às carreiras específicas da saúde, reconhecendo o seu papel essencial no funcionamento dos serviços.
- Melhoria das condições de trabalho no setor público da saúde, promovendo ambientes de trabalho dignos, seguros e adequados ao desempenho profissional.

A nível da digitalização e inovação em saúde:

- A aceleração da modernização e da digitalização integral dos serviços de saúde,
- Implementação do Prontuário Clínico Eletrónico Nacional;
- Reforço e a expansão da telemedicina, para garantir acesso especializado em todas as ilhas explorando todas as suas potencialidades,
- Criação de um sistema integrado de gestão hospitalar para otimização de recursos;
- Desenvolvimento de aplicativos móveis de saúde, para monitoramento e educação.

A nível da promoção da saúde e prevenção de doenças:

- Reforço dos programas nacionais de vacinação;
- Reforço de Programas de prevenção de doenças crónicas não transmissíveis;
- Fortalecimento de estratégias de combate à desnutrição e de promoção de hábitos alimentares saudáveis.
- O alargamento e a melhoria efetiva da resposta dos serviços de atenção primária,
- A garantia da cobertura pré-hospitalar,

- Reforço do sistema de médico e enfermeiro de Família, na rede de cuidados de saúde primários bem como o conceito de saúde familiar com a constituição de equipa pluridisciplinar para atendimento à família;
- A atenção e respostas efetivas com reforço da cobertura nacional de saúde mental e psiquiátrica na rede de cuidados primários do país.

A nível da governança e monitorização:

- Criação de um Sistema Nacional de Avaliação de Desempenho do Sector da Saúde;
- Estabelecimento de metas anuais claras e de indicadores mensuráveis.

O Governo de Cabo Verde com a implementação da sua Visão, estará determinado a transformar a Saúde num direito, até o fim da legislatura (2031), e alcançar os seguintes resultados:

- a) Cobertura universal de cuidados primários de saúde;**
- b) Redução significativa da mortalidade materna e infantil;**
- c) Diminuição das hospitalizações evitáveis;**
- d) Aumento da esperança média de vida;**
- e) Redução das desigualdades regionais, no acesso aos cuidados médicos;**
- f) Consolidação de um sistema de saúde resiliente e preparado para emergências sanitárias.**

O nosso país deve estar comprometido em construir e a financiar um novo ciclo para um sistema de saúde resiliente, equitativo e de alta qualidade, capaz de responder às necessidades em constante evolução tanto da população residente quanto dos visitantes. O nosso objetivo é implementar um ciclo de respostas e medidas disruptivas que conduzam a melhorias estruturais perceptíveis pelos cidadãos, garantindo um serviço de saúde mais eficiente, acessível e centrado nas suas necessidades.

8.3. HABITAÇÃO PARA TODOS, NUM TERRITÓRIO MAIS EQUILIBRADO E INCLUSIVO

Habitação Digna: Um Direito Fundamental e um Pilar da Coesão Social

Garantir o acesso universal a uma habitação digna, adequada e financeiramente acessível é um compromisso central do Governo. A habitação constitui um direito fundamental consagrado na Constituição e um fator essencial para a dignidade humana, a estabilidade familiar, a coesão territorial e o desenvolvimento sustentável.

O próximo Governo assumirá uma Política Nacional de Habitação ambiciosa e integrada, que responda aos desafios da pressão urbana, da carência habitacional nas periferias e do interior das ilhas, e às dificuldades específicas dos jovens, das jovens famílias e das famílias de menores rendimentos.

O objetivo é promover o acesso à primeira habitação, combater a especulação imobiliária, reabilitar os centros urbanos e garantir que ninguém fique sem teto condigno.

Para o efeito, serão implementadas as seguintes medidas prioritárias:

1. Reforço da Oferta Pública de Habitação

Elaboração do Plano Nacional de Construção e Reabilitação Habitacional 2026 –2031, com o objetivo de eliminar progressivamente as “casas de lata” em todo o país, com prioridade para São Vicente, Sal, Boa Vista e Santiago;

Aumento significativo do parque habitacional público;

Reabilitação de imóveis devolutos do Estado;

Fortalecimento das parcerias com autarquias, cooperativas e sector privado para a produção de habitação acessível;

Promoção da reabilitação e regeneração urbana como eixo central da política habitacional.

2. Arrendamento Acessível e Estabilidade Contratual

Expansão do Programa de Arrendamento Acessível;

Criação de incentivos fiscais para contratos de arrendamento de longa duração;

Instituição de mecanismos de Garantia Pública ao Arrendamento Jovem;

Adoção de respostas de curto prazo à crise habitacional atual.

3. Coesão Territorial e Fixação Populacional

Promoção do equilíbrio demográfico através de incentivos à fixação em territórios de baixa densidade e no interior das ilhas.

4. Juventude e Emancipação

Facilitação do acesso à primeira habitação para jovens e jovens casais, através de linhas de crédito bonificado efetivas;

Reforço da rede de residências estudantis.

5. Inclusão e Proteção dos Mais Vulneráveis

Reforço dos programas de apoio a pessoas em situação de sem-abrigo;

Promoção de habitação adaptada para pessoas com deficiência;

Programas específicos de habitação para vítimas de violência baseada no género;

Apoio habitacional reforçado a idosos em situação de isolamento.

6. Regulação, Transparência e Combate à Especulação

Monitorização dos preços no mercado imobiliário e regulação do alojamento local em zonas de elevada pressão;

Combate à especulação imobiliária e garantia de maior transparência no sector.

8.4. UMA GOVERNAÇÃO VERDADEIRAMENTE INCLUSIVA

Cabo Verde é hoje um país que registou progressos importantes na consagração de direitos e liberdades fundamentais. No entanto, persistem desigualdades económicas, sociais e territoriais significativas, que limitam o pleno desenvolvimento humano e a coesão nacional.

As recentes crises, nomeadamente a pandemia da COVID-19, as guerras e impacto das mudanças climáticas o aumento do custo de vida e a vulnerabilidade face a choques externos, vieram agravar desigualdades já existentes, afetando sobretudo:

- Famílias de baixos rendimentos;

- Jovens;
- Mulheres;
- Crianças;
- Populações das zonas rurais e bairros periféricos.

Estas dinâmicas evidenciam a necessidade de uma ação política mais determinada e estruturada para garantir que o crescimento económico se traduza em bem-estar para todos.

1. Emprego Digno, Proteção Social e Inclusão: Ninguém Fica para Trás

O Governo reconhece que o trabalho digno e o emprego qualificado são pilares do desenvolvimento económico, da dignidade humana e da coesão social. Em Cabo Verde, colocá-los no centro da governação é decisivo para combater a pobreza, reduzir desigualdades e construir uma sociedade mais justa.

Assumimos um compromisso inequívoco: promover oportunidades de emprego de qualidade, valorizar o trabalho e reforçar uma proteção social mais justa, simples e eficaz. Faremos isso através de políticas integradas que articulem formação profissional orientada para as necessidades do mercado, apoio ao empreendedorismo e à inovação, melhoria das condições laborais e expansão dos mecanismos de proteção social, garantindo que ninguém fica para trás.

Valorização do Trabalho e Criação de Emprego Digno

- Aumento progressivo do Salário Mínimo Nacional até aos 30.000\$00 até 2031, com alinhamento à evolução da produtividade e do custo de vida;
- Revisão do regime de proteção no desemprego, tornando-o mais justo, transparente e incentivador da rápida reinserção no mercado de trabalho;
- Reforço dos programas de estágios profissionais remunerados e dignos para jovens recém-formados;

- Promoção do empreendedorismo jovem e do apoio a startups, especialmente em sectores estratégicos (economia digital, turismo sustentável, energias renováveis e economia azul);
- Criação de programas de reconversão e requalificação profissional para trabalhadores em sectores em transição;
- Reforço de linhas de microcrédito para jovens e mulheres empreendedoras;

Políticas de Família, Parentalidade e Cuidados

- Alargamento do horário escolar para o período integral, garantindo as crianças um ambiente seguro enquanto os encarregados de educação exercem as suas atividades profissionais em parceria com a sociedade civil instituições religiosas e organizações comunitárias;
- Massificação do Programa de Jardins de infância e Creche e simplificação do acesso;
- Alargamento progressivo da Licenças parental para 16 semanas totais, com 8 semanas intransferíveis para o segundo progenitor e partilha flexível; incentivos ao uso masculino; proteção contra despedimento.
- Implementação progressiva de programas nacionais de conciliação da vida laborar e familiar: teletrabalho e horários flexíveis no setor público como modelo; direito a pedidos motivados no privado; bancos de horas familiares.
- Implementação de programas sistemáticos de combate a pobreza infantil, através de programas integrais de assistência as famílias pobres com crianças (reforço do sistema de Abono de infância reforçado e automático via Cadastro Social Único; Sistema específicos de assistência alimentar, reforça das cantinas escolares e rastreio nutricional, programas reforçados de empoderamento económico das famílias;
- Implementação do estatuto do Cuidador Informal Cuidador informal: atribuição de subsídio, formação certificada e integração em rede municipal de cuidados.
- Implementação do programa de Envelhecimento ativo: centros-dia, cuidados ao domicílio, reabilitação, prevenção de solidão; carteira de serviços de longa duração com cofinanciamento público-familiar progressivo.

- Implementação de um programa nacional holístico e transversal direccionada aos adolescentes e Jovens de promoção de estilos de vidas saudáveis, prevenção da violência e reinserção social
- Revisão e Efetivação do Sistema de Cuidados, finalizando a regulamentação dos Equipamentos Sociais de Cuidados e elaborando o Plano de Acompanhamento do SNC

2. Inclusão das Pessoas com Deficiência

A promoção da autonomia, inclusão e dignidade das pessoas com deficiência constitui uma prioridade estruturante das políticas sociais, enquanto expressão de uma sociedade mais justa e inclusiva. Em Cabo Verde, têm sido dados passos importantes no reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência, mas persiste a necessidade de reforçar a sua efetivação através de políticas públicas mais consistentes, integradas e com impacto transversal.

Definir um Plano Nacional de Não Institucionalização em Cabo Verde, que permita responder aos atuais desafios da inclusão das pessoas com deficiência, apostando em soluções e investimentos direccionados para respostas sociais inovadoras e de proximidade, em articulação com os municípios, as comunidades e as organizações da sociedade civil, nomeadamente residências de autonomização, centros de acompanhamento e reabilitação e equipas comunitárias de mediação para a inclusão;

- Incentivar a adoção de abordagens inovadoras na atribuição de produtos de apoio, essenciais à superação de obstáculos por parte das pessoas com deficiência, através do apoio à investigação e à produção nacional de tecnologias assistidas, especialmente nas áreas das TIC, bem como dinamizar a criação de Bancos de Reutilização de Produtos de Apoio, em parceria com instituições do setor social, autarquias locais e comunidades;
- Definir e reforçar uma prestação social para a inclusão, incluindo mecanismos de majoração para situações de maior dependência, assegurando a comparticipação de despesas de carácter pontual e regular resultantes do agravamento das condições físicas, sensoriais ou intelectuais, nomeadamente nas áreas da educação, formação, habitação e reabilitação;

- Apostar na implementação efetiva de um regime de educação inclusiva em Cabo Verde, através da formação contínua de lideranças escolares, docentes e assistentes operacionais para o trabalho com crianças com necessidades específicas, bem como da melhoria das condições físicas, pedagógicas e tecnológicas das escolas em todas as ilhas;
- Concretizar um modelo nacional de apoio à vida independente, baseado na assistência pessoal e em soluções comunitárias, promovendo a autonomia, dignidade e participação plena das pessoas com deficiência na sociedade cabo-verdiana;
- Promover, em articulação com instituições de ensino superior, o aumento do número de estudantes com deficiência neste nível de ensino, através da melhoria das condições de acolhimento, acessibilidade e apetrechamento tecnológico, bem como da criação de serviços de apoio especializados;
- Lançar um programa nacional de apoio à empregabilidade das pessoas com deficiência, com incentivos à contratação, formação profissional adaptada e medidas de integração no mercado de trabalho, tendo em conta os desafios agravados no contexto pós-pandemia;
- Rever e uniformizar o sistema de avaliação da incapacidade e funcionalidade em Cabo Verde, garantindo critérios mais justos, atualizados e adaptados às diferentes realidades e necessidades das pessoas com deficiência;
- Promover as acessibilidades universais, incluindo acessibilidade física, digital, de informação e comunicação, criando instrumentos técnicos e mecanismos de fiscalização para garantir o cumprimento das normas em edifícios públicos, transportes, espaços urbanos e habitação;
- Disponibilizar um serviço nacional de atendimento com interpretação em língua gestual cabo-verdiana, em tempo real, garantindo às pessoas surdas o pleno acesso aos serviços da Administração Pública;
- Dinamizar a criação de centros de referência especializados, organizados por tipologia de deficiência, que integrem respostas nas áreas da saúde, reabilitação, apoio social e orientação às famílias, assegurando uma resposta mais eficaz e integrada em todo o território nacional

- Revisão da Lei de Bases da Prevenção, Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência;

3. Combate a Pobreza

A evolução recente da economia e do mercado de trabalho em Cabo Verde não se traduziu numa melhoria significativa e equitativa dos rendimentos das famílias cabo-verdianas. Apesar dos discursos oficiais, a realidade demonstra que persistem profundas desigualdades, com muitas famílias a enfrentarem dificuldades crescentes para garantir condições básicas de vida, agravadas pelo aumento do custo de vida e pela precariedade do emprego.

Cabo Verde continua a apresentar níveis preocupantes de pobreza e exclusão social, exigindo uma resposta política mais ambiciosa, estruturada e centrada nas pessoas. Para o Governo, a promoção de condições de vida dignas para todos os cabo-verdianos deve ser uma prioridade absoluta.

É fundamental relançar a economia com foco na criação de emprego digno, estável e bem remunerado, especialmente para jovens e mulheres, combatendo a informalidade e a precariedade laboral. No entanto, o combate à pobreza não se faz apenas com emprego: exige também um reforço efetivo do sistema de proteção social, tornando-o mais abrangente, justo e eficaz.

O Governo, defende a reforma dos mínimos sociais, com aumento e melhor direcionamento dos apoios públicos às famílias mais vulneráveis, incluindo crianças, idosos e pessoas com deficiência. Defende igualmente o fortalecimento da economia social e solidária, valorizando o papel das organizações comunitárias, das cooperativas e das associações locais como pilares fundamentais da inclusão social e da coesão territorial.

Implementar uma Estratégia Nacional de Combate à Pobreza em Cabo Verde, alinhada com os compromissos internacionais de desenvolvimento sustentável e centrada na justiça social, integrando medidas concretas e articuladas entre diferentes políticas públicas. Esta estratégia deverá abranger todas as fases da vida, da infância à velhice, com especial enfoque nos grupos

mais vulneráveis, nomeadamente crianças, jovens, mulheres, idosos e pessoas com deficiência, com as seguintes metas:

- Reduzir a taxa de pobreza absoluta para valores de um dígito até 2030 (abaixo de 10%), partindo de níveis ainda elevados, o que permitirá retirar dezenas de milhares de cabo-verdianos da situação de pobreza;
- Erradicar a pobreza extrema até 2030, reduzindo-a para valores residuais próximos de zero;
- Reduzir a pobreza infantil em pelo menos 50% até 2030, garantindo melhores condições de acesso à educação, saúde, alimentação e proteção social para todas as crianças;
- Elaboração de um Quadro Legal que estabelece os critérios de atribuição das prestações sociais da Rede de Segurança;
- Regular o Regime Geral do Sistema da Rede de Segurança Social clarificando o espectro como Intervenção do Estado (Governo e municípios); Ações sociais das ONGs, OSC e Entidades religiosas; Voluntariado social comunitário e individual
- Reduzir a pobreza rural em pelo menos 50%, combatendo as desigualdades territoriais e promovendo maior inclusão económica nas zonas rurais;
- Aumentar a cobertura da proteção social, assegurando que a maioria das famílias em situação de pobreza tenha acesso a apoios adequados, serviços essenciais e oportunidades de inclusão económica;
- Reduzir significativamente a privação material infantil, aproximando Cabo Verde de padrões internacionais de bem-estar, garantindo o acesso universal das crianças a alimentação adequada, educação, saúde, habitação digna e serviços básicos;
- Reduzir as desigualdades territoriais, diminuindo de forma significativa a disparidade das taxas de pobreza entre ilhas e municípios, com o objetivo de aproximar todos os territórios à média nacional.
- Prosseguir uma política de valorização real dos rendimentos dos pensionistas com baixos rendimentos, assegurando que nenhuma pessoa idosa viva abaixo do limiar de pobreza, através do reforço das pensões mínimas e dos apoios sociais;

- Garantir aumentos extraordinários das pensões mais baixas, de forma progressiva e sustentável, protegendo o poder de compra dos idosos face ao aumento do custo de vida;
- Criar um Código das Prestações Sociais em Cabo Verde, que permita simplificar, harmonizar e tornar mais transparente o sistema de proteção social, promovendo maior eficiência, equidade e acesso aos apoios, inspirado num modelo integrado de prestação social para a inclusão;
- Elaboração de um Quadro Normativo para atribuição de financiamento às Câmaras Municipais e subvenção às ONGs e Entidades religiosas, na área das Ações Sociais
- Criar uma Prestação Social Única em Cabo Verde, agregando e simplificando as prestações sociais de carácter não contributivo, com o objetivo de aumentar a eficácia, reduzir a fragmentação dos apoios e garantir uma resposta mais justa e eficiente no combate à pobreza;
- Reforçar o combate à pobreza infantil e o apoio às famílias com crianças, através do fortalecimento da proteção social, nomeadamente:
- Implementar um Complemento ao Abono de Família para Crianças e Jovens em situação de pobreza ou vulnerabilidade, garantindo um apoio anual reforçado e progressivo, direcionado às famílias mais carenciadas;
- Assegurar que todas as crianças em risco de pobreza extrema tenham acesso a um apoio social reforçado e contínuo, com valor ajustado ao custo de vida em Cabo Verde, garantindo impacto real na alimentação, educação, saúde e condições de vida;
- Evoluir gradualmente para um sistema de apoio mais universal e inclusivo à infância, reforçando a proteção social como instrumento central de combate à pobreza intergeracional;
- Criar um Complemento Garantia para a Infância em Cabo Verde, assegurando que todas as crianças e jovens em situação de maior vulnerabilidade tenham um nível mínimo de proteção social anual, através de um apoio complementar quando o montante recebido por via do abono de família e outros benefícios sociais não seja suficiente para garantir condições básicas de vida digna;

- Garantir que nenhuma criança em situação de pobreza fique abaixo de um patamar mínimo anual de rendimento de proteção social, assegurando a cobertura das diferenças através de um mecanismo automático de correção e reforço do apoio às famílias mais vulneráveis;
- Reforçar os apoios fiscais e sociais às famílias com crianças, através da majoração dos benefícios fiscais por dependente, especialmente nos primeiros anos de vida, com maior apoio a partir do segundo filho e para famílias de baixos rendimentos;
- Implementar uma política integrada de apoio à infância, combinando prestações sociais diretas, incentivos fiscais e serviços públicos essenciais, garantindo maior equidade no acesso à educação, saúde, alimentação e cuidados;
- Desenvolver uma Estratégia Nacional de Combate à Pobreza Energética em Cabo Verde, garantindo o acesso universal à energia como bem essencial e de primeira necessidade.
- Criar uma tarifa social reforçada de eletricidade, incluindo a possibilidade de tarifa zero para famílias em situação de extrema vulnerabilidade, assegurando o consumo mínimo vital de energia.
- Reduzir para 5% o IVA sobre água e energia, como medida de combate ao custo de vida e à pobreza energética e hídrica.
- Garantir a gratuidade progressiva do sistema público de ensino, do pré-escolar ao ensino superior, como instrumento central de igualdade de oportunidades e combate à pobreza.
- Assegurar a gratuidade do acesso aos cuidados básicos de saúde, reforçando o acesso universal e equitativo aos serviços de saúde essenciais.
- Integrar estas medidas numa estratégia nacional de combate à pobreza e exclusão social, articulando políticas de rendimento, energia, educação, saúde e proteção social, com foco nas famílias mais vulneráveis
- Elaboração de um Quadro Legal que estabelece as normas de atribuição de Prestações Sociais destinados aos doentes evacuados a nível interno (junto com o Ministério da Saúde que é a entidade gestora);

4. Modernização Segurança Social

- Aproximação do regime de proteção dos trabalhadores independentes e de novas formas de emprego ao regime geral;
- Simplificação e harmonização das normas contributivas e das prestações sociais;
- Reforço da interoperabilidade de dados e da transformação digital do sistema de Segurança Social;
- Combate à fraude e evasão contributiva, com recurso a soluções tecnológicas inovadoras;
- Garantia de maior transparência, previsibilidade e justiça na relação entre a Segurança Social, os contribuintes e os beneficiários.

5. Igualdade de género

O Governo assume o compromisso de promover a efetivação da igualdade de género no trabalho, através de medidas concretas para reduzir desigualdades e eliminar discriminações estruturais.

MEDIDAS PRIORITÁRIAS

- Promover a igualdade efetiva entre mulheres e homens no emprego, nos salários e nas condições de trabalho, reforçando mecanismos de fiscalização e combate às desigualdades remuneratórios;
- Combater a informalidade no trabalho doméstico, setor onde predominam mulheres, garantindo maior proteção social, dignidade laboral e acesso à segurança social;
- Reduzir a segregação profissional entre homens e mulheres, em articulação com instituições de ensino e formação, promovendo escolhas profissionais livres de estereótipos de género;
- Desenvolver programas de desconstrução de estereótipos de género e incentivar a participação equilibrada em áreas profissionais tradicionalmente masculinas ou femininas;
- Assegurar o cumprimento efetivo das leis de paridade de género nos órgãos de administração das empresas públicas e na Administração Pública, promovendo uma representação equilibrada em cargos de direção;

- Combater o “teto de vidro” que limita o acesso das mulheres a cargos de topo, através de políticas de promoção da liderança feminina;
- Reforçar políticas de conciliação entre vida profissional, pessoal e familiar, promovendo melhores condições de equilíbrio, incluindo a valorização de modelos de flexibilidade laboral.
- Ciência e inovação: Integrar a perspetiva de género no ensino superior, investigação e I&D, com apoio público e parcerias internacionais, incluindo soluções para reduzir o enviesamento de género na inteligência artificial.
- Cuidados e conciliação: Alargar serviços públicos (Creches, jardins, ATLS, centro de dias, e lares,) e comunitários de cuidados para crianças, idosos e dependentes, reduzindo a carga do trabalho não remunerado sobre as mulheres, e lançar um Pacto de Corresponsabilidade na conciliação da vida profissional e familiar.
- Educação para a igualdade: Implementar um Programa Nacional de Competências para a Vida desde o pré-escolar, incluindo cidadania, igualdade de género, saúde sexual e prevenção da violência.
- Políticas públicas: Reforçar a transversalização da igualdade de género no Orçamento do Estado e nas políticas públicas, incluindo orçamentos sensíveis ao género.
- Discriminações múltiplas: Considerar desigualdades cruzadas como género, pobreza, deficiência, território e juventude.
- Violência de género: Reforçar prevenção, criar sistema integrado de resposta, ponto único de atendimento às vítimas e expandir a rede de apoio em todas as ilhas bem com a revisão de lei que regula o acesso e utilização do fundo de apoio as vítimas de VBG.
- ONGs e apoio às vítimas: reativação de rede de apoio as vítimas de apoio e reforço dos contratos-programa com vista a melhorar o serviço Apoio às Vítimas.
- Capacitação e dados: Reforçar formação de profissionais e criar um sistema nacional integrado de dados sobre violência baseada no género.

Proteção da Criança e Adolescentes

- Introduzir Abordagem do Planeamento e Orçamento baseado nos Direitos das Crianças;

- Introduzir indicadores dos direitos da criança no Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável - PEDS;
- Implementar uma Política Nacional da Proteção da Criança e do Adolescente;
- Criar Sistema Nacional de Informação e Gestão de Dados sobre a Infância e Adolescência;
- Atualizar o Plano Nacional de Combate à Violência Sexual;
- Implementar e Regular o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;
- Implementar o Plano de Combate ao Trabalho Infantil;
- Criar uma Proposta de Prevenção e Combate à Situação de Crianças em Situação de Rua;
- Implementar Políticas voltadas para crianças filhos de emigrantes, sob cuidados de terceiros;
- implementar Medidas voltadas para crianças, adolescentes e jovens com deficiência;
- Definir e implementar Medidas voltadas para programa de Exploração Sexual no contexto de viagens e Turismo;
- Restruir e reforçar a intervenção ICCA e os outros atores que atuam na proteção das crianças e adolescente em Cabo Verde;
- Implementar um plano de Prevenção de Práticas Nefastas;
- Definir e implementar um plano de Prevenção e Combate ao uso abusivo de Álcool e Drogas e Programas de Saúde Mental nas crianças e adolescentes;
- Implementar medidas de Combate a União de Facto (Casamento Infantil); Implementar do Comité Intersectorial para o desenvolvimento da Primeira Infância;